

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA**

PATRÍCIA DYONISIO DE CARVALHO

**“UN PERIÓDICO QUE NACE AL AMPARO DE UNA CONVICCIÓN
IRRENUNCIABLEMENTE DEMOCRÁTICA”: O POSICIONAMENTO
DO JORNAL *EL PAÍS* DIANTE DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA
ESPAÑHOLA (1975-1982)**

Porto Alegre

2012

PATRÍCIA DYONISIO DE CARVALHO

**“UN PERIÓDICO QUE NACE AL AMPARO DE UNA CONVICCIÓN
IRRENUNCIABLEMENTE DEMOCRÁTICA”: O POSICIONAMENTO DO
JORNAL *EL PAÍS* DIANTE DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA ESPANHOLA
(1975-1982)**

Dissertação apresentada como requisito parcial e final à obtenção do título de Mestre junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof^o Dr. Luis Carlos dos Passos Martins

Porto Alegre

2012

C331p

Carvalho, Patrícia Dyonisio de

“Un periódico que nace al amparo de una convicción irrenunciablemente democrática”: o posicionamento do jornal *El Pais* diante da transição democrática espanhola (1975-1982). / Patrícia Dyonisio de Carvalho. – Porto Alegre, 2012.

130 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS.
Orientador: Prof. Dr. Luis Carlos dos Passos Martins

1. Jornais – Espanha – História. 2. *El Pais* – (Jornal) – História. 3. Espanha – História Política. 4. Espanha – Transição Democrática. I. Martins, Luis Carlos dos Passos. II. Título.

CDD 946.082

CDD 320.946

Ficha elaborada pela bibliotecária Anamaria Ferreira CRB 10/1494

PATRÍCIA DYONISIO DE CARVALHO

**“UN PERIÓDICO QUE NACE AL AMPARO DE UNA CONVICCIÓN
IRRENUNCIABLEMENTE DEMOCRÁTICA”: O POSICIONAMENTO
DO JORNAL *EL PAÍS* DIANTE DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA
ESPAÑHOLA (1975-1982)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial e último para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em _____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luis Carlos dos Passos Martins – PUCRS

Prof. Dr. Helder Gordim da Silveira – PUCRS

Prof. Dr. Cláudio Pereira Elmir – UNISINOS

AGRADECIMENTOS

Este trabalho de pesquisa contou com a colaboração de muitas pessoas e instituições.

Agradeço ao Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPQq), pelo financiamento a esta pesquisa. A bolsa de estudos permitiu dedicação integral à dissertação, o que foi fundamental para alcançar os objetivos propostos pelo trabalho. Além dele, à própria PUCRS, por ter proporcionado a oportunidade de desenvolver este estudo.

Ao professor Luis Carlos dos Passos Martins, pela orientação final e decisiva deste trabalho, cuja dedicação foi essencial para a sua conclusão.

À professora Janete Silveira Abrão, pela orientação inicial da pesquisa.

À minha família, principalmente aos meus pais, que me apoiaram e deram todo o suporte preciso nesses dois anos de investigação, bem como compreenderam a minha ausência em alguns momentos.

À família do Bruno, por ter me acolhido tão carinhosamente a ponto de fazer com que eu me sentisse como um membro dela também.

À Catharina por dividir comigo as questões e dúvidas desta vida acadêmica, bem como pela grande amizade que fomos construindo nos últimos anos. Assim como a ela, agradeço à Patrícia, por fazer com que este trio tenha um tom muito mais doce e amável.

Agradeço especialmente ao Bruno, por dividir as experiências da vida acadêmica comigo, corrigindo incansavelmente minhas produções e contribuindo com diálogos sobre a pesquisa que desempenhei. Agradeço mais ainda por compartilhar esta vida comigo, muitas vezes, dando sentido a ela.

RESUMO

A transição democrática espanhola (1975-1982) foi o período imediatamente posterior à ditadura de Francisco Franco, no qual teve início a democratização não apenas do país, mas também dos meios de comunicação. O momento foi propício para o surgimento de novas publicações com posicionamentos políticos favoráveis às mudanças que vinham sendo propostas pelo governo.

O nascimento do jornal *El País* está inserido neste contexto de transformações político-sociais, o que facilitou a inserção deste nos debates públicos que a Espanha vivenciava, garantindo-lhe considerável prestígio junto ao público leitor. Diante dessas mudanças estruturais, o presente trabalho tem como objetivo compreender as tomadas de posição do jornal durante o período transicional com base nos editoriais que avaliaram a participação de três personagens/grupo que tiveram destaque na política durante o período: o presidente Adolfo Suárez, o Rei Don Juan Carlos e as Forças Armadas. O presente estudo se justifica a partir da importância que essa nova imprensa teve diante do processo de abertura democrática no país, sendo o *El País* um de seus principais representantes.

Palavras-chave: *El País*, Transição Democrática, Adolfo Suárez, Rei Don Juan Carlos, Forças Armadas

RESUMEN

La transición democrática española fue el período inmediatamente posterior a la dictadura de Francisco Franco, en que tuvo inicio la democratización no solamente del país, sino también de los medios de comunicación. El momento fue propicio para el surgimiento de nuevas publicaciones con posicionamientos políticos favorables a los cambios que venían siendo propuestos por el gobierno.

El nacimiento del periódico *El País* está inserido en este contexto de transformaciones político-sociales, lo que facilitó la inserción de este en los debates públicos que España vivía, y aseguró un considerable prestigio entre el público lector. Ante estos cambios estructurales, el presente trabajo tiene como objetivo comprender la toma de posición del periódico durante el período transicional con base en los editoriales que valoran la participación de tres personajes/grupo que tuvieron destaque en la política durante el período: el presidente Adolfo Suárez, el Rey Don Juan Carlos y las Fuerzas Armadas. El presente estudio se justifica por la importancia que esa nueva prensa tuvo frente al proceso de apertura democrática en España, siendo *El País* uno de sus principales representantes.

Palabras-clave: *El País*, Transición Democrática, Adolfo Suárez, Rey Don Juan Carlos, Fuerzas Armadas

ABSTRACT

The Spanish democratic transition (1975-1982) was the period immediately after Francisco Franco's dictatorship, in which began not only the country's democratization, but also of means of communication. It was an auspicious moment for the rising of new publications with favorable political positioning to the changes being proposed by the government.

The birth of the newspaper *El País* belongs to this context of political and social transformations, which smoothed the way for its insertion in public debates all over Spain at the time, guaranteeing the newspaper a palpable status towards its audience. Facing these changes in structure, this work intends to understand the taking of positions from the newspaper's behalf during the aforementioned transition period, basing itself in the editorials that analyzed the involvement of three of the most important characters/group in politics during the period: President Adolfo Suárez, King Don Juan Carlos and the army forces. This study was developed concerning the momentousness that this new press had in the process of democratic opening in the country, with *El País* as one of its main representatives.

Keywords: *El País*, Democratic Transition, Adolfo Suárez, King Don Juan Carlos, Army Forces

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 “EN DEFENSA DE LO QUE CONSIDERAMOS LOS INTERESES DEL LECTOR”: A INSERÇÃO DO <i>EL PAÍS</i> FRENTE À ESPANHA TRANSICIONAL	16
1.1 As transformações da imprensa espanhola do franquismo à transição	17
1.2 O <i>El País</i> e um campo jornalístico em construção.....	25
1.3 O <i>El País</i> e suas possíveis interpretações.....	30
2 “HABLA, SUÁREZ, HABLA”: OS GOVERNOS DE ADOLFO SUÁREZ E A CRÍTICA DO <i>EL PAÍS</i>	36
2.1 Do início da influência de membros da Opus Dei ao primeiro governo Suárez.....	36
2.2 O segundo governo Suárez: as eleições gerais de 1977, a anistia e a crise econômica	48
2.3 A crise interna da UCD e o fim do governo Suárez.....	58
3 “EL MOTOR DEL CAMBIO”: A SUPERVALORIZAÇÃO DO PAPEL DO REI DON JUAN CARLOS PELO <i>EL PAÍS</i>	63
3.1 A sucessão de Don Juan Carlos de Borbón.....	64
3.2 A abdicação de Don Juan de Borbón e a Constituição de 1978.....	73
4 “BRAZO ARMADO DE LA SOBERANÍA POPULAR”: A VISÃO DO <i>EL PAÍS</i> SOBRE O AFASTAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS DO CENÁRIO POLÍTICO	84
4.1 A passagem da ditadura de um militar para um período transicional com baixa participação das Forças Armadas	85
4.2 A intensificação das conspirações golpistas.....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	109
ANEXOS	113

INTRODUÇÃO

Queremos ser la tribuna de todos, y a todos seguiremos ofreciendo nuestras páginas. Nuestro objetivo no es otro que ayudar a la construcción de una sociedad más tolerante, culta y democrática, que escoja la fuerza de la razón sobre la fuerza de la violencia, en la que las decisiones sean tomadas por la opinión de la mayoría, respetando los derechos de la minoría discrepante.

El País, editorial, 22 de julho de 1979

A década de 1970 foi um período de intensas mudanças sociopolíticas na Espanha, no sentido em que compreendeu tanto o final de uma ditadura quanto o início de um processo de transição democrática. O franquismo (1939-1975) teve início com a vitória das tropas autointituladas “nacionalistas” comandadas por Francisco Franco contra os republicanos na Guerra Civil Espanhola. Ao final do conflito, o general instituiu um regime autoritário que cerceou grande parte das liberdades de expressão, mantendo um forte controle sobre os meios de comunicação. Com a morte do ditador, teve início um processo denominado transição democrática espanhola (1975-1982), que foi marcado pelo gradual desmantelamento das instituições do antigo regime e consequente ampliação das liberdades públicas.*

Este processo transicional envolveu diversos agentes políticos e o seu desenrolar em direção a um futuro democrático não estava decidido desde o início, sendo definido apenas durante o período transicional. O tipo de democracia desejada pelos diferentes grupos participantes da transição – setores reformistas do antigo regime, membros da Igreja Católica, comunistas e socialistas – não foi unânime. Muito pelo contrário, a transição democrática foi marcada, também, por estas divergências entre grupos.

Com efeito, a imprensa possui papel fundamental por ser um dos principais meios de informação e circulação de ideias, pelo qual transita, difunde-se e mesmo se forma boa parte do debate existente na sociedade. Com relação à Espanha, não foi diferente: as discussões em torno do processo de mudança política que envolvia o país nos anos 1970 permearam os textos jornalísticos das principais empresas de comunicação do período – sendo um dos principais exemplos o próprio *El País*.

* A bibliografia não é unânime com relação à periodização mais adequada para a transição. A maioria dos autores utiliza como marco inicial a morte do ditador, em 1975 – embora alguns defendam o ano de 1976 como início. Entretanto, com relação ao término, existem maiores possibilidades: 1978, com a promulgação da Constituição; 1981, com o término de uma tentativa de golpe; ou ainda, após as eleições gerais de 1982, com a vitória do socialista Felipe González. Para outros, o término seria em 1978 e o período posterior, até 1982, seria denominado “consolidação democrática”. Neste trabalho, optou-se pela última periodização, que engloba o início do processo transicional e sua própria consolidação.

Portanto, o objetivo deste trabalho é analisar de que forma o debate sobre a transição democrática extrapolou o âmbito político estrito e apareceu nos editoriais do *El País*. A escolha desse jornal como objeto de estudo ocorreu por quatro principais fatores: o seu surgimento ter ocorrido logo após o início da transição; a sua posição de destaque na imprensa espanhola, ocupando, após um ano de distribuição, o terceiro lugar no ranking de difusão dos periódicos nacionais; ao papel fundamental que teve na constituição de uma imprensa relativamente autônoma do poder do Estado com o início das liberdades de expressão; e, por fim, ao amplo uso que é feito dele como fonte ou objeto de pesquisa pela historiografia, bem como pela área da comunicação. Além disso, devemos considerar que, embora já parcialmente estudado, não existe consenso da historiografia ou trabalhos exaustivos que analisem o papel desse importante jornal no processo de transição espanhola, o que, por si mesmo, já justificaria uma pesquisa a este respeito.

A escolha pelos editoriais, dentre todos os gêneros jornalísticos, deve-se a ideia vinculada a este tipo de texto de que seu autor é a própria instituição comunicativa, no sentido em que seu uso é feito com o intuito de expressar uma opinião compreendida como de caráter institucional.¹ Assim, embora se saiba que todo o texto tem um autor – mesmo que ele não tenha uma autoria declarada – para o presente trabalho este gênero é o mais adequado para alcançar o objetivo final, na medida em que se pretende analisar como o jornal, enquanto instituição, coloca-se neste debate e não determinado profissional da imprensa.

Devido à riqueza dos editoriais do *El País* e também por se tratar de um trabalho sobre estes textos, optou-se por selecionar frases ou expressões dos mesmos para construir os títulos de cada capítulo. Além disso, trechos dos textos também foram utilizados como epígrafes – como é possível observar nesta introdução, que foi retirada de um editorial da milésima edição do jornal espanhol *El País*. A sua escolha deu-se pelo fato do trecho ser representativo da forma como a publicação observou seu papel dentro do contexto espanhol: enquanto agente ativo que ajudaria na construção de uma sociedade mais democrática. Neste sentido, todos os editoriais utilizados na formulação dos textos, bem como nas epígrafes

¹ De acordo com Francisco Alves Filho, é possível perceber algumas características que estão frequentemente relacionadas aos editoriais: impessoalidade – ao afastar-se da subjetividade, o jornal coloca-se como imparcial em suas análises –, institucionalização/ausência de assinatura – o texto é escrito em nome de uma empresa –, padrão de linguagem – o que concede mais seriedade e imparcialidade ao editorial –, interação entre instituição e público – embora exista esta relação, a figura do leitor não aparece no texto, o que lhe confere um tom de verdade –, busca e cobrança por coerência enunciativa – os leitores rotulam os jornais a partir de seus editoriais –, ineditismo textual – as notícias geralmente aparecem em diversos jornais, mas o editorial não, ele deve ser único. Cf. FILHO, Francisco Alves. A autoria institucional nos editoriais de jornais. *Alfa*, São Paulo, v. 50, n. 1, 2006. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1396/1096>> Acesso em: 20 jun. 2012. p. 84-88.

encontram-se ao final da dissertação em anexo, para que sejam utilizados como exemplos do material empírico.

Além disso, é importante salientar que as edições do *El País* estão disponíveis gratuitamente na internet, entretanto, somente é possível ter acesso às transcrições dos textos – as publicações na íntegra só podem ser lidas mediante pagamento. Apesar dos pontos negativos em não se observar o jornal tal qual saiu às bancas, optou-se – principalmente por conta do número de publicações analisadas nesses mais de seis anos – por realizar o trabalho sem levar em consideração questões que são importantes na observação de um veículo – como a distribuição do texto na página do jornal, a relação que ele mantém com outras notícias ou artigos localizados próximos a ele, entre outros pontos.

Para alcançar o objetivo proposto, o presente trabalho fez uso do conceito de campo jornalístico de Pierre Bourdieu², adaptando-o à realidade específica da Espanha – final do franquismo e início da transição democrática. Neste contexto, parece ser possível observar um campo em surgimento, no sentido em que os jornais espanhóis, principalmente os novos, passaram a apresentar características mistas de imprensa comercial e combatividade política – de forma semelhante ao caso francês. Ainda que antes da transição houvesse um grande número de veículos de comunicação, parece que o início da constituição deste campo somente foi possível após o final do regime de Franco e a redução das restrições impostas por ele.³ Assim, apenas com a abertura democrática começou a existir uma questão fundamental para a autonomização de um campo: relativa liberdade com relação ao campo político e, conseqüentemente, autonomia interna dos agentes.

Para viabilizar a execução desta pesquisa, foi necessária a escolha de uma metodologia que abarcasse a análise do objeto. Em se tratando de um impresso, optou-se pela análise de conteúdo, melhor detalhada por Laurence Bardin: “[...] desde que se começou a lidar com comunicações, que se pretende compreender para além dos seus significados imediatos, parecendo útil o recurso à análise de conteúdo”.⁴

A escolha deveu-se a dois principais motivos. Primeiro, por se tratar de um período temporal relativamente longo – mais de seis anos –, a metodologia parece mais adequada, ao permitir recortes nos textos baseados nos objetivos específicos do pesquisador. Isso ajudou a determinar a escolha feita, ao tolerar uma coleta um pouco mais seletiva do material.

² BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

³ Quando se afirma que a emergência do campo jornalístico somente foi possível após o início da transição, não se leva em consideração as décadas anteriores à Guerra Civil espanhola (1936-1939), por este período não estar contemplado na análise do presente trabalho. Sendo assim, quando se aborda a constituição deste campo após 1975 não se está negando sua existência anterior ao ano de 1936.

⁴ BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977. p. 29.

Segundo, a ideia de que é possível delimitar as temáticas a partir das finalidades a que se pretende chegar com o trabalho.

Sendo assim, a leitura de textos da imprensa, sua escolha, formulação de hipóteses, categorização e codificação propiciam ao pesquisador propor inferências com base nas informações alcançadas ao final do procedimento e adiantar interpretações a partir dos objetivos escolhidos. Neste sentido, de acordo com a autora, a análise de conteúdo não é um método restrito, mas um conjunto de técnicas que auxiliam na análise das comunicações.⁵

Antes de dar início à categorização, foi necessário que se escolhesse um esquema de amostragem para a leitura mais aprofundada dos editoriais, por conta do grande número de textos disponíveis. A melhor opção encontrada foi a observação das datas mais representativas da história da Espanha durante o período compreendido na análise – desde a criação do jornal, em maio de 1976, até a vitória do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), em 1982. Em se tratando da análise de um meio de comunicação – no qual, dependendo do assunto tratado, sua cobertura ou análise tem a duração maior do que a de um dia –, realizou-se a análise dos editoriais de cinco edições anteriores à data em questão e dez posteriores, a fim de garantir um melhor exame da abordagem feita pelo jornal.

A partir de então, foi necessária uma organização prévia dos editoriais coletados, bem como uma análise, concomitante, da bibliografia especializada. Após nova leitura do objeto de estudo, levando-se também em consideração a abordagem feita pela literatura sobre o período, foi possível a formulação de índices que abarcassem todos os textos escolhidos para o exame. Através do tema principal de cada documento, foram criadas doze temáticas distintas: *El País* (editoriais relacionados a aniversários do jornal, nos quais foi possível perceber a forma como a publicação se observava diante do contexto espanhol), Eleições, Don Juan Carlos, Adolfo Suárez, Cortes, Reforma Política, Anistia, Partido Comunista, Forças Armadas, Partidos, Economia e Constituição. Quando o editorial encaixava-se em mais de uma, deu-se preferência ao que recebeu maior destaque no texto do jornal. Após o preparo da documentação, chegou-se a um número total de 290 editoriais e, a partir destes foi possível perceber a frequência de abordagem com que cada um dos temas era tratado.

Esse processo permitiu a criação de três principais categorias ou temas, que foram fundamentais para a construção dos capítulos do presente trabalho. Para Bardin: “A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os

⁵ Idem, p. 31.

critérios previamente definidos”.⁶ Levando-se em consideração a abundância de temas políticos discutidos nos editoriais do jornal, bem como das ações tomadas por personagens/grupo políticos, pareceu mais coerente que a categorização ou divisão de temáticas ocorresse em torno desses indivíduos/grupo. Sendo assim, a disposição escolhida foi esta: Adolfo Suárez, Rei Don Juan Carlos e as Forças Armadas. Em torno de cada um deles agrupou-se as doze temáticas – que, em geral, mantinham estreitas ligações com algum dos três –, respeitando o personagem que teve mais relação com determinado tema, de forma a facilitar a construção textual.

Com o auxílio das técnicas disponíveis na metodologia empregada, foi possível alcançar alguns resultados. Estes foram distribuídos em quatro capítulos, organizados conforme apresentação abaixo:

O primeiro capítulo do trabalho, intitulado “‘En la defensa de lo que consideramos los intereses del lector’: a inserção do *El País* frente à Espanha transicional” centra-se em nosso objeto de estudo. O principal objetivo é compreender como se deu a inserção do jornal em um campo jornalístico espanhol em construção, em um momento no qual o próprio país passava por uma transformação político-social. Em busca disso, foi necessário apresentar um panorama da participação da imprensa na sociedade espanhola desde o início da Guerra Civil Espanhola até o final da transição (1936-1982), explorando, assim, suas principais relações com o regime franquista. Neste sentido, foi dado mais enfoque às legislações relacionadas à liberdade de expressão e de imprensa. Posteriormente, esboçou-se um breve histórico do *El País*, com a intenção de situá-lo dentro deste contexto transicional. Por fim, para compreender a forma como a publicação foi trabalhada por pesquisadores, buscou-se analisar quatro estudos sobre os meios de comunicação durante o período.

O segundo capítulo busca analisar a maneira como a publicação avaliou as ações do presidente Adolfo Suárez durante os mais de quatro anos nos quais este se manteve no poder. Intitulado “‘Habla, Suárez, habla’: os governos de Adolfo Suárez e a crítica do *El País*”, o capítulo foi dividido em três partes. A primeira delas se propõe a analisar os anos finais do franquismo e a inserção do governante na política espanhola. Compreendido o contexto no qual Suárez foi nomeado presidente, buscou-se analisar duas de suas principais políticas: a Lei de Anistia e os Pactos de Moncloa. O final do capítulo aborda a crise interna pela qual o partido governamental – União de Centro Democrático – passou e sua relação com o final do próprio governo.

⁶ Idem, p. 117.

O terceiro capítulo trata sobre a forma como o jornal analisou a atuação do Rei Don Juan Carlos na transição democrática. Sob o título “‘El motor del cambio’: a supervalorização do papel do rei Don Juan Carlos pelo *El País*” esta parte do trabalho aborda a maneira com a qual a publicação se refere ao monarca e suas principais ações durante o período. A primeira parte do capítulo analisa os editoriais dos primeiros anos da transição, quando um dos principais assuntos relacionados ao Rei foi o fato dele ter sido escolhido por Franco para sucedê-lo. Já o segundo subcapítulo busca compreender o contexto no qual se deu a abdicação de Don Juan de Borbón em favor de seu filho, o Rei Don Juan Carlos e a promulgação da Constituição de 1978, que transformou a Espanha em uma monarquia constitucional.

O último capítulo deste trabalho, intitulado “‘Brazo armado de la soberanía popular’: a visão do *El País* sobre o afastamento das Forças Armadas do cenário político” analisa a forma como o jornal avaliou a participação dos militares durante grande parte da transição. O primeiro subcapítulo busca a compreensão do papel da corporação militar durante o franquismo e o início da transição, a fim de contextualizar qual foi a participação efetiva do grupo durante o período transicional e, até que ponto, isso pode ser encarado como uma herança do próprio franquismo. Em um segundo momento, o capítulo trata sobre a intensificação das tentativas golpistas por parte de um grupo integrante das Forças Armadas.

1 “EN DEFENSA DE LO QUE CONSIDERAMOS LOS INTERESES DEL LECTOR”: A INERÇÃO DO *EL PAÍS* FRENTE À ESPANHA TRANSICIONAL

Estos tres años han resultado cruciales para la vida española. Durante ellos, EL PAÍS ha sido testigo, y activo protagonista también, del cambio democrático. Con errores, tropiezos, equivocaciones, a veces hasta flagrantes, y no pocos sinsabores, incomprendiones, enemistades ficticias y reales, nuestro periódico no se ha visto nunca privado del apoyo primordial de sus lectores, los primeros en derechos y casi nunca oídos, en lo que a medios de comunicación se refiere. Ellos nos han ayudado con cordialidad y confianza. Hemos tenido además el apoyo de un accionariado variopinto, pero unido en la idea de hacer un periódico para la libertad, y el de los anunciantes, las circunstancias y la suerte.
El País, editorial, 4 de maio de 1979

A epígrafe acima foi veiculada no terceiro aniversário do *El País*. Através do trecho é possível perceber a forma como a publicação se observa no contexto político espanhol: enquanto informante e protagonista do período transicional. A partir desta afirmação, então, é possível compreender o objetivo central deste capítulo, que consiste em observar a forma como o *El País* se inseriu em um campo jornalístico em construção, conquistando, assim, seu espaço frente ao público leitor.

Com o intuito de se ter uma aproximação inicial sobre o papel da publicação dentro do processo transicional, foi preciso, primeiramente, traçar um histórico das relações entre a imprensa espanhola e o regime franquista ao longo de sua existência, bem como compreender sua herança para o período posterior. Para isso, buscou-se nas legislações relacionadas à liberdade de expressão e de imprensa uma melhor compreensão do contexto no qual os profissionais do jornalismo desempenharam suas funções.

Posteriormente, traçou-se um breve histórico do jornal – desde o seu surgimento até 1982 –, que teve como finalidade observar a colocação do objeto de estudo dentro do contexto de mudanças políticas da Espanha. A análise abordou desde o surgimento de seu grupo financiador, a Promotora de Informações Sociedade Autônoma (PRISA), até a sua colocação dentro do campo jornalístico que emergia no período, a partir do momento em que as condições legais de liberdade de imprensa e as condições econômicas minimamente capazes de permitir um mercado editorial para os periódicos favoreceram uma relativa independência da imprensa comercial do universo político.

Uma vez estabelecido o espaço ocupado pelo *El País* dentro da imprensa espanhola, buscou-se observar quatro estudos sobre os meios de comunicação durante o período transicional espanhol. Os trabalhos foram escolhidos ou por sua relevância dentro do debate sobre o papel da imprensa na transição ou por utilizarem o *El País* como objeto de estudo, o que pareceu uma forma interessante de compreender como a publicação é vista por pesquisadores da área.

1.1 As transformações da imprensa espanhola do franquismo à transição

A democratização iniciada após a morte de Franco, em novembro de 1975, também foi experimentada pelos meios de comunicação espanhóis, tanto por parte das empresas jornalísticas quanto pelos próprios profissionais da área. A mudança de posicionamento desses dois principais elementos do meio informativo esteve de acordo com o contexto no qual se inseriram, principalmente no que diz respeito às legislações relacionadas a sua atuação.

Neste sentido, a Lei de Imprensa de 22 de abril de 1938 – promulgada pelo general Francisco Franco durante o período em que o país ainda se encontrava em guerra civil – foi uma das principais bases legais para tornar possível colocar em prática o rígido controle da informação. A legislação escrita por Serrano Súñer – então Ministro do Interior – buscava, em última análise, cercear grande parte das liberdades de expressão dos veículos.

O principal objetivo desta censura foi garantir a legitimidade do governo franquista, através do uso do jornalismo como instrumento político, sendo empregado em função dos interesses governamentais: “Junto con el resto de los medios de comunicación existentes en la sociedad, la prensa se convierte en instrumento estratégico para la construcción y difusión de discursos de justificación de la dictadura”.⁷ Os jornalistas, por sua vez, foram convertidos em funcionários a serviço do Estado, que passou a vigiar repressivamente sua profissão.⁸

Esta lei assegurava que o poder político agiria sobre quatro principais aspectos: regulação do número e tamanho dos jornais; intervenção na escolha da equipe diretiva das publicações – o diretor passava a ser escolhido pelo Ministério do Interior –; regulamentação

⁷ CHULIÁ, Elisa. *El poder y la palabra*. Prensa y poder político en las dictaduras. El régimen de Franco ante la prensa y el periodismo. Madrid: Biblioteca Nueva, 2001. p. 17.

⁸ ORTIZ, Enrique Bordería. *La prensa durante el franquismo: represión, censura y negocio*. Valencia: Fundación Universitaria San Pablo C.E.U, 2000. p. 23-24.

da profissão, através da criação do Registro Oficial de Jornalistas, no qual todos os profissionais deveriam, obrigatoriamente, estarem inscritos; e, por fim, vigilância da atividade através da censura.⁹

A Lei de Imprensa de 1938 teve, assim, duas principais influências: as legislações já tradicionais no país – que remontam ao século XVIII – e os exemplos de outros países – como a Alemanha nazista e a Itália fascista. As semelhanças entre a lei espanhola e as leis fascista e nazista dizem respeito, principalmente, aos instrumentos de intervenção utilizados – a exigência de um registro profissional ao funcionário do jornal e a necessidade de haver uma autorização administrativa para a aparição de novas publicações. Entretanto, não é possível ignorar a influência de questões tradicionais – como a censura prévia¹⁰, que havia sido utilizada pelo ditador Primo de Rivera, em 1933.¹¹

Em 1940, um ano após a vitória de Franco na Guerra Civil foi divulgada uma lei que passava para o patrimônio da Delegação Nacional de Imprensa e Propaganda todo maquinário apreendido pertencente a empresas contrárias ao Movimento Nacional¹². Dessa forma, acrescenta Miguel Urabayen:

Aos órgãos desapropriados acrescentaram-se alguns jornais criados pelos franquistas, fazendo com que o grupo [...] chegasse a contar no pós-guerra espanhol com trinta e cinco jornais, quinze revistas e 45 emissoras de rádio. Para compreender o que isto representava deve-se lembrar que a imprensa espanhola da época estava constituída por poucas revistas e uns cem jornais.¹³

A pequena abertura socioeconômica iniciada nos anos 1950 foi recebida de forma negativa pelo novo Ministro da Informação, Gabriel Arias Salgado. A contrapartida apresentada pelo ministério foi o aumento da repressão contra qualquer manifestação que pudesse ser encarada como opositora:

Casi veinte años después del fin de la guerra nada parecía haber cambiado en materia periodística. El Ministro de Información se encargó de difundir este

⁹ Idem, p. 27.

¹⁰ A censura prévia consistiu na permissão que determinados órgãos administrativos tiveram de examinar e corrigir os materiais publicados pela imprensa, assim, ela “eliminaba todo aquello que no ‘convenía’ a los gobernantes y que, al tiempo, obligaba a publicar lo que el poder en cada momento quería”. Cf. SINOVA, Justino. *La censura de prensa durante el franquismo*. Barcelona: Random House Mandadori, 2006. p. 35.

¹¹ CHULIÁ, Elisa. Op.cit. p. 40-43.

¹² O Movimento Nacional foi criado ainda no início da Guerra Civil espanhola e tinha como ideal agrupar todos os espanhóis que aceitassem a chamada “legitimidade do 18 de julho”, que estava fundamentada na ideia da vitória sobre o “comunismo” (como eram chamados os espanhóis com posições políticas mais à esquerda, como anarco-sindicalistas, socialistas, republicanos, liberais e os próprios comunistas) dentro da Espanha. Cf. CARR, Raymond. *España 1808-1975*. Barcelona: Ariel, 2003. p. 668.

¹³ URABAYEN, Miguel. “O declínio da imprensa estatal na Espanha”. Traduzido por Glória Aparecida Rodrigues Kreinz. In: MELO, José Marques de (org). *Comunicação e transição democrática*. Porto Alegre: Mercado Aberto/ Intercom, 1985. p. 225.

espíritu por toda España a través de discursos, declaraciones y textos doctrinales en los que se aleccionaba al país en los principios básicos que había alumbrado al Régimen en plena guerra civil y que veinte años después permanecían aún incólumes.¹⁴

Foi neste contexto de aumento da censura que ocorreu o surgimento de uma medida econômica que impactou diretamente os veículos de comunicação: o Plano de Estabilização, de 1959.¹⁵ Esta decisão proporcionou uma renovação no maquinário das empresas, o que resultou em uma considerável melhora na confecção, apresentação e cuidado com a distribuição das seções e ordenamento dos anúncios. Conforme assegura Gonzalo Dueñas:

La prensa, por el mero hecho de ser una institución eminentemente social, está directamente afectada por los factores dinámicos que influyen en la evolución de ésta. Y su vital vinculación a la actualidad, la convierten en un baremo muy sensible de esos factores dinámicos.¹⁶

Diante da manutenção e aumento da repressão, uma instituição pastoral da Igreja Católica começou a pressionar para que o governo modificasse a Lei de Imprensa de 1938. A iniciativa surgiu com o Cardeal Pla y Deniel, mas aos poucos foi ecoada pela maioria dos setores da Igreja, que almejava uma mudança no papel da imprensa: “Postulaba, por lo tanto, una interpretación de la prensa como institución social en lugar de como institución política o ‘institución nacional’ tal como la definía la Ley de Prensa de 1938”.¹⁷

Apesar das críticas e tentativas de negociação por parte da instituição, o governo franquista não modificou a legislação, pelo menos em um primeiro momento, por duas principais questões: a lei de 1938 transformou a imprensa em um instrumento de propaganda do regime, ao terminar com grande parte da sua capacidade de crítica; e a inexistência de um modelo de lei alternativo que contemplasse os ideais do governo. Sendo assim, a melhor saída encontrada por Franco foi aguardar e ganhar tempo, sem modificar a legislação ou enfrentar-se diretamente com a Igreja Católica.¹⁸

Embora a Espanha fosse um Estado católico – no qual a Igreja participou ativamente da administração do governo –, as relações entre a instituição e o Estado espanhol

¹⁴ ORTIZ, Enrique Bordería. Op. cit. 115.

¹⁵ O principal objetivo do plano foi propor uma ruptura com a política econômica autárquica, utilizada até então pelo franquismo. Por meio dessa decisão, ocorreram cortes de créditos para restringir o consumo interior e disponibilizar os excedentes à exportação, congelaram-se os salários, limitaram-se as horas extras, desvalorizou-se a moeda e concederam-se facilidades às empresas estrangeiras para sua implantação na Espanha, liberando inclusive a importação de máquinas. Assim, a partir desta medida, a economia espanhola abriu-se consideravelmente ao exterior. Cf. CORTÁZAR, Fernando García de. *El franquismo 1939-1975*. Madrid: Anaya, 2009. p. 54-55.

¹⁶ DUEÑAS, Gonzalo. *La ley de prensa de Manuel Fraga*. Paris: Ruedo Ibérico, 1969. p. 42.

¹⁷ CHULIÁ, Elisa. Op. cit. p.95.

¹⁸ Idem, p. 97.

modificaram-se a partir do Concílio Vaticano II (iniciado em 1962), quando ocorreu a desunião e divisão entre as dioceses e qualquer organização política. Este afastamento pôde ser observado a partir da postura mais crítica da Igreja Católica espanhola com relação ao regime.¹⁹ De acordo com Raymond Carr, a partir da década de 1960, “[...] las luminarias del falangismo y del nacional-catolicismo no eran leídas ni recordadas [...] Los tecnócratas del régimen habían abierto la economía a Europa; la Ley de Prensa de Fraga, de 1966, con todas sus limitaciones, abrió la vida cultural”.²⁰ Essa mudança de atitude esteve diretamente relacionada às transformações socioculturais do país, visto que o processo de secularização pelo qual passava exigia uma modificação nas relações Igreja-sociedade.²¹

O primeiro passo para a promulgação da Lei de Imprensa de 1966 foi dado ainda em 1962, quando a liberalização dos meios de comunicação começou a ser colocada em prática pelo ministro da Informação e Turismo Manuel Fraga Iribarne*, que substituiu Arias Salgado. Além da mudança no comando do ministério, o próprio contexto interno espanhol – um pouco mais aberto com relação ao de 1938 – facilitou a implantação da nova legislação, que ocorreria quatro anos mais tarde: “Lenta y silenciosamente, el aumento de los costes de control iba preparando el camino para un cambio de legislación”.²²

A partir daquele momento, foi necessária uma adaptação das concepções políticas totalitárias (principalmente dos triunfalistas de 1936) à dinâmica de uma sociedade em vias de liberalização.²³ Foi nesse contexto que, em 15 de março de 1966, as Cortes espanholas aprovaram, por três votos contra um, a nova Lei de Imprensa, que tinha como principal objetivo suspender o controle prévio e o regime de consignas²⁴, ambos amplamente utilizados desde a publicação da lei de 1938:

La Ley constituyó un gran paso adelante y, como siempre, su efectividad aperturista dependería no solamente de las posteriores disposiciones reglamentarias,

¹⁹ MARÍA, Nuria Alicia Moreno. La Iglesia ante el cambio político 1975-1979. In: TUSELL, Javier; SOTO, Álvaro (dirs). CONGRESO INTERNACIONAL HISTORIA DE LA TRANSICIÓN Y CONSOLIDACIÓN DEMOCRÁTICA EN ESPAÑA (1975-1986), 1995, Madrid. *Anais*. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia e Universidad Autónoma de Madrid, 1995. p. 143-145. v.1.

²⁰ CARR, Raymond. Op. cit. p. 729.

²¹ POWELL, Charles. *España en democracia, 1975-2000*. Barcelona: De bolsillo/Plaza & Janés, 2002. p. 68-69.

* Fraga formou-se em Ciências Políticas e Econômicas e, em 1962, foi nomeado ministro do regime, posição que permaneceria até 1969.

²² CHULIÁ, Elisa. Op. cit. p. 136.

²³ DUEÑAS, Gonzalo. Op. cit. p. 53.

²⁴ De acordo com Justino Sinova, consignas eram “[...] órdenes del poder político dictadas todos los días a los periódicos sobre los aspectos más variados de su labor. O bien se referían a cuestiones de fondo (temas y argumentos de los que no podía informar o de los que había que informar o de los que había que informar obligatoriamente), o bien a aspectos de presentación de las noticias (titulación, espacio dedicado, inserción de fotos), o bien a detalles de la actividad misma de los periódicos (envío de redactores a cubrir una información, prohibición de realizar determinado tipo de fotos)”. SINOVA, Justino. Op. cit. p. 191.

sino del talante interpretativo de las autoridades que, sin duda, fue más bien restrictivo en el uso de los controles que el texto ponía a su disposición.²⁵

A mais importante restrição imposta pela lei encontrava-se discriminada no segundo artigo, que limitava a liberdade de expressão às Leis de Princípios do Movimento Nacional e às demais leis fundamentais. Neste sentido, apesar de os meios de comunicação começarem a ter maior liberdade de escrita, continuavam impedidos de tratar sobre determinados temas, caso contrário, sofreriam represália.²⁶ As temáticas trabalhadas pela imprensa seguiriam submetidas aos 22 ideais expostos nas leis do Movimento, dos quais o quinto tópico serve como exemplo do posicionamento esperado dos espanhóis e, por consequência, dos meios de comunicação: “[...] los intereses individuales y colectivos han de estar subordinados siempre al bien común de la Nación, constituida por las generaciones pasadas, presentes y futuras”.²⁷

Apesar das críticas que podem ser tecidas sobre a Lei de Imprensa de 1966, esta, se comparada à legislação de 1938, representou uma melhora significativa no exercício dos profissionais da comunicação, bem como dos meios de comunicação do país – ainda que estivesse sob vigilância do franquismo –, conforme pondera Enrique Ortiz.²⁸ Paloma Aguilar Fernández compartilha deste posicionamento e acrescenta: “La relación que había existido entre la férrea censura previa y la represión de los vencidos tras la guerra explica que la nueva ley de prensa fuera presentada como el resultado lógico ‘de un cuarto de siglo de paz fecunda’”.²⁹

A exigência de um título de jornalista para os profissionais da área foi outra determinação da nova legislação. Tal cobrança, ao mesmo tempo em que possibilitou a revalorização da profissão, transformou em monopólio o que até então era um patrimônio universal, de forma que não mais qualquer um poderia exercer a profissão. Corroborando com tal decisão e, na tentativa de formar profissionais cada vez mais respeitosos às leis franquistas, os professores universitários passaram a ser nomeados pelo Ministério da Informação e Turismo, o que se transformou em uma garantia de controle do regime sobre as novas gerações de profissionais.

²⁵ GRECIET, Esteban. *Prensa y poder en las Asturias del Franquismo*: memoria de un periodismo de anticipación democrática. Asturias: Grupo Norte, 1996. p. 122.

²⁶ DUEÑAS, Gonzalo. Op. cit. p. 63.

²⁷ É possível encontrar as Leis de Princípios Fundamentais do Movimento na íntegra no site da Biblioteca Virtual Cervantes. Disponível em: <http://bib.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/02449421981244052976613/p0000001.htm#I_2_> Acesso em: 12 jan 2012.

²⁸ ORTIZ, Enrique Bordería. Op. cit. p. 249.

²⁹ FERNÁNDEZ, Paloma Aguilar. *Políticas de la Memoria y Memorias de la Política*. Madrid: Alianza, 2008. p. 207.

Além disso, a lei de 1966 teve considerável alcance no público leitor, visto que, em 1967, a população ainda demonstrava sinais de desconfiança com relação aos conteúdos nacionais, preferindo ler as notícias de fora do país e as páginas esportivas.³⁰ Um exemplo foi a reação do público quando questionado sobre a proposta do anteprojeto da lei de imprensa: 70%, de um total de 1408 moradores da capital, afirmaram desconhecer tal proposta.³¹ Isso demonstra uma possível indiferença por parte de alguns consumidores à informação advinda dos veículos nacionais.

Ainda em 1967, o Código Penal foi modificado e, a partir dessa mudança, as violações do artigo segundo³² da Lei de Imprensa passaram a ser perseguidas penalmente, cerceando ainda mais a liberdade de expressão dos veículos. O objetivo da medida era continuar regulando, de certa forma, as publicações, ainda que estas estivessem livres de grande parte da censura imposta pela legislação de 1938.³³

A expressão *Parlamento de Papel* surgiu neste contexto de liberalização dos meios de comunicação dos anos finais do franquismo. O termo fazia referência à forma como os veículos começaram a ser vistos diante da falta de um debate político na sociedade. Entretanto, a expressão não é representativa do papel desempenhado por toda a imprensa do período, no sentido em que, grande parte dela não se mostrou favorável aos ideais democráticos – muito pelo contrário, muitas vezes até se apresentaram como defensoras do regime em vigor.³⁴ Esse fenômeno é facilmente compreensível ao observar que, ao longo do franquismo, circularam pelo país entre 105 e 120 jornais; das 48 publicações fundadas no período de 1936 a 1964, 36 destas pertenciam ao Movimento – o que demonstra que poucos empresários sem vínculo com o regime tiveram oportunidade de lançar novos títulos no mercado editorial.³⁵ Dessa forma, Franco conseguiu, em certa medida, determinar o que

³⁰ DUEÑAS, Gonzalo. Op. cit. p. 57.

³¹ INSTITUTO DE LA OPINIÓN PÚBLICA. *Estudio sobre los medios de comunicación de masas en España*. Madrid: 1965. v.1. p. 53.

³² De acordo com o artigo segundo: “Son limitaciones: el respeto a la verdad y a la moral; el acatamiento a la Ley de Principios del Movimiento Nacional y demás Leyes Fundamentales; las exigencias de la defensa Nacional, de la seguridad del Estado y del mantenimiento del orden público interior y la paz exterior; el debido respeto a la Instituciones y a las personas en la crítica de la acción política y administrativa; la independencia de los Tribunales, y la salvaguardia de la intimidad y del honor personal y familiar”. Cf. ESPANHA. Lei: nº 14, de 18 de março de 1966. Estabelece critérios para a atuação dos meios de comunicação. *Ley de Prensa e Imprenta*, Madri, p. 3310 a 3315. Disponível em: <<http://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-1966-3501>> Acesso em: 10 jun. 2012.

³³ GRECIET, Esteban. Op. cit. p. 123.

³⁴ FONTES, Ignacio; MENÉNDEZ, Manuel Ángel. *El parlamento de papel: las revistas españolas en la transición democrática*. Madrid: APM, 2004. Tomo I. p. 146-148.

³⁵ BARRERA, Carlos. Poder político, empresa periodística y profesionales de los medios en la transición española a la democracia. *Comunicación y Sociedad*, Navarra, vol. X, n. 2, 1997. Disponível em: <http://www.unav.es/fcom/comunicacionsociedad/es/articulo.php?art_id=168> Acesso em: 15 jun. 2012.

poderia ou não ser publicado nas páginas da imprensa espanhola, tanto de forma direta quanto indireta.

Nos anos finais do franquismo, a falta de uma militância a favor da democracia pôde ser observada tanto nos jornalistas – que não se posicionaram em questões políticas por necessidade de manter o emprego ou por convicção – quanto nos empresários dos impressos. Estes modificaram a linha política de seus jornais conforme ocorria o início da transição democrática, ao passo em que, “[...] los periódicos que antes, en mayor o menor grado, apoyaron la dictadura fueron convirtiéndose en impulsores del cambio democrático. Es lo que podemos llamar ‘conversión democrática’ de los empresarios de prensa”.³⁶ De fundamental importância para a garantia de benefícios e rentabilidade comercial, a adoção de posturas políticas mais democráticas foi impulsionada pelo surgimento de novos jornais e empresas jornalísticas de cunho, majoritariamente, oposicionista ao antigo regime:

Pese a todas las dificultades implícitas en la búsqueda de una posición de cara a la nueva situación política, las publicaciones periódicas españolas vivieron un momento dulce hasta el final del régimen de Franco. Los acontecimientos de la vida pública entre los años de 1975 y 1977 despertaron el interés de la población, y la circulación total de periódicos, tanto diarios como semanales, experimentó un crecimiento considerable [...].³⁷

Após a morte do Francisco Franco, em 20 de novembro de 1975, ficou cada vez mais difícil para o presidente do governo, Carlos Arias Navarro, manter a regulação sobre os meios de comunicação espanhóis.* Assim, apesar do relativo aumento da censura no primeiro semestre de 1976, principalmente por conta das críticas que os veículos teciam contra o governante, a repressão era uma prática que não condizia com o período transicional que havia iniciado após o final do franquismo.

Neste contexto foi tomada a primeira medida em favor da liberdade de expressão: o Real Decreto-Lei de 1º de abril de 1977. A *lei antilibelo*, como ficou conhecida, modificou o artigo 64 da Lei de Imprensa de 1966, definindo que o governo poderia ordenar a apreensão dos impressos. Entretanto, somente seriam apreendidas publicações que: fossem contrárias à unidade da Espanha, que pudessem ser consideradas uma ofensa à Coroa ou pessoas da família Real ou que atentassem contra o prestígio institucional das Forças Armadas.³⁸

³⁶ Idem, *ibidem*.

³⁷ CHULIÁ, Elisa. Op. cit. p. 201.

* Arias Navarro exercia o cargo de primeiro ministro desde 1973 e, com a morte de Franco, foi confirmado como presidente do governo pelo Rei Don Juan Carlos.

³⁸ FERNÁNDEZ, Isabel; SANTANA, Fernanda. *Estado y medios de comunicación en la España democrática*. Madri: Alianza Editorial, 2000. p. 31-32.

A última legislação relacionada diretamente à liberdade de expressão estava inclusa na própria Constituição Espanhola de 1978. A partir dela, ocorreu a derrogação dos artigos da Lei de Fraga, que negavam a liberdade de expressão dos veículos, e ficou definido que a apreensão de publicações, gravações e outros meios de informação somente poderia ocorrer a partir de uma resolução judicial.³⁹ De acordo com José Mallén, essa mudança foi “un logro de la última redacción de la Constitución, puesto que en redacciones anteriores se podía imponer la limitación del derecho a la información en concreto, incluso por vía de pena. Se ha eliminado esta posibilidad de sanción, afortunadamente”.⁴⁰

Embora a atuação do Executivo com relação aos meios de comunicação estivesse restrita, principalmente após o texto constitucional, o poder Judiciário não deixou de atuar contra eles. Um exemplo disso foi o número superior a 100 de processos contra jornalistas, entre os anos de 1977 e 1980: “El proceso de transición operado en campos como la política, la sociedad y los medios de comunicación tardó más en llegar a estamentos de raigambre más corporativista y tradicional como la Justicia y el poder militar”.⁴¹

O aumento no número de veículos e de difusão verificados até 1977 reduziu consideravelmente após este período, em decorrência de uma crise na imprensa diária, que teve como principais fatores: a crise econômica generalizada, a falta de incentivos publicitários, o desinteresse dos leitores por assuntos políticos e o atraso tecnológico de antigos jornais.

A crise econômica causou um aumento do valor do papel, ampliando, consideravelmente, os custos da produção de jornais. A concorrência com outros meios de comunicação pode ser observada nas porcentagens de inversão publicitária: enquanto a televisão absorveu 18,9%, em 1976, e 26,6%, em 1982; a imprensa passou, durante o mesmo período, de 25 para 24,2%. Se antes os veículos tiveram que enfrentar a censura e a falta de credibilidade; com a morte do ditador, a nova barreira foi a do desinteresse dos leitores sobre assuntos políticos e a consequente redução na distribuição de exemplares.⁴² Estima-se que em 1979, apenas 15 dos 85 diários não estatais eram rentáveis, enquanto 20 somente cobriam os gastos e outros 50 gastavam mais do que arrecadavam.⁴³ Outro fator que ajudou no

³⁹ Idem, p. 35-36.

⁴⁰ MALLÉN, José Ignacio Bel. “La libertad de expresión en los textos constitucionales españoles”. *Documentación de las ciencias de la información*. La Rioja, n. 13, 1990. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/DCIN/article/view/DCIN9090110023A>> Acesso em: 17 abr. 2012. p. 52.

⁴¹ BARRERA, Carlos. Op. cit.

⁴² Idem, ibidem.

⁴³ IGLESIAS, Felipe. apud BARRERA, Carlos. Op. cit.

agravamento da crise foi a falta de tecnologia dos jornais mais antigos, o que pesou negativamente na competição destes com os novos modelos de publicações.⁴⁴

Assim, a crise da imprensa diária foi mais visível entre aqueles títulos surgidos antes ou durante o franquismo, principalmente por conta da situação econômica já fragilizada de tais veículos, bem como pelos problemas de definição política que estes começaram a enfrentar com o início da transição, tendo em vista o seu próprio vínculo tradicional/histórico com a ditadura. Neste sentido, ocorreu o início de um cenário propício para o surgimento de novas publicações, que começariam sua distribuição com menores custos de produção e, acima de tudo, que não teriam contas a acertar com o passado ditatorial.

1.2 O *El País* e um campo jornalístico em construção

O início do processo transicional foi um momento propício para a formação de novos conglomerados de imprensa – que na década de 1980, ampliariam sua atuação para outros meios de comunicação –, substituindo o espaço de destaque ocupado pelas antigas empresas jornalísticas. Esses novos grupos – Zeta, Grupo 16 e PRISA – foram os responsáveis por conquistar, pouco a pouco, o público leitor e a publicidade dos três principais jornais espanhóis do início da década de 1970: *La Vanguardia*, *ABC* e *Ya*.⁴⁵ Assim, é possível afirmar que:

En estos años se dio una dualidad evidente entre la prensa tradicional y la recién llegada entre los “viejos” y los “nuevos” diarios. Los primeros eran de corte conservador y procedían de la época franquista, aunque no siempre estuvieron en sintonía con el poder. [...] El segundo grupo de periódicos – los recién llegados – se situó en posiciones más cercanas a la centro-izquierda y al nacionalismo.⁴⁶

⁴⁴ BARRERA, Carlos. Op. cit.

⁴⁵ Dentre os três jornais o que menos sofreu com a aparição do *El País* foi o *La Vanguardia*, por ser publicado em Barcelona e não Madri, entretanto, até mesmo em seus números de difusão é possível perceber a influência negativa do início da transição. O jornal catalão iniciou sua publicação em 1881 e foi o mais liberal politicamente dos três – embora fizesse a defesa da monarquia –, ao abordar questões como o catalanismo em suas edições. Em 1976 foi o diário com maior difusão no país, com 211.736, número que reduziu, chegando a 188.712 em 1980. O conservador *ABC* surgiu em 1903 e tinha como principais bandeiras o catolicismo e o monarquismo. Com a segunda maior difusão – 171.382 – em 1976, também sofreu os impactos da transição, alcançando em 1980 apenas 133.209 exemplares. Por fim, o também conservador e católico *Ya* (1935) após ser um dos principais diários do período franquista, teve uma tiragem de 154.446 em 1976, reduzindo-a para 112.518 em 1980. Cf. BARRERA, Carlos. Op. cit.

⁴⁶ MONTERO, Mercedes; RODRÍGUEZ-VIRGILI, Jordi; GARCÍA-ORTEGA, Carmela. La construcción mediática de la comunidad política. La prensa en la transición española a la democracia. *Palabra Clave*. Chía, v.11, n.2, dez. 2008. Disponível em: <http://sabanet.unisabana.edu.co/comunicacion/palabraclave/downloads/pclave_019-09.pdf> Acesso em: 13 abr. 2012. p. 295.

Esta disputa que se estabeleceu entre as empresas jornalísticas surgidas antes do franquismo ou durante o regime e as que passaram a existir apenas após o início do período transicional pode ser compreendida como uma forma a partir da qual se configura a emergência de um campo jornalístico na Espanha, após a liberalização da imprensa.⁴⁷ A restrição das liberdades característica do período ditatorial impossibilitou a criação de um campo jornalístico, pois, para que este se constituísse, seria necessária relativa autonomia com relação ao Estado, que deveria estar pautada em dois princípios básicos: autonomia interna dos agentes e certa independência política. Diante da quase inexistência de ambos, como demonstrado na seção anterior, não é possível tratar a prática jornalística existente entre 1939 e 1975 como inserida em um campo.

A construção deste esteve relacionada, principalmente, às transformações iniciadas dentro do campo político após a morte do ditador. Neste sentido, a posição consolidada durante o franquismo pelas antigas empresas teve menor importância a partir do início do período transicional, ao passo em que, durante o regime ditatorial, o posicionamento político dos veículos condizia com um contexto no qual as liberdades estavam cerceadas. Entretanto, com o início da transição, este discurso favorável ao regime ou pouco democrático passou a ser visto como ultrapassado pelos espanhóis que vislumbravam um futuro de democracia para o país.⁴⁸ Assim, a alteração nas regras do jogo no âmbito político, permitiu a emergência de novos integrantes no círculo da imprensa que fossem adequados à nova realidade político-social espanhola.

Foi neste contexto em que ocorreu a disseminação de jornais com posicionamentos mais favoráveis à reforma do antigo sistema político. Essas novas publicações se caracterizariam por se colocar ao lado da defesa da democracia, o que pode ser entendido não apenas como uma opção política, mas também como a defesa da sua própria condição de empresas jornalísticas, mais favorecida em regimes com liberdade de expressão garantida, quando não tão dependentes dos favores do Estado.

⁴⁷ De acordo com Pierre Bourdieu, campo é o local onde se dão as relações objetivas entre indivíduos ou instituições que disputam um mesmo objeto: “[...] isto é, o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem e difundem a arte, literatura ou ciência. Este universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas”. Cf. BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência*. Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004. p. 20. Como salientou Luis dos Passos Martins, embora o jornalismo não tenha sido objeto de pesquisa da maioria das obras de Bourdieu, parece ser possível utilizá-lo como instrumental teórico para a compreensão de realidades informativas particulares. Cf. MARTINS, Luis Carlos dos P. *O processo de criação da Petrobras: imprensa e política no segundo governo Vargas*. 2006. 243p. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Neste trabalho, faremos uso deste instrumental para melhor compreender a imprensa espanhola nas décadas de 1970-1980.

⁴⁸ BARRERA, Carlos. Op. cit.

Se antes os veículos estavam submetidos ao poder político, a partir do início desta nova fase em que as condições legais e mercadológicas permitiam certa independência ao universo jornalístico, os meios de comunicação passaram paulatinamente a atender a algumas demandas próprias da emergência de um campo jornalístico relativamente autônomo: à luta específica dos jornais pelas posições dominantes nesse novo espaço social; à luta pela conquista de anunciantes, associada à própria pressão desses sobre o conteúdo dos impressos; os interesses dos controladores acionários das empresas jornalísticas; e, por fim, mas não menos importante, às demandas derivadas da necessidade de conquistar e manter um público leitor, instrumento econômico e simbólico dos periódicos nas suas negociações com anunciantes e controladores.⁴⁹ Em outras palavras, se, por um lado, as novas condições jurídicas e políticas permitiram a emergência de um campo jornalístico relativamente independente do poder político/público; por outro, as condições mercadológicas foram limitadas, obrigando os novos jornais a buscar formas de construir uma identidade específica nesse campo – que seria remodelada ou criada durante o período transicional –, como alternativa de conquistar a sua parcela desse mercado. De acordo com Carlos Barrera:

En todo este contexto político, periodístico y económico, acabaron triunfando y prevaleciente, por lo general, las nuevas concepciones empresariales y de prensa impuestas por las nuevas iniciativas. Fueron las que marcaron la pauta, protagonizaron la transición y arrastraron a los demás periódicos a la necesidad de renovarse o morir.⁵⁰

O *El País*, financiado pelo grupo PRISA, é um exemplo de publicação que se inseriu nesta disputa por uma posição de prestígio dentro do campo jornalístico em construção, ao mesmo tempo em que ajudou a edificá-lo. Com o intuito de realizar uma análise mais acurada do papel desempenhado pelo jornal, traçou-se um pequeno histórico, que abarca desde o seu surgimento até 1982, ano final da análise.

A solicitação de registro da marca *El País* foi o que originou a ideia de formação da Promotora de Informações Sociedade Autônoma, em 1971. Meio ano mais tarde, em janeiro de 1972, a empresa editora PRISA foi criada por José Ortega Spottorno, Carlos Mendo, Darío Valcárcel, Juan José de Carlos e Ramón Jordán de Urríes. A partir de então, demorou mais de três anos para receberem a autorização oficial para a publicação do jornal.⁵¹

⁴⁹ BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Op. cit. p. 102-103.

⁵⁰ BARRERA, Carlos. Op. cit.

⁵¹ O PRISA apenas se torna um grupo a partir de 1983, com a criação da *Radio El País*, até então, os recursos e investimentos do PRISA estavam direcionados somente ao jornal, impossibilitando o uso da expressão “grupo”. Cf. ROIG, Núria Almiron. *Poder financiero y poder mediático: banca y grupos de comunicación*. Los casos del SCH y PRISA (1976-2004). 2006. 593 p. Tese doutoral (Doutorado em Comunicação), Facultad de Ciències de la Comunicació, Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2006. p. 362.

Dentre os promotores do projeto apareceram representados três diferentes grupos do final dos anos 1960 e início dos 1970: os seguidores de José Ortega Spottorno e Julián Marías, liberais no que dizia respeito aos meios de comunicação; os alinhados política e ideologicamente a José María de Areilza (aristocrata e dirigente do movimento monárquico e antigo colaborador do regime franquista, passando depois à moderada oposição), representados por Darío Valcárcel; e os fraguistas, próximos ao então ministro do regime, Manuel Fraga Iribarne, representantes de um reformismo que surgia de dentro do regime. Sendo assim, a intenção do PRISA foi criar um grupo politicamente diversificado de acionistas, com características predominantemente liberais e que fizesse moderada oposição ao regime franquista – ficando de fora, pelo menos em um primeiro momento, os representantes da esquerda, do PSOE e da Opus Dei.⁵² Dessa forma, Núria Almiron Roig pondera que:

La primera característica del proyecto empresarial que gestaría a PRISA fue pues la creación de una comunidad de accionistas de talante liberal y aperturista, opositores moderados al régimen, poco significados políticamente o incluso pertenecientes al régimen franquista, del que estarían casi por completo ausentes los representantes de la izquierda moderada y radical.⁵³

A configuração das três distintas comunidades de acionistas ocasionou uma crise, permitindo a ascensão de Jesús de Polanco, que estava fora do conflito entre os grupos. Em 1976, conquistou o cargo de conselheiro delegado e, posteriormente, em 1983, foi considerado o principal acionista da empresa editorial.⁵⁴

Foi neste contexto em que, no dia 4 de maio de 1976, menos de seis meses após a morte do ditador Francisco Franco, o jornal espanhol *El País* publicou seu primeiro número, sob a direção de Juan Luis Cebrián, cargo no qual permaneceu até 1988.⁵⁵ Sua aparição coincidiu com o início da transição e as mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais que o período proporcionou ao país. De acordo com Roig:

Las luchas por el poder de esos años en PRISA, vistas en retrospectiva, harán que la historia de *El País* se confunda con la transición democrática porque los enfrentamientos internos entre el grupo de control y el de la oposición estarán necesariamente influidos por la trascendencia exterior del periódico, que se constituye prácticamente desde su nacimiento en el principal periódico de ámbito estatal.⁵⁶

⁵² Idem, p. 363-364.

⁵³ Idem, p. 364.

⁵⁴ SERNA, Víctor de la. Jesús de Polanco: el editor del poder. *El Mundo*, Madrid, 23 jul. 2007. Disponível em: <<http://www.elmundo.es/elmundo/2007/07/22/obituarios/1185077606.html>> Acesso: 15 jan. 2012.

⁵⁵ O jornal iniciou com publicações de terça a domingo, passando a ser diário apenas em abril de 1982. Cf. ROIG, Núria Almiron. Op. cit. p. 366.

⁵⁶ Idem, p. 365.

O trecho acima é representativo da estreita relação mantida entre os conflitos internos do jornal decorrentes de seu surgimento e o próprio contexto espanhol. Além disso, é interessante articular as disputas dentro do próprio veículo com as que ocorrem também dentro do campo jornalístico como um todo, como mencionado anteriormente. Neste sentido, parece ser possível pensar que a ascensão do *El País* na Espanha foi “[...] la sincronización de una revolución interna y algo que sucede en el exterior, en el universo que lo rodea”.⁵⁷

O jornal passou a ser, então, relacionado à ideia do novo, começando a ocupar uma posição privilegiada dentro do campo jornalístico, que se construía. Esta relação favoreceu a busca do veículo por se inserir e legitimar no debate público transicional:

El País se convirtió, en muy poco tiempo, en ineludible periódico de referencia tanto desde el punto de vista de la vida política y de la formación de la opinión pública como en los más específicos ámbitos empresarial y periodístico. El tándem Polanco-Cebrián funcionó casi a la perfección para mantener la unión y la sintonía ‘política’ de la empresa y el periódico, y lo mismo cabe decir del tándem Cebrián-Baviano (gerente de Prisa) para la actuación coherente entre el producto periodístico e ideológico que era *El País* y su comercialización.⁵⁸

Outra tentativa de conquistar legitimidade foi sua autodenominação “independente”, classificação geralmente utilizada para meios de comunicação que se afirmam alheios às pressões de grupos econômicos e políticos, ainda que “jornalismo independente e apartidário não existe”.⁵⁹ Sendo assim, apesar do primeiro editorial do jornal afirmar que “[...] éste se ha soñado siempre a sí mismo como un periódico independiente, capaz de rechazar las presiones que el poder político y el dinero ejercen de continuo sobre el mundo de la información”⁶⁰, tal trecho parece ter sido utilizado como uma estratégia para conseguir ser acreditado pelo público leitor.

Este, em sua maioria, foi representativo dessa relação entre a imagem do jornal e a “novidade” surgida com o início do processo de transição política: “En 1978, el 71 por ciento de los lectores del periódico tenía menos de 35 años, más de la mitad eran solteros; el 38 por ciento mujeres y un 45 por ciento era favorable a un socialismo moderado”.⁶¹ A partir desses dados, ainda que bastante limitados, pode ser possível inferir que houve relativa homologia entre o campo jornalístico e o campo social, no sentido em que a conquista de um importante

⁵⁷ BOURDIEU, Pierre. *Sociología y cultura*. México: Grijalbo, Conaculta, 2002. p. 218-219.

⁵⁸ BARRERA, Carlos. Op. cit.

⁵⁹ VIEIRA, Roberto Fonseca; LOPES, Boanerges. *Jornalismo e Relações Públicas: ação e reação*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004. p. 69.

⁶⁰ ANTE la “reforma”. *El País*. Madri. 4 maio 1976. Disponível em: <http://elpais.com/diario/2003/04/01/opinion/1049148010_850215.html> Acesso em: 12 mar. 2012.

⁶¹ VARELA, Juan. Circuló la edición nº 10.000. *El País* de Madrid y su liderazgo. *Chasqui*, Quito, nº 88, dez. 2004. Disponível em: <<http://chasqui.comunica.org/content/view/73/57/>> Acesso em: 17 jan. 2012.

espaço no primeiro pelo *El País* esteve relacionada ao público que conquistou. Este leitor tinha um perfil jovem com relativo afastamento do franquismo, mostrando-se mais disposto às mudanças que vinham se configurando para o futuro da Espanha.

Após este pequeno histórico do jornal vale ressaltar, novamente, a posição que ele galgou após apenas cinco anos de publicação: de um veículo com maior difusão na Espanha, ao alcançar o número 201.733, em 1980. A partir desta posição ocupada pelo *El País* dentro do campo jornalístico ainda em construção é possível perceber a importância aproximada que o jornal teve ao se inserir no debate público espanhol.

1.3 O *El País* e suas possíveis interpretações

A fim de observar melhor qual foi a importância do jornal para o período transicional, buscou-se bibliografias que contemplassem a análise da imprensa espanhola no geral, ou ainda, do próprio *El País*. Neste sentido, dentre um relativamente amplo número de trabalhos, chegou-se a quatro estudos, que tiveram como critério de seleção possíveis abordagens que pudessem contribuir para a construção deste trabalho.

Um das questões apontadas pela bibliografia sobre o período como sendo relevante para a compreensão da posição ocupada pelo jornal no contexto informativo espanhol são as relações existentes entre o jornal e grupos econômicos e políticos. A partir de uma análise dos nomes mais importantes relacionados ao jornal foi possível observar relações mais diretas com três principais instituições: os bancos espanhóis, partidos de direita e membros do governo transicional.

A investigação sobre as relações estabelecidas entre o campo jornalístico e o campo político-econômico na Espanha, bem como os indivíduos que transitaram entre os campos, tem como principal investigador Enrique Bustamante. *Los amos de la información*⁶² foi a primeira obra que teve como objetivo analisar a relação existente entre os meios de comunicação espanhóis e as instituições bancárias e políticas.⁶³ Neste sentido, seu trabalho é

⁶² BUSTAMANTE, Enrique. *Los amos de la información*. Madrid: Akal, 1982.

⁶³ Um detalhe interessante deste livro – além de todo o material empírico que o autor oferece aos pesquisadores que virão posteriormente – está na denúncia que ele realiza sobre as dificuldades do acesso à documentação sobre os proprietários dos meios de comunicação. Isto consiste em um paradoxo, visto que, ao mesmo tempo em que a imprensa coloca como um de seus preceitos informar ao público leitor, ela mantém sigilo sobre seus proprietários, suas relações econômicas e suas contas. De acordo com o autor, isso mostra a obscuridade, a desinformação e a falta de conhecimento sobre a imprensa e os demais meios, no qual está imerso o público e o pesquisador. Cf. BUSTAMANTE, Enrique. Op. cit. p. 8.

de fundamental importância para os pesquisadores que buscam compreender a forma como a imprensa espanhola dialogou com o campo político e o econômico.

Núria Almiron Roig, por sua vez, restringiu a análise deste diálogo entre os campos jornalístico e político-econômico a um estudo de caso das relações entre o PRISA e o Banco Santander, desde o surgimento da empresa jornalística, em 1976, até 2004. Na obra *Poder financiero y poder mediático: banca y grupos de comunicación. Los casos del SCH y PRISA (1976-2004)*⁶⁴, a autora afirma que a união entre bancos e grupos de comunicação é o centro da estrutura de poder nas democracias atuais, no sentido em que os bancos deixaram de influenciar apenas as questões econômicas do país, para se transformarem em protagonistas ativos, ao ocuparem posições administrativas nos veículos de comunicação.⁶⁵

Assim, apesar das obras de Bustamante e Roig estarem centradas nas relações entre grupos econômicos e os meios de comunicação, é possível observar a partir delas – na falta de outros estudos aprofundados – as interações políticas mantidas entre os principais acionistas ou membros do *El País*. Neste sentido, de acordo com Bustamante:

[...] dos tercios de los 76 diarios privados mantienen múltiples vinculaciones económicas y políticas de derecha, – que se traducen inevitablemente en la inmensa mayoría de los casos en otras tantas dependencias informativas –, acumulando el 86,87 por ciento de la difusión [...].⁶⁶

Com o intuito de observar estas relações, citamos abaixo os principais nomes relacionados ao PRISA e suas respectivas participações política em partidos de direita, conselhos monárquicos ou governo transicional:⁶⁷

- José Ortega Spottorno (Presidente do Conselho de Administração do PRISA): editor e filho de José Ortega y Gasset. Participou da fundação do grupo e foi senador real da Legislatura Constituinte de 1977;
- Oscar Alzaga Villaamil (Acionista do PRISA): jurista espanhol. Participou da criação da coalizão e posterior partido União Centro Democrático (UCD), pelo qual foi eleito deputado em Madri, em 1977 e 1979;

⁶⁴ ROIG, Núria Almiron. Op. cit.

⁶⁵ Idem. 47.

⁶⁶ BUSTAMANTE, Enrique. Op. cit. p. 51.

⁶⁷ A partir dos nomes apresentados pelos dois autores de integrantes do Grupo PRISA que tiveram participação no governo, fez-se uma seleção e utilizaram-se apenas os que tiveram relações governamentais mais diretas após o início da transição. A restrição a estes nomes deu-se pela busca de informações que estivessem relacionadas aos objetivos do trabalho. Os dados coletados para a realização deste tópico foram retirados, em grande medida, das obras: BUSTAMANTE, Enrique. Op. cit.; ROIG, Núria Almiron. Op. cit. Além disso, os editoriais também serviram como suporte, ao fazerem referências a conselheiros, colaboradores e acionistas do jornal.

- Joaquín Moñoz Peirats (Conselheiro do PRISA): advogado e político espanhol. Foi membro do conselho privado de Don Juan de Borbón. Em 1977 e 1979, foi deputado pela UCD de Valência;
- Antonio de Senillosa (Acionista do PRISA): fez parte do secretariado político de Don Juan de Borbón, fundou a sede catalã do Partido Popular. Em 1979, foi eleito deputado por Barcelona pela Coalizão Democrática (formada pela Aliança Popular, Ação Cidadão Liberal, Partido Progressista, Renovação Espanhola e Partido Popular da Catalunha). Em 1982, foi candidato a deputado em Barcelona pelo partido fundado pelo ex-presidente Adolfo Suárez: Centro Democrático e Social (CDS);
- Manuel Varela Uña (Conselheiro do PRISA): doutor em medicina. Em 1980 foi nomeado secretário de Estado para Saúde, pelo segundo governo da UCD;
- Ramón Tamames (Conselheiro do PRISA): economista e político espanhol. Foi eleito duas vezes deputado em Madri pelo Partido Comunista Espanhol, em 1977 e 1979. Em 1989, ingressa no partido CDS.⁶⁸

Dentre os seis nomes, cinco tiveram relação direta com um dos dois partidos (UCD ou CDS). O líder de ambos os partidos foi o segundo presidente da transição, Adolfo Suárez. Outra leitura possível diz respeito aos três integrantes do PRISA que mantiveram relações diretas com Don Juan de Borbón (pai do Rei Don Juan Carlos). A participação desses seis integrantes em governos da transição pode ter tido certa influência na política do *El País*, ao garantir análises favoráveis nos editoriais sobre ambos os personagens.

Entretanto, conforme Bourdieu assegura, não basta estudar os financiadores de um jornal para chegar a uma conclusão sobre as tomadas de posição do mesmo. Ainda que anunciantes, proprietários e a própria necessidade de agradar ao público leitor imponham limites àquilo que possa ser dito, a constituição do campo jornalístico, mesmo que emergente, implica em um grau mínimo de autonomia interna e demandas próprias aos agentes do campo. De acordo com o autor:

Ainda que os agentes comprometidos com o campo jornalístico e com o campo político estejam em uma relação de concorrência e de luta permanentes e que o campo jornalístico esteja, de certa maneira, englobado no campo político, em cujo interior exerce efeitos muito poderosos, esses dois campos têm em comum estarem muito direta e muito estreitamente situados sob a influência da sanção do mercado e do plebiscito.⁶⁹

⁶⁸ BUSTAMANTE, Enrique. Op. cit. p. 48.

⁶⁹ BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão...* Op. cit. p. 114.

No caso espanhol, como a emergência do campo jornalístico se deu concomitantemente a mudanças políticas extremamente profundas (transição da ditadura franquista para a democracia política), a tentativa de um jornal, como *El País*, de se tornar um interlocutor legítimo nesse novo espaço público esteve associada, não apenas aos ideais de neutralidade e objetividade do jornalismo anglo-saxão, mas também – de forma semelhante ao jornalismo francês – ao compromisso com bandeiras políticas (no caso, a democracia), das quais ele não pôde fugir totalmente ou correria o risco de depreciar seu capital simbólico.⁷⁰

Com a intenção de ampliar a análise, bem como de observar de que forma o jornal se posicionou com relação ao período transicional, buscou-se outros pesquisadores que utilizaram o *El País* como objeto de pesquisa. Além disso, a análise de tais estudos é fundamental para que seja possível fazer um levantamento da forma como o jornal vem sendo analisado pela bibliografia sobre o período. Como salientado anteriormente, tendo como ideal a busca dos objetivos apresentados anteriormente, foi dada maior relevância aos textos que tivessem relação com alguma questão priorizada neste trabalho.

Baldemar Hernández Márquez, analisou o papel da mensagem jornalística durante o período transicional – entre 1976 e 1978 – através do *El País* e o *ABC*.⁷¹ Sua análise foi centrada nos editoriais e textos de opinião, através de cinco categorias bastante fechadas que disseram respeito ao posicionamento do jornal a favor/contra/ambivalente à transição ou ainda com linhas de tendência rupturistas ou reformistas.

A principal crítica que pode ser tecida sobre o trabalho consiste na metodologia pouco abrangente que o autor utilizou para analisar o texto jornalístico, no sentido em que as categorias facilmente podem sobrepor-se. A relacionada à ambivalência com relação à posição do *El País* sobre a transição, por exemplo, parece um tanto quanto equivocada, exemplos disso são as duas conclusões que o autor chega a respeito desta:

[...] el periódico El País contrastaba su ambivalencia en dos puntos de vista a su juicio importantes: Se dudaba de la buena disposición del Gobierno para garantizar un proceso transparente y equitativo en la contienda electoral; Se veía con mucha desconfianza a la Ley Electoral, considerando que en su momento favorecería más a los afines a la Política del Gobierno y que no se respetaría el sufragio de la voluntad popular.⁷²

⁷⁰ MARTINS, Luis Carlos dos P. Op. cit. p. 74.

⁷¹ MÁRQUEZ, Baldemar Hernández. *El papel de la prensa en las etapas de transición a la democracia* (El caso español). 2001. 664 p. Tese doutoral (Doutorado em Comunicação), Facultad de Ciencias de la Información Universidad Complutense de Madrid, Madri, 2001. Disponível em: <<http://eprints.ucm.es/4346/>> Acesso em: 15 maio 2012.

⁷² Idem, p. 468.

O jornal pode ter se mostrado contrário a certas atitudes governamentais, entretanto, isso não define um duplo posicionamento com relação ao processo transicional em si. Em outras palavras, as críticas de um meio de comunicação a alguma política de governo transicional, por exemplo, não querem dizer, obrigatoriamente, um posicionamento contrário ao processo em si, ou ainda, que ele tenha dúvidas se é favorável à transição; apenas demonstra uma insatisfação da publicação com relação a algo específico. Neste sentido, acredita-se que a restrição das categorias criadas por Márquez pode não facilitar a compreensão da posição política de um jornal.

O pesquisador Stéphane Pini, por sua vez, realizou uma tese de doutorado que teve como objetivo observar a forma como o jornal apresentou o Rei em 55 artigos e nove fotografias, entre outubro de 1976 e dezembro de 1977. O artigo a que se teve acesso – tendo em vista que a tese não está disponível online – foi escrito a partir do trabalho original. Para Pini não existem dúvidas da importância determinante do jornal na construção de uma imagem democrática vinculada ao monarca:

El País favoreció la identificación del pueblo y de los partidos políticos con la Corona. En efecto, el diario participa del proceso democrático dando una imagen polifacética de la Corona y se convierte al mismo tiempo en portavoz de la Monarquía, incluyendo en su discurso una serie de debates innovadores, en los que decide libremente participar o no. No cabe la menor duda de que, sin la presencia de *El País*, la Corona no hubiera sido tan popular puesto que los regímenes políticos, para ser populares, tienen que ser ante todo mediáticos.⁷³

Em sua conclusão, o autor ainda afirma que o *El País* desempenhou um papel direto na consolidação da democracia espanhola, conduzindo – ao mesmo tempo em que se deixou conduzir por ela – a imagem da Coroa conforme fosse interessante para sua argumentação.⁷⁴ A interpretação de Pini é interessante por ampliar uma análise inicialmente centrada no Rei e na publicação, para a sua relação com a própria democracia espanhola.

A partir dos trabalhos acima é possível perceber a importância que o *El País* tem para a bibliografia referente ao período transicional. Embora a maioria das pesquisas que utilizam o jornal como objeto tenha sido realizada por pesquisadores da comunicação, a historiografia faz frequente uso da publicação como fonte de pesquisa, não ignorando o papel que o veículo desempenhou na Espanha.

Com relação às análises de Bustamante e Roig, é preciso salientar que estas relações são interessantes para situar o jornal em seu contexto socioeconômico mais amplo, entretanto,

⁷³ PINI, Stéphane. La imagen de Juan Carlos I en *El País* entre octubre de 1976 y diciembre de 1977. *ZER Revista de Estudios de Comunicación*. Bilbao, n. 6, maio 1999. Disponível em: <<http://www.ehu.es/zer/hemeroteca/pdfs/zer06-03-pini.pdf>> Acesso em: 15 mai. 2012.

⁷⁴ Idem, ibidem.

não são suficientes para explicar as tomadas de posição política do *El País*, objetivo central do trabalho. Por outro lado, os trabalhos de Márquez e Pini foram importantes para observar a forma como o jornal vem sendo tratado pela bibliografia sobre o período.

2 “HABLA, SUÁREZ, HABLA”: OS GOVERNOS DE ADOLFO SUÁREZ E A CRÍTICA DO *EL PAÍS*

La charla del presidente, por su tono de alejamiento del franquismo, habrá gustado a muchos, pero es difícil que convenza por más que acierte en la música y las tonalidades. [...] La nación necesitaba en esta hora de un gobernante en quien creer y difícilmente va a ser él después de la alocución de anoche.
El País, editorial, 11 de setembro de 1976

A citação acima é representativa da desconfiança com a qual o *El País* encarou o início do governo de Adolfo Suárez. Assim como o trecho, o próprio título do capítulo demonstra o objetivo principal do texto que segue: analisar como o jornal se posicionou frente a este personagem, considerado um dos principais governantes do período – não apenas pelos quase cinco anos que se manteve no poder, mas também por suas decisivas ações na garantia da continuidade do processo transicional. Embora o posicionamento do veículo tenha sido, muitas vezes, contrário ao governante, é interessante observar a incidência bastante expressiva de editoriais que fazem uma análise extensa de seu governo e de suas políticas.

A bibliografia sobre o período, por outro lado, não tem uma visão negativa dos governos de Suárez. Muito pelo contrário, o considera peça fundamental do processo transicional. Assim, embora avalie sua postura, principalmente no último ano, inadequada para um presidente – no que diz respeito à falta de clareza e iniciativa política –, considera positivamente sua participação na transição, ao permitir a abertura política tão esperada desde a morte de Franco, materializada a partir da Lei para Reforma Política.

Para alcançar o objetivo do capítulo, foi preciso dividi-lo em três partes. Em um primeiro momento, a fim compreender as críticas iniciais feitas pelo jornal à forma como Suárez ascendeu ao poder, analisou-se os anos finais do franquismo. Posteriormente, buscou-se observar as principais políticas do presidente: a Lei de Anistia e os Pactos de Moncloa. Por fim, estabeleceu-se uma relação entre a crise da União de Centro Democrático e o final de seu governo.

2.1 Do início da influência de membros da Opus Dei ao primeiro governo Suárez

O protagonismo de Adolfo Suárez deve ser compreendido dentro de seu contexto, ou seja, a partir da crise do regime franquista iniciada em meados de 1960 e a sua intensificação

a partir da morte de Carrero Blanco*, em 1973. A autarquia adotada após a Guerra Civil (1936-1939) já mostrava sinais de esgotamento, bem como o país ainda sofria com a pobreza e o isolamento externo do pós-guerra. O seu fracasso conduziu a Espanha a uma lenta introdução, já na década de 1950, de reformas que objetivaram a liberalização do comércio exterior, a promoção da indústria e a recuperação do campo.

É neste contexto em que ocorre a reinserção do país no sistema capitalista internacional e a ascensão do novo grupo político franquista, que, ao contrário dos anteriores, não procedia das burocracias fundadoras do Novo Estado, nem militares, fascistas ou membros influentes da Igreja Católica: eram membros da Opus Dei, que desde 1957, começaram a ocupar ministérios até alcançar o que se chamou de “governo homogêneo”, em 1969.** O objetivo do grupo era racionalizar a administração do Estado e liberalizar a economia e, através de um discurso técnico-jurídico, conquistaram a legitimidade que necessitavam para iniciar tais mudanças no país.⁷⁵

As transformações econômicas e políticas propostas pelos chamados “tecnocratas” tiveram consequências significantes no âmbito social: a rápida industrialização causou uma migração do campo para a cidade e o conseqüente surgimento de uma nova classe média; também gerou certa flexibilidade nos mecanismos de representação nos sindicatos oficiais, o que provocou maior possibilidade de conflitos de classe; as mudanças no âmbito econômico tiveram impacto direto na política, principalmente nas classes trabalhadoras, nas universidades e nas regiões industrializadas, como, por exemplo, na Catalunha e País Basco; o processo afetou também a estrutura da classe dirigente espanhola e a natureza de seus problemas políticos (debilidade econômica e política); as áreas que eram primeiramente de influência dos falangistas e, posteriormente, dos grupos católicos, ficaram sob tutela dos tecnocratas, o que gerou conflitos internos nas facções do regime.⁷⁶

* Luis Carrero Blanco foi um militar da marinha, que apoiou Franco durante a Guerra Civil espanhola. A partir do início do franquismo desempenhou diversas funções, tornando-se um homem de confiança do general. Após exercer a vice-presidência de Governo, foi nomeado presidente, em 1973.

** A Opus Dei é uma instituição que foi criada em 1928 pelo sacerdote espanhol Josemaría Escrivá de Balaguer. Apesar de ter sido iniciada por um membro da Igreja Católica, a maioria de seus fiéis é laica. Durante o franquismo, ficaram conhecidos como tecnocratas, por formarem um governo de técnicos.

⁷⁵ FEBO, Giuliana Di; JULIÁ, Santos. *El Franquismo*. Barcelona: Paidós Ibérica, 2005. p. 88.

⁷⁶ MARAVALL, José Maria; SANTAMARIA, Julian. Transición Política y Consolidación de la Democracia en España. In: TEZANOS, José Félix; GUERRERO, Andrés de Blas; COTARELO, Ramon. *La Transición Democrática Española*. Madrid: Editorial Sistema, 1989. p. 189-192.

Em 1967, durante o governo dos tecnocratas, foi aprovada a Lei Orgânica do Estado*, que entrou em vigor no ano seguinte e tinha como principais mudanças a diferenciação entre o chefe de Estado e o presidente de Governo e a decisão de que, caso o primeiro faltasse, o herdeiro da Coroa espanhola – que deveria ter pelo menos 30 anos – assumiria o poder, o que representava o reconhecimento da instituição monárquica na Espanha, que havia sido deposta pela Segunda República (1931-1936). De acordo com Powell, a lei permitiu uma leve democratização de algumas instituições, o que gerou “un debate cada vez más enconado en el seno del régimen sobre el futuro de éste, que contribuyó de forma significativa a su debilitación”.⁷⁷

A partir da década de 1970, o regime franquista entrou em profunda crise, protagonizada no seu próprio interior pelos grupos inseridos no aparelho estatal franquista. Estes se viam divididos, grosso modo, entre continuistas/imobilistas (ou membros do *búnker*) e a linha mais flexível dos reformistas (herdeiros do *aperturismo*** dos anos 1960). Essa divisão é bastante significativa, no sentido em que, desde o início do franquismo, a base de apoio do regime havia sido marcada pela tríade Igreja Católica, FET e as JONS e Exército⁷⁸, que, embora não fosse totalmente homogênea, pouco deixava transparecer seus conflitos internos.⁷⁹

O declínio do apoio da Igreja Católica ajudou a deslegitimar o franquismo nas décadas de 1960 e 1970, visto que o argumento utilizado pelo grupo nacionalista desde a Guerra Civil era o de estarem empreendendo uma “cruzada” contra os inimigos “infiéis vermelhos”. Assim, no momento em que perderam o apoio de um dos componentes do tripé de sustentação do regime, seu discurso ficou enfraquecido.

A partir da observação dessas questões econômicas, sociais, políticas e culturais é possível, de acordo com José Maria Maravall e Julian Santamaria, dividir a administração da Opus Dei em três etapas distintas: de 1965 a 1968, de 1969 a 1973 e a partir da morte de Carrero Blanco. A primeira delas é caracterizada, principalmente, pelo aumento das lutas das

* Tal lei dizia-se ‘orgânica’, por ter suas bases firmadas na família, nas corporações locais e na organização sindical. Através deste tripé, o governo afirmava que a ditadura não era mais como antes, pois, a partir da lei, a população passava também a governar e a ter voz ativa na sociedade.

⁷⁷ POWELL, Charles. *España en Democracia...* Op. cit. p. 108.

** Os membros do *búnker* e os partidários do *aperturismo* eram facções opostas no final do regime franquista: os primeiros representavam a ala mais conservadora e os segundos a mais reformista.

⁷⁸ A Falange Espanhola Tradicionalista (FET) e as Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista (JONS) foram criadas em 19 de abril de 1937, após a união da Falange Espanhola e dos carlistas. A FET e as JONS foram consideradas o partido do Estado franquista. Cf. BEEVOR, Antony. *A Batalha pela Espanha: a Guerra Civil Espanhola 1936-1939*. Traduzido por Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Record, 2007. p. 555. Tradução de: *The Battle for Spain*.

⁷⁹ MORADIELLOS, Enrique. *La España de Franco: Política y Sociedad*. Madrid: Síntesis, 2000. p. 175.

classes trabalhadoras e também dos conflitos cada vez mais intensos entre as diferentes facções do regime. A partir de 1969, o governo foi liderado por Blanco e marcado pelo aumento das ações repressivas, que objetivavam frear as manifestações operárias. Por fim, após o início da presidência de Arias Navarro (1974), as manifestações contrárias ao regime aumentaram, tanto por parte da direita, dos membros do chamado *búnker*; quanto por parte dos setores da oposição democrática, deixando cada vez mais clara a “incapacidad de autoadaptación del régimen [...], frustrándose todas las expectativas de que tuviera lugar una limitada liberalización”.⁸⁰

Navarro havia sido fiscal em conselhos de guerra durante a Guerra Civil, cargo que lhe rendeu a fama de homem duro e repressor, e, após este período, ocupou cargos relacionados à Segurança dentro do franquismo.⁸¹ Quando assumiu a presidência, em janeiro de 1974, retirou os membros da Opus Dei das posições do governo de maior prestígio – dos 19 ministros do governo anterior, apenas oito permaneceram. Uma das principais características do governo de Arias Navarro (1974-1976) foi sua intensa instabilidade política.

Na avaliação do *El País*, o presidente foi incapaz de dialogar com a oposição, bem como não possuía um plano de ação contra o avanço da crise econômica: “El gabinete no tenía cohesión interna y estaba lleno de incoherencias y de francotiradores en su seno. Vamos, no era un Gobierno, sino un grupo de políticos sin una autoridad programadora al frente”.⁸²

Por conta das crises e disputas entre os diferentes grupos políticos espanhóis, o novo presidente foi caracterizado, na maior parte do tempo, como contraditório e, até mesmo inseguro. Essa sua falta de atitude e ambiguidade nas decisões ora beneficiava os reformistas ora inclinava-se a medidas intransigentes*. Conforme assinala Carmona:

Frente a la idea de que Arias era un hombre representante del *búnker*, lo cierto es que desde el comienzo de su mandato el presidente sostuvo un pulso, velado y contradictorio, con los inmovilistas. Si era verdad que en la mayoría de las ocasiones les mostró su respaldo, también lo es, como veremos, que en otras no tuvo reparos en contradecirse a sí mismo.⁸³

Para o *El País*, Navarro era desprovido de duas principais virtudes políticas: a credibilidade e a autoridade; características imprescindíveis para que fosse possível levar o

⁸⁰ Idem, p. 195.

⁸¹ PREGO, Victoria. *Diccionario de la Transición*. Barcelona: Random House Mondadori, 2003. p. 36.

⁸² UNA medida acertada. *El País*. Madri. 2 jul. 1976. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1976/07/02/opinion/205106403_850215.html> Acesso em: 2 maio 2012.

* Apesar desta falta de definição de posicionamento de Navarro e talvez até mesmo por conta dela, seu governo foi bastante repressivo (inclusive através da execução de prisioneiros espanhóis), no que diz respeito aos conflitos sociais, principalmente, com relação a estudantes ligados a organizações clandestinas.

⁸³ CARMONA, Álvaro Soto. *¿Atado y Bien Atado?* Institucionalización y Crisis del Franquismo. Madrid: Biblioteca Nueva, 2005. p. 152.

processo de transição democrática adiante e, sua saída da presidência, deixou como legado uma crise de Estado.⁸⁴ Após o seu governo, a Espanha necessitava de um presidente que não estivesse preso a questões franquistas ou preocupado com interesses dos grupos que eram beneficiados durante o antigo regime, mas que estivesse disposto a solucionar os problemas atuais do país: “Se necesita un presidente con autoridad y visión clara de futuro, con capacidad de diálogo con todos los sectores del país y con la energía suficiente para llevar adelante el programa político y el programa económico que el pueblo español necesita”.⁸⁵

Dessa forma, apesar de Arias Navarro ter sido o primeiro presidente da transição, foi Adolfo Suárez quem realmente conseguiu colocar em prática a reforma política. Além da falta de credibilidade e das divisões internas no governo, Navarro não conseguiu realizar a reforma por falta de apoio do Rei, que necessitava colocar alguém escolhido por ele na presidência para facilitar a associação da monarquia à presidência.⁸⁶ A partir de então, Suárez tornou-se um dos mais lembrados personagens da transição e, embora não representasse uma considerável parte do governo que durante o franquismo desempenhou papel importante no regime – muito pelo contrário, até a sua nomeação como ministro secretário geral do Movimento, em 1975, era pouco conhecido –, teve, em seu governo, representantes do antigo governo franquista.

Nascido um ano antes do início da Guerra Civil espanhola, o advogado Adolfo Suárez teve, a partir de seu primeiro contato com o futuro Rei Don Juan Carlos, postos políticos dentro do franquismo. Em 1958, exerceu a função de secretário particular de Herrero Tejedor* – que, três anos mais tarde, foi nomeado vice-secretário geral do Movimento – e após onze anos ocupou o cargo de diretor da primeira rede da Televisão Espanhola, local onde conheceu o então príncipe Don Juan Carlos, recém-nomeado sucessor de Franco. Em 1975, Suárez tornou-se ministro secretário geral do Movimento e, finalmente, em julho de 1976, foi nomeado presidente do governo, cargo no qual permaneceu até o final de janeiro de 1981.⁸⁷ Sua administração foi formada, principalmente, por pessoas mais jovens e com ideias

⁸⁴ UN presidente para la reforma. *El País*. Madrid, 3 jul. 1976. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1976/07/03/opinion/205192802_850215.html> Acesso em: 2 maio 2012.

⁸⁵ UNA medida acertada. *El País*. Madri. 2 jul. 1976. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1976/07/02/opinion/205106403_850215.html> Acesso em: 2 maio 2012.

⁸⁶ SÁNCHEZ-CUENCA, Ignacio. El cambio político en la transición española: suicidio institucional y coordinación de las élites franquistas. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA, 2011-2012, Madri. *Anais*. Madri: Instituto Universitario José Ortega y Gasset, 2012. p. 6-8.

* Fernando Herrero Terredor foi um ministro espanhol e desempenhou a função de secretário geral do Movimento de março até junho de 1975 – quando morreu em um acidente de carro. Foi bastante importante para o governo nos últimos anos do regime franquista e manteve uma relação muito próxima com o príncipe Don Juan Carlos.

⁸⁷ PREGO, Victoria. Op. cit. p. 543-588.

reformistas – a maioria deles representantes democratas cristãos* –, além de alguns ministros do governo anterior. De acordo com Carr:

[...] sería Suárez, nutrido en el franquismo y con un gabinete que la oposición le pareció dominado por católicos y banqueros, quien, con el apoyo del rey, iba a dismantelar el franquismo y a instalar la democracia, llevando a España en junio de 1977, a las primeras elecciones generales en cuarenta años.⁸⁸

Apesar da visão positiva de Suárez por parte da bibliografia, o *El País* analisou sua chegada ao poder com surpresa e descrença:

En una palabra, vivimos en una coyuntura histórica, una crisis de Estado que debe ser resuelta de manera trascendente y firme. Todo ello explica la sorpresa causada en la opinión pública por el nombramiento de Adolfo Suárez como presidente del Gobierno. El señor Suárez posee las virtudes propias de un buen político. Ha dado muestras de brillantez, inteligencia y discreción [...] Pero no es ésta hora de políticos, sino de estadistas.⁸⁹

Levando-se em consideração que a nomeação de Suárez foi feita apenas um dia antes da edição ser distribuída, a surpresa a qual o jornal se refere diz respeito muito mais a uma opinião do próprio meio de comunicação do que da opinião pública, que dificilmente teria como ser verificada de um dia para o outro. O trecho acima foi uma estratégia utilizada pelo jornal para se legitimar enquanto porta-voz da democracia. O texto ainda critica o último cargo político de Suárez na Secretaria Geral do Movimento, ao se mostrar descrente na possibilidade de uma política reconciliatória oriunda de um antigo integrante do franquismo:

Hay un amplio consenso de opinión a respecto al hecho de que la tarea que le aguarda es mucho mayor que las ilusiones que suscita, sobre todo si se piensa que quien ahora accede a la máxima responsabilidad ejecutiva de la nación lo hace desde la Secretaría General del Movimiento. Dato anecdótico seguramente, pero que aumenta las dificultades a la hora de anunciar una política de reconciliación.⁹⁰

Esta crítica parece estar diretamente relacionada ao posicionamento que o *El País* adotou frente ao processo transicional, visto que, ao criticar antigas instituições franquistas ou membros advindos destas, o jornal tentava legitimar-se frente ao campo jornalístico que emergia – que tinha como pré-requisito para sua existência a consolidação da democracia. Além disso, ao defender ideais democráticos, a publicação colocava-se no debate público do

* Os democratas cristãos têm por objetivo aplicar os princípios do catolicismo nas políticas públicas, porém sem vincular a administração do Estado à Igreja Católica.

⁸⁸ CARR, Raymond. *España: de la Restauración a la democracia, 1875-1980*. Barcelona: Ariel Historia, 1995. p. 235.

⁸⁹ EL presidente. *El País*. Madri. 4 jul. 1976. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1976/07/04/opinion/205279201_850215.html> Acesso em: 2 maio 2012.

⁹⁰ Idem, Ibidem.

período, que, por sua vez, esteve diretamente ligado à reforma das instituições do antigo regime.

Outra preocupação do jornal consistiu na seleção da equipe ministerial, visto que, para o veículo não era suficiente que o grupo tivesse boa vontade. Fazia-se necessário “encontrar hombres con asentimiento y credibilidad populares, con ideas claras sobre lo que hay que hacer, con voluntad de trabajar en equipo y en una sola dirección”.⁹¹

Após a escolha dos integrantes do governo, o *El País* publicou um editorial comparando a meritocracia e a democracia na escolha de indivíduos para ocupar cargos: “Cuando los gobernantes no son elegidos por los gobernados, mediante el ejercicio universal, igual, libre y secreto, necesariamente surgen otros mecanismos para su reclutamiento y selección”.⁹² O texto tratou sobre o período franquista, sem mencionar diretamente o nome do então presidente, entretanto, ficou bastante claro que a ideia do jornal foi relacionar os métodos de escolha de Franco e Suárez, diferenciando-os do democrático:

[...] las semejanzas entre esa figura [personalidade que nasce no interior do sistema] y la del político surgido en la lucha electoral son puramente superficiales. La confianza que el hombre público busca no es la de sus superiores, sino la de sus votantes; los intereses que defiende y en cuyo nombre negocia no son los de un grupo de poder dentro del establecimiento, sino los de una parte de la sociedad; los compromisos a los que llega con los adversarios son públicos y versan sobre cuestiones generales.⁹³

Apesar da crítica ao governante, o jornal ponderou que a escolha de personagens oriundos do regime anterior para ocupar cargos públicos talvez favorecesse o processo transicional, pois estes estariam “más adecuado para la flexibilidad y el diálogo que el juego democrático exige”.⁹⁴ Por fim, afirmou que não importava a origem dos integrantes do governo, mas sim que eles tivessem capacidade para obter o voto dos espanhóis na disputa eleitoral.

Foi neste contexto que o presidente dirigiu-se pela primeira vez à população afirmando seu interesse em instaurar um sistema político democrático, através do reconhecimento da soberania popular: “La meta última es muy concreta: que los Gobiernos del futuro sean el resultado de la libre voluntad de la mayoría de los españoles y, para ello,

⁹¹ EL discurso del presidente. *El País*. Madri. 7 jul. 1976. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1976/07/07/opinion/205538402_850215.html> Acesso em: 2 maio 2012.

⁹² MERITOCRACIA y democracia. *El País*. Madri. 17 jul. 1976. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1976/07/17/opinion/206402406_850215.html> Acesso em: 2 maio 2012.

⁹³ Idem, ibidem.

⁹⁴ Idem, ibidem.

solicito la colaboración de todas las fuerzas sociales”.⁹⁵ Além disso, o discurso de Suárez foi conciliador e pareceu direcionar sua política no sentido de tentar dissolver a divisão entre vencedores e vencidos existente na Espanha desde o final da Guerra Civil.

Neste sentido, o governo iniciou uma das mudanças mais significativas deste primeiro período da transição: a Lei para Reforma Política. A legislação foi um marco institucional para as transformações democráticas, no sentido em que permitiu a celebração de eleições gerais por sufrágio universal e a elaboração de uma nova Constituição pelas Cortes. De acordo com María García, “[...] la Ley pretende un objetivo de Transición en la legalidad franquista, no obstante en el preámbulo se apunta un sentido democrático”.⁹⁶ Entre as principais mudanças estavam: a soberania da vontade popular, a elaboração e aprovação das leis deveriam ser feitas pelas Cortes e que estas deveriam ser compostas pelo Congresso de Deputados e o Senado, ou seja, passavam a ser bicamerais.⁹⁷

A apresentação do projeto da legislação foi bastante criticada pelo *El País*, principalmente pelas contradições que esta apresentava com relação à realidade espanhola:

En definitiva, con el proyecto de ley que comentamos se promete una vez más la democracia, en sentido tan genérico y abstruso que todos debemos asentir a la bondad del texto, y asentimos, pero no se logran despejar las incógnitas del momento sobre cómo esta democracia tan prometida va a ser realidad de una vez entre nosotros. La tentación jurídico formal parece haber hecho finalmente presa – una vez más – en los legisladores del Régimen, olvidando éstos el terreno político en que se mueven.⁹⁸

Poucos dias depois, o jornal ponderou que o projeto deveria iniciar um processo constituinte, que seria composto por três partes: um refendo, as eleições gerais por sufrágio universal e a elaboração de uma nova Constituição pelas cortes eleitas, pois, “[...] hacer una reforma para garantizar la continuidad en el mando de las fuerzas político-sociales que lo han detentado en monopolio durante los últimos cuarenta años sería una fraude que desembocaría en el caos político”.⁹⁹

Cerca de dois meses mais tarde, o posicionamento do *El País* sobre o projeto, ainda em discussão nas Cortes, foi um pouco mais positivo, considerando-o o fim da continuidade com o regime franquista: “Hoy comienza el debate en las Cortes sobre un proyecto de ley que

⁹⁵ NAVARRO, Ángel Sánchez. *La transición española en sus documentos*. Madri: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 1998. p. 288.

⁹⁶ GARCÍA, María Isabel Ruiz. Suárez y la Ley de Reforma Política. In: TUSELL, Javier; SOTO, Álvaro (dirs). Op. cit. p. 277.

⁹⁷ NAVARRO, Ángel Sánchez. Op. cit. p. 314-318.

⁹⁸ LA reforma Suárez. *El País*. Madri. 12 set. 1976. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1976/09/12/opinion/211327201_850215.html> Acesso em: 2 maio 2012.

⁹⁹ DESHACER el tinglado. *El País*. Madri. 18 set. 1976. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1976/09/18/opinion/211845604_850215.html> Acesso em: 2 maio 2012.

significa, a grandes rasgos, la liquidación de un régimen”.¹⁰⁰ A progressiva aceitação do projeto pelo jornal está diretamente relacionada à redução das críticas a Suárez – elas continuaram sendo feitas, entretanto, conforme a legislação foi promovendo modificações nas estruturas franquistas ainda presentes no início da transição, a quantidade de apreciações negativas reduziu significativamente – sendo possível inferir que a Lei para Reforma Política teve influência determinante na mudança de visão do veículo sobre o presidente. Em outras palavras, quanto mais Suárez se aproximava de ideais democráticos e se mostrava aberto a mudanças no país, melhor parece ter sido a avaliação da publicação sobre seu governo.

Foi neste contexto que Suárez iniciou seus encontros com os líderes mais representativos da oposição para discutir algumas questões relativas à legislação, com o intuito principal de conseguir apoio dos grupos e atores políticos/sociais espanhóis para a aprovação da norma. De acordo com Ignacio Sánchez-Cuenca, a reforma não foi negociada com a oposição, os encontros serviram para observar qual seria a melhor abordagem para a legislação, a fim de garantir sua aprovação.¹⁰¹

A entrevista mais importante foi a de Felipe González, líder do PSOE, em agosto de 1976. Apesar dos meios e dos próprios objetivos de cada um serem diferentes – Suárez estava propondo a reforma de leis franquistas e o segundo almejava uma ruptura democrática que proporcionasse um governo descolado das antigas instituições franquistas – o encontro foi bastante importante ao aproximar pessoalmente dois atores fundamentais para a transição democrática. De acordo com Victoria Prego:

Adolfo Suárez y su gobierno, por un lado, y todos los grupos pertenecientes a la oposición democrática, por otro, se muestran dispuestos a hablar, a negociar, a intentar encontrar un espacio común que permita a los españoles alcanzar un régimen de libertad. Y sobre esa base [...] se constituirá el complejísimo proceso político que hizo posible la transición de la dictadura a la democracia.¹⁰²

O único membro importante da oposição que não teve um encontro com o presidente foi Santiago Carrillo, secretário geral do Partido Comunista, entretanto, ocorreu um diálogo através de conhecidos em comum. Este contato indireto facilitou as negociações que resultaram na legalização do Partido Comunista Espanhol em abril de 1977, momento decisivo para a transição, visto que a ideia de legalizar e permitir a existência de todo e qualquer partido político seria vantajosa para a imagem de um processo transicional que se pretendia democrático, como o espanhol. Assim, apesar dos riscos que estavam envolvidos

¹⁰⁰ EL Pleno de hoy. *El País*. Madri. 16 nov. 1976. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1976/11/16/opinion/216946802_850215.html> Acesso em: 2 maio 2012.

¹⁰¹ SÁNCHEZ-CUENCA, Ignacio. Op. cit. p. 11-16.

¹⁰² PREGO, Victoria. Op. cit. p. 554.

nessa atitude – com relação aos líderes militares e aos integrantes do *búnker* – Suárez optou por sua legalização, conquistando uma maior legitimidade frente à oposição.

Ainda durante as negociações do projeto de Lei para Reforma, a legalização do PCE vinha sendo discutida e, de certa forma, exigida pelo jornal: “El tema del Partido Comunista debe ser de una vez arrumbado como tabú o como discriminatorio. Tener fuera de las Cortes una oposición de izquierda de este signo es lo peor que le podría suceder a un régimen que nace con aspiraciones de estabilidad”.¹⁰³ Quando o partido tornou-se legalizado, o jornal publicou um editorial explicando o porquê da obrigatoriedade de tal ação para que fosse possível dar seguimento ao processo transicional:

La legalización del PCE era una necesidad funcional del proceso democratizador y, a la vez, una exigencia de principios del sistema pluralista. El señor Suárez hizo lo que, por torpeza o miedo, sus antecesores en el Poder dejaron pendiente. Tal vez se retrasó demasiado y empleó vías algo tortuosas; pero tomó la medida cuando todavía era tiempo. Por lo demás, buena parte de los argumentos utilizados por el señor Suárez para justificar la legalización del PCE tienen alcance general y son perfectamente válidos.¹⁰⁴

O texto aproveita para criticar Suárez por sua incoerência ao deixar de lado o pedido de outros partidos de esquerda, do carlista e do republicano, que não infringiam a lei penal e, por isso, teriam o direito de serem legais, caso contrário, restariam apenas duas perguntas ao governo:

¿No debemos, acaso, hacer absolutamente sinceras las elecciones para que nadie pueda argumentar, en perjuicio de la estabilidad nacional, que no hubo igualdad de oportunidades? ¿No es preferible contabilizar en las urnas lo que, en caso contrario, tendríamos que medir sobre la pobre base de algaradas callejeras?¹⁰⁵

A ação com relação ao PCE envolveu dois principais pontos: a credibilidade que o governo ganhou por parecer estar realmente fazendo esforços para a democratização do regime político, ao mesmo tempo em que causou problemas à Espanha pela força que tinha o Partido Comunista, no que diz respeito, principalmente, à quantidade de ativistas e simpatizantes. Essa última questão fez com que o novo regime tivesse que resolver o dilema dos custos da repressão e da tolerância.¹⁰⁶

¹⁰³ EL primer paso. *El País*. Madri. 19 nov. 1976. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1976/11/19/opinion/217206001_850215.html> Acesso em: 2 maio 2012.

¹⁰⁴ LAS razones sobre el PCE. *El País*. Madri. 5 mai. 1977. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1977/05/05/opinion/231631202_850215.html> Acesso em: 2 maio 2012.

¹⁰⁵ Idem, ibidem.

¹⁰⁶ LINZ, Juan José; STEPAN, Alfred C. Op. cit. p. 96.

O encontro com membros da Igreja Católica foi marcado pela relação direta que a instituição manteve com o Estado durante o franquismo – principalmente até a década de 1960 – e o seu posterior afastamento. O distanciamento iniciado após os anos 60 foi acentuado a partir dessa reunião com Adolfo Suárez, transformando a divisãoseparação entre o Estado e a Igreja Católica em uma prática e não apenas em uma teoria, como ocorreu durante a ditadura de Franco.

Já os encontros com os ex-ministros de Franco terminaram sem um acordo, visto que eles se mostraram irredutíveis na ideia de manter a continuidade. As discussões com os altos representantes do Exército teriam o mesmo futuro, caso Suárez tivesse comentado sobre a possibilidade de legalizar o PCE. Entretanto, como ele garantiu a não legalização, os militares concederam apoio ao novo presidente.¹⁰⁷

No que se refere ao *El País*, este não foi tão positivo com relação à forma como a lei foi aprovada, principalmente por conta dos conflitos que ocorreram nas semanas anteriores ao referendo popular. As principais críticas foram feitas com relação à publicidade, que tinha como objetivo induzir a população a votar pelo “sim”, que significava a aceitação da lei:

Pero más grave aún resulta el empleo para la propaganda del sí de un estilo muy semejante al del franquismo ortodoxo. [...] El comienzo de una verdadera reforma política consistiría en respetar la inteligencia y la libertad de los ciudadanos sin tratar de intoxicarlos con una publicidad sesgada y parcia, y concediendo plena libertad de expresión a todas las opciones posibles, gusten o no, convengan o no a quienes sólo constituyen un sector, aunque poderoso de la comunidad nacional.¹⁰⁸

É possível perceber também a crítica à forma de condução do processo pelo uso de mecanismos do antigo regime. No dia do referendo, esse tópico retornou aos editoriais:

El gobierno del presidente Suárez convoca hoy un referéndum según la mecánica del régimen de Franco, para dar paso a otro sistema distinto [...] Tal vez la salida del franquismo exigiera procedimientos autoritarios y mecanismos no del todo claros para llevarse a cabo. Pero la entrada en la democracia excluye esas soluciones mixtas.¹⁰⁹

Assim, neste primeiro semestre do governo de Suárez – entre a sua nomeação e a aprovação por referendo popular da Lei para Reforma Política – foi possível perceber uma mudança no posicionamento do jornal com relação ao governante. Como dito anteriormente, a sua escolha como presidente foi recebida com surpresa e crítica, por sua origem política estar

¹⁰⁷ PREGO, Victoria. Op. cit. p. 555-556.

¹⁰⁸ UN mal comienzo. *El País*. Madri. 4 dez. 1976. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1976/12/04/opinion/218502001_850215.html> Acesso em: 2 maio 2012.

¹⁰⁹ UN trámite inevitable. *El País*. Madri. 15 dez. 1976. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1976/12/15/opinion/219452402_850215.html> Acesso em: 2 maio 2012.

diretamente relacionada ao franquismo e por sua aparente inexperiência enquanto estadista. Para o *El País*, um exemplo da falta de capacidade de conduzir a transição espanhola foi um discurso que Suárez fez em setembro, quando afirmou, com relação à crise que a Espanha vinha enfrentando, que: “Bajo la Corona, se pueden afrontar todos los problemas con la conciencia clara de que todos se pueden resolver. No hay por qué tener miedo a nada. El único miedo racional que nos debe asaltar es el miedo al miedo mismo”.¹¹⁰ A declaração foi mal recebida pelo jornal, que escreveu no dia seguinte:

La nación necesitaba en esta hora un gobernante en quien creer y difícilmente va a ser él después de la alocución de anoche. El presidente ha logrado desinteresar a los españoles en el cambio político que ofrece. Y nos tememos que sólo el *miedo al miedo*, al que él mismo aludió como lícito, sea la razón por la que hoy tantos españoles que no tienen fe en él están dispuestos a ayudarlo. Pues si el Gobierno fracasa, sería el fracaso también de muchas cosas: la hora de los oportunismos y la ocasión del vértigo.¹¹¹

Assim, apenas no início de outubro os editoriais começaram a parecer um pouco menos avessos à ideia de tê-lo como presidente. O texto que mostra esta mudança de opinião trata sobre o rechaço do Conselho Nacional do Movimento ao projeto de reforma, encontro no qual Suárez discursou e não foi aplaudido pelos conselheiros:

Los señores consejeros nacionales, dicho sea con todo respeto, fueron el decorado de un régimen personal cuya máxima autoridad nunca se aconsejó de ellos, pero les revistió de honores mundanos y efímeros. [...] Siempre hemos dicho que nos parecía una torpeza política someter la reforma al Consejo Nacional y a las Cortes.¹¹²

E o texto finaliza com palavras de apoio ao presidente: “Permítasenos pues a nosotros, que tantas veces le hemos abuchado, sonar nuestras palmas en esta ocasión. Por el valor personal, a pesar del error político, que ha demostrado el señor Suárez al presentarse ante el *Consejo de las sombras*”.¹¹³ Este momento foi decisivo para a mudança de posição do jornal com relação à Suárez, no sentido em que ao ser rechaçado pelo Conselho Nacional – instituição eminentemente franquista –, o *El País* poderia demonstrar algum apoio ao presidente, colocando-se, mais uma vez, a favor da democratização do país. Neste sentido, é possível perceber que as tomadas de posição dos editoriais com relação ao governante

¹¹⁰ NAVARRO, Ángel Sánchez. Op. cit. p. 313.

¹¹¹ SUÁREZ renovó su letra. *El País*. Madri. 11 set. 1976. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1976/09/11/opinion/211240801_850215.html> Acesso em: 2 maio 2012.

¹¹² SILENCIO que honra. *El País*. Madri. 9 out. 1976. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1976/10/09/opinion/213663601_850215.html> Acesso em: 2 maio 2012.

¹¹³ Idem, ibidem.

estiveram relacionadas a outras variáveis, neste caso, à falta de apoio demonstrada por membros do antigo regime.

Entretanto, é preciso ressaltar que observar uma mudança de posicionamento por parte do *El País* com relação ao presidente não é o mesmo que afirmar uma aceitação incondicional. O que começa a ocorrer, em verdade, é uma suavização das críticas – pelo menos durante os próximos meses –, no sentido em que elas passam a ser mais específicas em algumas ocasiões e geralmente relacionadas à atual gestão de Suárez e, não mais, com relação ao seu passado ou a sua inexperiência.

2.2 O segundo governo Suárez: as eleições gerais de 1977, a anistia e a crise econômica

O segundo governo Suárez iniciou a partir da vitória da sua coalizão eleitoral, a União de Centro Democrático, nas eleições realizadas em 15 de junho de 1977. A UCD foi criada em 3 de maio, no mesmo dia em que o presidente anunciou sua candidatura, a partir do desmantelamento do Centro Democrático e sua transformação na nova sigla.¹¹⁴

O editorial do dia anterior às eleições é fundamental para a compreensão do posicionamento do jornal com relação ao processo eleitoral. O *El País* negou ser neutro ao afirmar, mais uma vez, estar lutando pela construção de uma sociedade democrática desde o seu nascimento e acrescenta: “[...] un objetivo básico debe, a nuestro juicio, guiar la mano de los electores: consolidar la democracia”.¹¹⁵ Sobre os partidos conservadores que estavam disputando, colocou-se contrário à Aliança Popular e afirmou que o uso de táticas do antigo regime dificultaria a forma de governar democraticamente.¹¹⁶

A partir da necessidade do texto em reafirmar seu posicionamento em defesa da democracia, é possível compreender a intenção do jornal em legitimar sua própria existência enquanto defensor da transição democrática. Ao ter nascido alguns meses após o início do processo era importante vincular-se à nova imagem reformista que o país estava adotando, bem como era requisito básico para garantir a existência de um campo jornalístico autônomo.

¹¹⁴ De acordo com Charles Powell: “Tras estudiar varias opciones, Suárez optó finalmente por impulsar la creación de una amplia coalición electoral, Unión de Centro Democrático, que integrase, bajo su liderazgo a los reformistas y a ciertos grupúsculos de la oposición moderada, de ideología democristiana, socialdemócrata y liberal”. POWELL, Charles. El camino a la democracia en España. *Cuadernos de la España Contemporánea*. Madri, n. 1, dez. 2003. Disponível em: <http://www.uspceu.com/CNTBNR/sitio_ID/pdf/1_camino.pdf> Acesso em: 5 maio 2012. p. 18.

¹¹⁵ EN la hora de la reflexión. *El País*. Madri. 14 jun. 1977. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1977/06/14/opinion/235087212_850215.html> Acesso em: 2 maio 2012.

¹¹⁶ A Aliança Popular foi fundada em 1977 por seis ex-ministros de Franco, entre eles Manuel Fraga Iribarne. Para saber mais sobre a AP: PRADERA, Javier. *La transición en España, 1975-1986*. Madrid: Instituto de Cooperación Iberoamericana/Comunidad de Madrid/ Gráficas Forma, 1992. p. 19.

A defesa de liberdades democráticas – que dificilmente seriam alcançadas caso saísse vitorioso algum partido com relação direta com o franquismo, como era o caso da Aliança Popular.

Esta crítica ao partido de Manuel Fraga deve ser observada com cuidado, visto que, como apresentado no primeiro capítulo deste trabalho, entre os promotores do PRISA teve um grupo bastante próximo ao antigo ministro do franquismo. A linha de argumentação de Enrique Bustamante – relações econômicas e políticas entre acionistas, financiadores ou fundadores de um jornal devem orientar seu posicionamento político –, quando se observa esta crítica à AP, demonstra falhas. Neste sentido, é interessante retomar as considerações de Bourdieu no que se refere às tomadas de posição de um veículo de comunicação. Para compreendê-las, não é suficiente analisar os seus financiadores, pois, ainda que eles imponham algum tipo de limite ao que é publicado, para a constituição de um campo jornalístico, ainda que em emergência, é necessário que exista um grau mínimo de autonomia interna e independência do campo político.

O editorial do dia anterior ao processo eleitoral ainda analisou a importância das primeiras eleições democráticas após o final do franquismo:

Las elecciones van a suponer un cambio real en el sistema de gobernar [...] La democracia es un régimen de diálogo y, por lo mismo, de conflictos [...] Pero es también el único régimen que procura la solución de esos conflictos sin necesidad de acudir a la violencia.¹¹⁷

A partir deste fragmento é possível observar o ideal pacificador da publicação, bem como sua intenção, novamente, de legitimar a democracia, o que está diretamente relacionada às críticas que realizou aos partidos mais conservadores Aliança Popular e UCD – este último contava com um considerável número de antigos integrantes do regime franquista. Ao observar a democracia como um espaço para o diálogo, o jornal também se legitimava – ao mesmo tempo em que validava a própria construção do campo jornalístico – no debate público, visto que, parte dos diálogos ao qual se refere no trecho ocorreria nas páginas dos jornais espanhóis.

Os principais partidos participantes da disputa eleitoral – além da UCD – foram: o PSOE, de Felipe González; o recém legalizado PCE, encabeçado por Santiago Carrillo; e a AP, que tinha como representante Manuel Fraga Iribarne. É interessante observar o resultado das eleições: a UCD recebeu 34,6% de votos e o PSOE contou com 29,4% de eleitores, o que representou 165 e 118 cadeiras na Câmara dos Deputados. O bom desempenho do PSOE –

¹¹⁷ Idem, ibidem.

surgido em 1879, mas com pouca expressão nos últimos anos do franquismo – deveu-se, em certa medida, ao relativo fracasso do PCE – a imagem política de seus integrantes ainda estava diretamente ligada a ideais da Guerra Civil espanhola.¹¹⁸

A possibilidade de destaque do partido socialista nas eleições de junho foi observada cerca de duas semanas antes pelo *El País*. De acordo com este, apesar da crise de identidade que o PSOE sofria por conta de sua baixa combatividade nos últimos anos do franquismo e por ter perdido a colocação de principal partido da classe operária industrial,

[...] los sondeos de opinión coinciden en predecir un considerable porcentaje de votos para los candidatos del PSOE en los comicios del próximo día 15. Esta indicación confirma las previsiones de los observadores, que han vaticinado durante los últimos meses que el socialismo va a ocupar un destacado lugar las preferencias de los electores, y que el partido de Felipe González será el más evidente – aunque no el único beneficiario del voto de este signo.¹¹⁹

A pequena diferença na porcentagem de votos entre a UCD e o PSOE demonstra que o apoio popular estava dividido de forma semelhante entre os grupos.¹²⁰ É com base principalmente nos resultados dessa eleição que Sánchez-Cuenca afirma que o consenso entre o governo e a oposição teve início apenas a partir da votação, no sentido em que aquele foi forçado a pactuar com esta para evitar maiores conflitos com os outros grupos opositores, incluindo os próprios eleitores do PSOE.¹²¹ Além de garantir o surgimento do consenso como método idôneo, de acordo com Powell, as eleições de 1977 podem ser consideradas um dos principais elementos de fundação do novo sistema democrático, ao deslegitimarem o antigo regime e legitimarem o sucessor.¹²²

É interessante salientar a forma como o jornal apresentou, antes mesmo do resultado da disputa eleitoral, o posicionamento dos partidos e as consequências que este teria no processo democrático espanhol. Atuando como um analista do processo, o periódico publicou um editorial no dia das eleições salientando:

¹¹⁸ POWELL, Charles. *España en Democracia...* Op. cit. p. 194-196.

¹¹⁹ LA crisis de identidad del PSOE. *El País*. Madri. 1º jun. 1977. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1977/06/01/opinion/233964005_850215.html> Acesso em: 2 maio 2012.

¹²⁰ Acredita-se que a porcentagem referente ao resultado das eleições possa ser utilizada como fator determinante na análise do apoio popular e da subsequente relação estabelecida entre o surgimento de um possível consenso no país, ao observarmos os dados da população votante. Dados oficiais do Congresso mostram que, em dezembro de 1976, a população de eleitores na Espanha era de 22.644.290; nas eleições de junho de 1977, foram computados 18.278.085 de votos (utilizou-se o número de eleitores do referendo da Lei para Reforma Política por falta de possibilidade em encontrar dados oficiais referentes aos de 1977). A partir dos dados é possível perceber que aproximadamente 80% da população votante espanhola compareceu às urnas, o que torna plausível acreditar que houve uma proximidade entre os apoios aos dois principais partidos espanhóis. Dados obtidos através do site do Congresso dos Deputados: <http://www.congreso.es/portal/page/portal/Congreso/Congreso>.

¹²¹ SÁNCHEZ-CUENCA, Ignacio. Op. cit. p. 4.

¹²² POWELL, Charles. *El camino a...* Op. cit. p. 18.

Ahora bien, esta confluencia en la moderación, aunque suscite críticas de los militantes más radicales hacia sus dirigentes o levante polémicas entre los partidos, constituye un dato positivo para el futuro de la democracia, porque expresa, no el maquiavelismo o la inconsecuencia de los dirigentes, sino tendencias sociales de profundo calado. El corrimiento de la derecha hacia la izquierda, y de la izquierda – hacia la derecha, es un inequívoco síntoma de que nuestro país ha alcanzado finalmente el grado de desarrollo económico, de homogeneidad social y de conciencia política sobre el que puede descansar ese consenso mínimo que ha desterrado el espectro de la guerra civil de los países civilizados.¹²³

Assim, é importante observar as semelhanças entre os projetos dos partidos situados à esquerda e à direita, que o editorial denomina como *confluencia en la moderación*. Existe, dessa forma, uma semelhança nos discursos e argumentações existente entre parte da bibliografia sobre o processo transicional – que está analisando os eventos da transição *a posteriori* – e um dos impressos de maior circulação dentro da Espanha no período.

Dois dias após a votação, o editorial afirmou que seria possível dizer que Adolfo Suárez ganhou as eleições, mas que o grande triunfador foi, na verdade, Felipe González, principalmente pela alta porcentagem de votos que conseguiu. Ainda no mesmo texto, o jornal traçou o perfil dos eleitores dos dois principais partidos:

En las zonas rurales, la pervivencia del caciquismo, la influencia de los delegados gubernativos y la información escasa o tergiversada facilitan el voto ciego a favor del Gobierno; en las grandes capitales y en las áreas más desarrolladas se dan condiciones infinitamente mejores para un sufragio libre y ponderado.¹²⁴

A partir desta análise, a proximidade de votos entre a UCD e o PSOE é ainda mais alarmante, no sentido em que, para um país que estava tornando-se cada vez mais urbano, os cidadãos com menor comprometimento partidário estavam nos núcleos urbanos e nas regiões mais avançadas, o que levava o veículo a considerar a vitória da UCD – representante, por consequência, de uma Espanha ruralizada e conservadores – ainda mais relativa e pouco expressiva.

Este foi o contexto no qual teve início o segundo mandato de Suárez, que enfrentou duas questões fundamentais: os pedidos por anistia e a grave situação econômica espanhola. Ambos os problemas foram heranças do franquismo que não haviam sido resolvidos durante o governo de Arias Navarro.

Entretanto, ocorreu uma diferença na forma como ambos foram tratados pelo jornal, a questão da anistia começou a aparecer de forma veemente nos editoriais ainda no primeiro mês do segundo governo do presidente; já a crise econômica apareceu diluída em textos que

¹²³ HAY que respetar las urnas. *El País*. Madri. 15 jun. 1977. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1977/06/15/opinion/235173609_850215.html> Acesso em: 2 maio 2012.

¹²⁴ NECESIDAD de un consenso nacional. *El País*. Madri. 17 jun. 1977. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1977/06/17/opinion/235346404_850215.html> Acesso em: 2 maio 2012.

enfocaram outras questões governamentais (como a reforma política e as eleições, por exemplo), passando a ser criticada mais isoladamente a partir de julho de 1977.

Essa diferença temporal de reivindicações entre ambas demonstrou uma urgência para que se resolvesse a primeira, ao mesmo tempo em que o contrário pode ser verificado com relação à crise econômica. Assim, parece cabível afirmar que as reivindicações por soluções econômicas surgiram de forma incisiva após as eleições de 1977, quando a democratização do país estava mais garantida. Por outro lado, a questão da anistia política estava diretamente relacionada à Guerra Civil espanhola, o que a transformava em um problema que tinha reivindicações anteriores ao início da transição, ainda durante os últimos anos do franquismo – sendo possível observar a necessidade que o jornal via em uma rápida busca pela consolidação democrática.

O primeiro editorial que se refere à anistia tratou sobre as manifestações que vinham ocorrendo na semana anterior a sua publicação e possíveis rumores de que o governo preparava uma anistia, o que seria, para o jornal, uma prova da vontade democratizadora do presidente. No final do texto, acrescentou:

[...] creemos que la amnistía es condición básica de la reconciliación nacional y de la construcción de la democracia. Y el Gobierno no debe acordarla sólo como instrumento de credibilidad política, sino como expresión de un convencimiento democrático y del fe en los valores de la libertad [...]¹²⁵

É com esta ideia de reconciliação nacional que surgiu o primeiro decreto-lei real sobre a anistia (30 de julho de 1976). Essa primeira legislação teve como objetivo anistiar os que cometeram delitos com intencionalidade política e de opinião (desde que esses não tivessem colocado em perigo outras pessoas ou o patrimônio econômico da nação), espanhóis que cometeram rebeliões, fugitivos e desertores e os que se negaram a prestar serviço militar. Além disso, o decreto previu cancelar antecedentes penais dos anistiados que cometeram delitos, mas, por outro lado, os militares anistiados não seriam reintegrados a seus empregos ou carreiras.¹²⁶

O anúncio do decreto-lei foi recebido de forma positiva pelo *El País*, que considerou a extensão aos delitos militares – mesmo que com a não reincorporação ao serviço ativo dos anistiados – um sinal de reconciliação e pacificação da Espanha. Além disso, o texto afirmou que a legislação era a melhor possível, embora não tão ampla quanto desejável pela população. No final do editorial do dia 31 de julho, o jornal dá um conselho, ao mesmo tempo

¹²⁵ ESPERANDO la amnistía. *El País*. Madri. 16 jul. 1976. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1976/07/16/opinion/206316002_850215.html> Acesso em: 2 maio 2012.

¹²⁶ NAVARRO, Ángel Sánchez. Op. cit. p. 295-298.

em que faz um pedido aos leitores: “Cada español debe borrar así, en su interior, las heridas del pasado y ayudar a construir una España nueva y democrática en la libertad y la justicia, única manera de garantizar un verdadero orden social”.¹²⁷ Este último trecho é um exemplo interessante de uma prática recorrente nos editoriais, que consiste em um apelo para que os leitores tomem algumas atitudes com relação à consolidação da democracia – o que demonstra a ideia apresentada anteriormente do jornal enquanto defensor da democracia, bem como a favor da construção de um futuro livre de conflitos, ao pedir que os espanhóis apaguem as feridas do passado. É possível observar uma tentativa de se auto-legitimar por parte do jornal, no sentido em que, a garantia do livre exercício de sua profissão tinha como requisito básico a existência de liberdades que somente um regime democrático poderia oferecer.

O segundo decreto-lei real, de 14 de março de 1977, consistiu na supressão de alguns limites impostos pelo decreto de 1976. Entretanto, a ação governamental de maior relevância com relação à anistia foi a própria lei, aprovada pelas Cortes em 15 de outubro de 1977. Neste sentido, o editorial de 22 de maio de 1977 é representativo da luta a favor de uma ampliação da anistia:

La idea que EL PAIS tiene de la amnistía ha sido expuesta en numerosos editoriales. Cansados estamos de repetir el axioma de que una amnistía no es una decisión jurídica o de coyuntura, que con una amnistía no se sale del paso de nada, que una amnistía es una medida de alta política, una raya fronteriza entre un pasado que se pretende superar y un futuro de paz civil al que se quiere llegar.¹²⁸

O trecho acima é apenas um exemplo das mais fortes reivindicações por parte do jornal – entre março e outubro de 1977 – que coincidiram, não por acaso, com um período de intenso conflito entre o ETA (Euskadi Ta Askatasuna, que traduzido ao português significa País Basco e Liberdade) e o governo. A maioria dos espanhóis condenados como presos políticos eram militantes do ETA, por isso, de acordo com o *El País*, a anistia total era um pré-requisito para que as negociações entre as forças políticas se desenvolvessem de forma pacífica.¹²⁹

Neste contexto, a aprovação da Lei de Anistia, em outubro de 1977, representou, na opinião do jornal, a oportunidade para o país “mirar hacia adelante, olvidar las responsabilidades y los hechos de la guerra civil, hacer abstracción de los cuarenta años de

¹²⁷ LA amnistía. *El País*. Madri. 31 jul. 1976. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1976/07/31/opinion/207612001_850215.html> Acesso em: 2 maio 2012.

¹²⁸ LAS exarcelaciones. *El País*. Madri. 22 maio 1976. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1977/05/22/opinion/233100001_850215.html> Acesso em: 2 maio 2012.

¹²⁹ LA amnistía total y las autonomías. *El País*. Madri. 28 jul. 1977. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1977/07/28/opinion/238888801_850215.html> Acesso em: 2 maio 2012.

dictadura”.¹³⁰ Assim, de acordo com o editorial, o povo deveria lembrar do passado, desde que esta lembrança o ajudasse a construir projetos pacíficos de futuro e não nutrir rancores do passado. A legislação foi mais completa que as anteriores, ao conceder anistia por delitos de natureza política; recuperação de direitos (reintegração, excluindo para os militares); reconhecimento dos direitos de herdeiros dos falecidos e eliminação de antecedentes penais dos anistiados.¹³¹

Com relação à crise econômica herdada por Suárez, ela teve início por conta, principalmente, da crise do petróleo (1973), que afetou grande parte dos países ocidentais, mas teve influência especialmente negativa na Espanha pela situação política que o país vivenciava – debilitação do franquismo e seu iminente término. Sendo assim, a crise mundial gerou cinco principais problemas para a economia espanhola: redução do crescimento industrial, o que acabou resultando em um processo de desindustrialização por conta da redução da demanda por produtos; alta da inflação; desequilíbrio na balança de pagamentos; desemprego; e, por fim, déficit público.¹³² De acordo com Julio Lopez:

En síntesis, el período de transición política 1976-1982 estuvo precedido en España por una etapa de prolongado crecimiento entre 1961 y 1974, como lo indica durante la misma el aumento medio anual del Producto Interior Bruto a precios constantes fuese del 7,2 por 100. A lo largo del período mencionado, 1976-1982, el crecimiento medio pasó a ser sólo del 1,4 por 100, menos de la quinta parte del crecimiento registrado en el período precedente.¹³³

Com os problemas políticos imediatos aparentemente resolvidos – a partir das eleições de junho de 1977 – a crise econômica passou a ser um assunto recorrente nos editoriais do *El País*: “La economía es un enfermo grave que empeora. El deterioro económico puede desembocar en una gran crisis nacional y es necesario que los españoles tengan conciencia de ello”.¹³⁴

Após o anúncio da composição do novo governo Suárez, o jornal fez uma apreciação dos membros escolhidos (entre eles, o vice-presidente econômico Enrique Fuentes Quintana): “el Gobierno de la nación va a contar con un equipo coherente, dotado de pericia técnica y decidido a poner en práctica las medidas necesarias para enderezar una situación

¹³⁰ AMNISTÍA al fin. *El País*. Madri. 15 out. 1977. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1977/10/15/opinion/245718004_850215.html> Acesso em: 2 maio 2012.

¹³¹ FERNÁNDEZ, Paloma Aguilar. *Políticas de la...* Op. cit. p. 507.

¹³² ROMERO, Maria Francisca Martínez. La economía española en la Transición: desde 1975 hasta 1982. In: TUSELL, Javier; SOTO, Álvaro (dirs). Op. cit. p. 281-291.

¹³³ LOPEZ, Julio Rodriguez. El período de la transición política desde la perspectiva del análisis económico. In: TEZANOS, Jose Felix; COTARELO, Ramon; BLAS, Andres de (eds). Op. cit. p. 121.

¹³⁴ LAS enfermedades de la economía española. *El País*. Madri. 26 ago. 1977. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1977/08/26/opinion/241394401_850215.html> Acesso em: 2 maio 2012.

ciertamente crítica”.¹³⁵ Cerca de um mês mais tarde, o veículo expressa sua preocupação com a habilidade do grupo encarregado da questão econômica em solucionar a crise: “Se trata ahora de ver si el nuevo equipo económico será capaz de resolverlo y de plantear las bases de un nuevo modelo de desarrollo, toda vez que han quedado obsoletos los viejos esquemas franquistas”.¹³⁶

Entretanto, a linha argumentativa dos editoriais mudou em poucos dias, passando a ser cada vez mais agressiva ao exigir uma solução para os principais problemas econômicos do país. Ao analisar as edições entre as eleições e os Pactos de Moncloa (em outubro do mesmo ano) encontrou-se o editorial de 14 de julho:

La inflación se constituye así en el problema primordial que el programa económico del Gobierno busca solucionar. El enfoque elegido ha sido el de obligar a la economía a un proceso de ajuste que exige un esfuerzo general de austeridad. Símbolo de esa austeridad y prenda de la voluntad decidida del Gobierno de ir en ese camino es la reforma fiscal anunciada. Es fácil imaginar que ésta no es una medida popular, y la reacción de la Bolsa de Madrid es prueba de ello. Era, sin embargo, impensable cualquier programa que no la tuviese en cuenta.¹³⁷

Além disso, o editorial aproveitou para criticar o governo, afirmando que um dos principais motivos para a crise econômica que o país passava era a ineficiência do Estado, visto que já haviam passado três governos após a morte de Franco e nenhum havia conseguido resolver a situação herdada do regime anterior.

A questão econômica foi, assim, apenas um desdobramento da política: “Todo el mundo era consciente de que las protestas contra la política económica del Gobierno tenían un objetivo más elevado, como era forzar los cambios hacia una democracia consolidada, sin posible marcha atrás”.¹³⁸ Foi neste contexto que os principais representantes da oposição se reuniram com o governo no Palácio de Moncloa, entre os dias 8 e 21 de outubro, com o objetivo de discutir um plano econômico.

No próprio dia 8, após o anúncio do início das reuniões, o jornal cobrou do grupo: “Como representantes elegidos democráticamente deben darse cuenta de que su representación no pueden ser clasista; no deben hablar unos en nombre de los empresarios y

¹³⁵ UN momento de esperanza. *El País*. Madri. 6 jul. 1977. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1977/07/06/opinion/236988001_850215.html> Acesso em: 4 maio 2012.

¹³⁶ LAS enfermedades de la economía española. *El País*. Madri. 26 ago. 1977. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1977/08/26/opinion/241394401_850215.html> Acesso em: 4 maio 2012.

¹³⁷ EL programa económico. *El País*. Madri. 14 jul. 1977. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1977/07/14/opinion/237679205_850215.html> Acesso em: 4 maio 2012.

¹³⁸ ESTEFANÍA, Joaquin. Historia económica de la Transición. In: ORTUÑO, Manuel; Lemberg, Mercedes García; MILLÁN, M^a José; DORADO, Roberto (Orgs.). *Tiempo de Transición (1975-1982)*, Madrid: Fundación Pablo Iglesias, 2007. p. 118.

otros en nombre de los obreros, sino todos en nombre de los españoles”.¹³⁹ A partir deste trecho é possível perceber a necessidade, na concepção do jornal, que o acordo resultante dos encontros no Palácio de Moncloa seja transparente e democrático. Menos de uma semana mais tarde, outro editorial retoma o assunto, aproveitando para alertar: “La España de 1977 no es la de 1959, y un plan de estabilización en una sociedad democrática necesita de mecanismos de diálogo y de hábitos de negociación bien distintos de los procedimientos autoritarios y de la mentalidad de antaño”.¹⁴⁰ O editorial do dia 23 anunciou a conclusão do texto, que foi assinado quatro dias mais tarde:

Si tuviéramos que resumir en pocas palabras los acuerdos logrados, diríamos que estamos ante un documento que fija un punto de partida aceptable, pero que corre el riesgo de convertirse en el habitual rosario de buenos deseos, tan característicos de los planes de desarrollo de la época franquista si el Gobierno no pone inmediatamente manos a la obra en la tarea de convertir esos capítulos en medidas operativas. O, dicho de otro modo, que los acuerdos de la Moncloa eliminan todo pretexto para no encararse con los problemas. Desde el martes, la consigna que el Gobierno debe tener en materia económica es muy simple: al trabajo.¹⁴¹

Pelo título do texto já é possível observar que o *El País* encara os Pactos de Moncloa* como algo insuficiente, ao se referir a ele como “aceitável”. O fragmento acima também é representativo da falta de crédito que o jornal concedeu ao governo Suárez, no sentido que criticou a possibilidade das medidas que foram firmadas no dia 27 de outubro não passarem de desejos e não se transformarem em questões práticas.

No dia 27 de outubro de 1977, os Pactos de Moncloa são ratificados pelo Congresso, com a negativa apenas de um partido com representação parlamentar: Aliança Popular. O jornal analisou a situação: “[...] los neofranquistas no tienen inconveniente alguno en aceptar la *necesidad* del pacto económico pero resisten a tolerar la *libertad*, principio que inspira el acuerdo de ayer”.¹⁴²

As principais medidas econômicas adotadas foram: políticas orçamentárias, que objetivavam a limitação dos gastos do Estado e orientação dos gastos públicos para fomentar o emprego; segurança social; moderação do ritmo de aumento da massa monetária para

¹³⁹ LA hora del consenso. *El País*. Madri. 8 out. 1977. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1977/10/08/opinion/245113206_850215.html> Acesso em: 4 maio 2012.

¹⁴⁰ MONCLOA, el primer paso. *El País*. Madri. 11 out. 1977. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1977/10/11/opinion/245372401_850215.html> Acesso em: 4 maio 2012.

¹⁴¹ UN plan “acceptable” y vulgar. *El País*. Madri. 23 out. 1977. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1977/10/23/opinion/246409208_850215.html> Acesso em: 4 maio 2012.

* O jornal refere-se aos Pactos de Moncloa no singular, entretanto, a bibliografia no geral os referencia no plural, por ser composto por um conjunto de medidas que vão além da questão econômica.

¹⁴² UN pacto para consolidar la democracia. *El País*. Madri. 28 out. 1977. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1977/10/28/opinion/246841207_850215.html> Acesso em: 4 maio 2012.

desacelerar o processo inflacionista; contenção da alta dos preços dos produtos mais importantes; garantia do seguro desemprego; e gratuidade progressiva do ensino. Além dessas questões econômicas, também se tomaram decisões políticas e jurídicas, entre elas estão: o fim da censura prévia, liberalização da legislação reguladora do direito de reunião e do direito de associação política, despenalização do adultério feminino, limitação da competência da jurisdição militar e nova definição da expressão “ordem pública”.¹⁴³

A partir dos acordos ficaram firmadas as bases em torno de uma economia de mercado integrada com o restante da Europa como futuro sistema socioeconômico espanhol, representando, assim, uma contribuição bastante importante para o sucesso da transição.¹⁴⁴ De acordo com Joaquín Estefanía: “Convienes no olvidarlos, pues los Pactos de la Moncloa son el segundo gran documento de política económica del último medio siglo largo de la historia de España (el primer fue el Plan de Estabilización de 1959, en el que también participó Fuentes)”.¹⁴⁵

O mês de dezembro de 1977 foi marcado por uma mistura de reconhecimento dos pontos positivos do pacto e de críticas às ações do governo. No último editorial do ano, o jornal pondera: “El último trimestre de 1977 ha sido el escenario temporal de los pactos de la Moncloa, que revisten una gran importancia para la solución de la grave crisis que sacude los cimientos de la economía española”.¹⁴⁶ Por outro lado, os textos de dezembro ainda criticaram a falta de iniciativa de Suárez:

[...] para el primer semestre de 1978, si no se corrige la actual situación, de confucionismo y disputas, nuestra economía seguirá el sendero que venía marcado por la inoperancia de la política económica del primer Gobierno Suárez y por las incertidumbres que la falta de objetivos creaban en el empresariado.¹⁴⁷

Se, por um lado, o início do segundo governo de Suárez foi marcado por uma maior aceitação do presidente pelo jornal, se comparado aos meses que se seguiram a sua posse; por outro, a sua falta de habilidade em resolver com rapidez a grave crise econômica e as questões referentes à anistia, causou o retorno das críticas. Como comentado anteriormente, estas não estariam mais relacionadas ao seu passado enquanto integrante do franquismo, mas sim, às questões que prejudicavam a construção da democracia espanhola. O final de 1977 marca, assim, uma mudança no foco das análises dos editoriais, no sentido em que, estes passaram a

¹⁴³ NAVARRO, Ángel Sánchez. Op. cit. p. 615-631

¹⁴⁴ POWELL, Charles. *España en Democracia...* Op. cit. p. 208.

¹⁴⁵ ESTEFANÍA, Joaquín. Op. cit. p. 127.

¹⁴⁶ EL año que se va. *El País*. Madri. 31 dez. 1977. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1977/12/31/opinion/252370801_850215.html> Acesso em: 4 maio 2012.

¹⁴⁷ A la sombra del “pacto de la Moncloa”. *El País*. Madri. 3 dez. 1977. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1977/12/03/opinion/249951601_850215.html> Acesso em: 4 maio 2012.

criticar mais fortemente o período posterior aos Pactos de Moncloa, que foi marcado pelo início do agravamento das crises internas do partido do governo.

2.3 A crise interna da UCD e o fim do governo Suárez

A relação entre Suárez e a UCD iniciou com a ideia daquele de criar uma coalizão de partidos políticos – com posicionamentos predominantemente de centro-direita – para concorrer às eleições de 1977. A união de grupos com distintas bagagens e ideais políticos teve uma dupla resposta: se por um lado foi importante para a vitória de Suárez nas eleições de 1977 e 1979 – ao garantir um número expressivo de votos por sua abrangência –; por outro, com o passar do tempo, deixou claro o antagonismo que começava a dividir os grupos no interior do partido.

Esta possibilidade de divisão interna foi observada pelo jornal alguns dias depois da criação da coalizão:

Parece que la tentativa del Poder de comprometer a los componentes de la UCD para que, tras las elecciones, renunciaran a sus siglas y se integraran en un Partido Institucional, no han prosperado. Así pues, en el Congreso y el Senado van a coexistir, una vez electos, los hombres del presidente (y los nuevos voluntarios agregados) con aquellos liberales, independientes, socialdemócratas y democristianos que han optado por la política del ‘mal menor’ y han pactado con el Gobierno para entrar en las listas electorales.¹⁴⁸

Neste sentido, a criação da União de Centro Democrática trouxe para o debate uma questão para o processo transicional espanhol: a definição da palavra “centro” na política do país: “La opción centrista es hoy en España una compleja suma de derechismo civilizado, oposición al franquismo decepcionado y progresismo liberal”.¹⁴⁹

Assim, a precoce crise da UCD esteve relacionada a duas principais questões: aos conflitos internos da coalizão e aos problemas encontrados pelo governo presidido por Suárez. Embora tenha se tornado mais evidente apenas após as eleições gerais de 1979, ainda no segundo semestre de 1977, foi possível perceber os primeiros sinais de tensão. O *El País* corroborou esta ideia, ao afirmar que: “Al menos cuatro ministros han reconocido privadamente a este periódico la existencia de disensiones graves en la Unión de Centro y en

¹⁴⁸ NO todo el centro es igual. *El País*. Madri. 18 maio 1977. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1977/05/18/opinion/232754402_850215.html> Acesso em: 2 maio 2012.

¹⁴⁹ EL centro. *El País*. Madri. 9 fev. 1977. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1977/02/09/opinion/224290806_850215.html> Acesso em: 2 maio 2012.

el Gobierno, y la falta de una ideología aglutinante”.¹⁵⁰ Alguns meses mais tarde, o jornal passou a relacionar os problemas internos do partido com uma provável crise de identidade da direita:

[...] es aventurado pensar que resulta factible la formación de un partido de derecha más coherente con la derecha real española que lo que ahora es la UCD. Sin duda ésta necesita encontrar su definitiva identidad ideológica y sus propias alternativas internas. Pero montar las alternativas desde fuera del espectro, desde la actual e inoperante, un poco chillona y bastante ineficaz, derecha extraparlamentaria es condenar a la derecha a perder las próximas legislativas.¹⁵¹

Os conflitos internos ocorreram por parte dos “barões” – pessoas influentes dentro dos partidos que formaram a coligação –; dos “críticos” do governo; e do setor composto por socialdemocratas e homens fiéis a Suárez, “azuis” e burocratas do governo. Os primeiros desejavam formar uma organização burocrática relativamente independente de Suárez, o que permitiria que eles mantivessem parte do poder. O segundo setor propunha a democratização do partido e uma volta à direita, que concedesse a ele, novamente, a imagem de formação moderada. E o último apoiava grande parte das ações do presidente.¹⁵²

Este conflito pôde ser observado mais claramente nos editoriais do *El País* a partir de fevereiro de 1978. A polêmica estava relacionada à política econômica adotada pelo vice-presidente Fuentes Quintana: “Pero se da la curiosa paradoja de que mientras el propio presidente Suárez ratifica la política de su vicepresidente económico [...], el asesor económico del mismo presidente, profesor Lausuén, se muestra pública y acremente disconforme con esta política”.¹⁵³

O editorial do dia seguinte anunciou a demissão de Fuentes com preocupação, ao afirmar que a saída do vice-presidente foi “el primer gran fracaso de la política Suárez”. No final, o texto aproveita para criticar de forma incisiva o governo e o partido: “Con este Gabinete se acaba el tiempo de las ambigüedades; la UCD no es otra cosa que la prevista: el Poder heredero del Poder”.¹⁵⁴ Neste sentido, ficou claro para o jornal que, apesar das divergências ideológicas presentes no partido:

¹⁵⁰ DATOS para una crisis. *El País*. Madri. 4 set. 1977. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1977/09/04/opinion/242172004_850215.html> Acesso em: 4 maio 2012.

¹⁵¹ LOS rostros de la derecha. *El País*. Madri. 17 fev. 1978. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1978/02/17/opinion/256518007_850215.html> Acesso em: 4 maio 2012.

¹⁵² CACIAGLI, Mario. La parábola de la Unión de Centro Democrático. In: TEZANOS, José Félix; GUERRERO, Andrés de Blas; COTARELO, Ramon. Op. cit. p. 415-417.

¹⁵³ LA crisis de equipo económico. *El País*. Madri. 24 fev. 1978. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1978/02/24/opinion/257122808_850215.html> Acesso em: 4 maio 2012.

¹⁵⁴ ¿PELIGRA el pacto de la Moncloa?. *El País*. Madri. 25 fev. 1978. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1978/02/25/opinion/257209206_850215.html> Acesso em: 4 maio 2012.

[...] la lógica del poder ha llevado a los dirigentes de aquellas tendencias, menos apasionados por las ideas que interesados por la ocupación del Estado, a arracimarse bajo el toldo protector del Gobierno en busca de una participación en la gestión pública. Esta constatación no tiene que ser interpretada como una acusación moralista – porque, entre otras cosas, esa actitud es lícita –, sino, como el simple registro de que los políticos profesionales – y no sólo los de UCD – están más orientados hacia el ejercicio del poder que hacia el establecimiento de perspectivas teóricas o a la defensa de modelos ideales de convivencia.¹⁵⁵

Os problemas de liderança enfrentados por Suárez após as eleições de 1979 ajudaram a aumentar a crise dentro da UCD, entretanto, as críticas à falta de definição política começaram a surgir mais intensamente já no início de seu segundo governo, em 1978: “Esa indecisión básica del señor Suárez está gravitando pesadamente sobre la política actual e hipotecando la eficacia de la acción del Estado”.¹⁵⁶ É neste clima que ocorrem as eleições de 1979, nas quais o partido vitorioso foi, novamente, a UCD. Apesar disso, é interessante observar com um pouco mais de cuidado quem foram os eleitores do partido, em sua maioria, visto que isso ajudará a compreender o porquê da sua posterior derrota em 1982.

Os votos conquistados pelo partido foram oriundos, predominantemente, de moradores das zonas rurais, pobres e atrasadas, com alta taxa de analfabetismo e escassa participação eleitoral, ou seja, a maioria alcançada foi de espanhóis que não tinham laços políticos ou identificação com partidos. Entretanto, o erro da UCD foi não prever que, no decorrer da transição, estes eleitores também necessitariam de valores de mobilização e de identificação com o partido.¹⁵⁷ A passividade do presidente “tenía enormes repercusiones, porque un partido encarando una competencia bilateral y con una heterogénea composición de sus dirigentes, tiene la necesidad de conseguir una cohesión y un liderazgo claro para ser eficaz en su acción política”.¹⁵⁸

Neste sentido, a ideia de Suárez de ser o mais abrangente e vago possível foi eficaz somente nas duas primeiras eleições do período transicional, perdendo a sua eficiência ao dificultar a construção de laços com os eleitores, o que ajudou a migração destes no processo eleitoral de 1982. Assim, é possível perceber a habilidade política do presidente da UCD no período inicial da transição, bem como a sua falta de capacidade de lidar com os problemas do país nas etapas finais do processo.¹⁵⁹ De acordo com Joaquín Estefanía:

¹⁵⁵ EL Congreso de UCD. *El País*. Madri. 19 out. 1978. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1978/10/19/opinion/277599613_850215.html> Acesso em: 4 maio 2012.

¹⁵⁶ HABLA, Suárez, habla. *El País*. Madri. 5 abr. 1978. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1978/04/05/opinion/260575201_850215.html> Acesso em: 4 maio 2012.

¹⁵⁷ CACIAGLI, Mario. Op. cit. p. 399-401.

¹⁵⁸ HUNEEUS, Carlos. El liderazgo de Adolfo Suárez y la crisis de la Unión Centro Democrática. In: TUSELL, Javier; SOTO, Álvaro (dirs). Op. cit. p. 103.

¹⁵⁹ Idem, p. 102.

Fuentes Quintana ha teorizado el tiempo que va desde 1979 a 1982 (desde los Pactos de la Moncloa a la primera victoria socialista) como ‘política de disenso’: es ésa una política presidida por la falta de acuerdo y por la existencia de un gobierno débil, fruto de los resultados electorales de marzo de 1979, que no definieron una mayoría parlamentaria suficiente.¹⁶⁰

Logo, é possível dizer que a configuração da UCD entre o antigo regime franquista e o novo democrático se tornou insuficiente no momento em que a luta política passou a ser definida por questões políticas bem definidas. Isso pode ser observado no editorial dos 100 dias após o início do terceiro mandato de Suárez, ao afirmar que a principal crítica a ser feita ao governo: “[...] es que ha sido incapaz de presentar y defender ante el Parlamento un programa de acción concreto sobre cuya consecución o no pudiera luego verterse los juicios críticos. Suárez se ha lanzado a gobernar sin un plan, o al menos, sin un plan conocido y público”.¹⁶¹

A falta de um plano de governo levou ao pedido de demissão de Adolfo Suárez, no final de janeiro de 1981. Para o jornal, é difícil precisar até que ponto seu afastamento foi o resultado da pressão de setores reacionários da UCD e da grande direita, falta de capacidade do próprio presidente em governar ou ainda tensões militares. Apesar de ter encarado a saída do presidente de forma bastante negativa – visto que, mesmo que não o apoiasse, considerava o abandono da presidência sem explicações uma atitude inconsequente –, reconheceu a importância de sua participação na política espanhola, ao ter seu partido vencedor em duas eleições democráticas, o que demonstra a preferência da população por seu governo. Por fim, afirmava que a saída de Suárez tinha um significado mais amplo no cenário espanhol: “No es una crisis de Gobierno ante lo que nos hallamos, sino una escalada permanente de las fuerzas reaccionarias de este país”.¹⁶²

É interessante observar a forma como o jornal estava inserido em um debate bastante importante para o período, que foi a tentativa de golpe por parte de setores das Forças Armadas no dia 23 de fevereiro de 1981, assunto que será trabalhado no quarto capítulo da dissertação. A ideia presente neste último editorial citado, de que grupos contrários ao regime estariam tentando uma escalada ao poder, pode ser interpretada, assim, como um aviso ao futuro governo e à população da possibilidade iminente de um ataque contra a democracia que vinha tentando ser construída desde a morte de Franco.

¹⁶⁰ ESTEFANÍA, Joaquín. Op. cit. p. 131.

¹⁶¹ LOS cien días del Gobierno. *El País*. Madri. 15 jul. 1978. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1979/07/15/opinion/300837605_850215.html> Acesso em: 5 maio 2012.

¹⁶² ¿SOLUCIÓN en el Parlamento o elecciones generales? *El País*. Madri. 30 jan. 1981. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1981/01/30/opinion/349657216_850215.html> Acesso em: 5 maio 2012.

Em suma, podemos resumir o posicionamento do *El País* com relação ao presidente Suárez da seguinte forma: em um primeiro momento, o que predomina nos textos são as críticas à escolha do ex-membro do Movimento Nacional como presidente; posteriormente, os problemas do jornal com o presidente tornam-se menos pessoais e mais relacionados a sua forma de governar e às questões herdadas do franquismo que não conseguem ser resolvidas; para, por fim, as análises ficarem cada vez mais centradas nas crises internas da UCD. Assim, foi possível perceber que, na maioria do tempo, o segundo presidente da transição não foi visto de forma totalmente positiva, entretanto, é inegável que o jornal considera-o personagem fundamental na construção da democracia. Além disso, pôde-se observar a variação do posicionamento do jornal conforme maior ou menor aproximação das ações políticas do governante em direção à democracia.

3 “EL MOTOR DEL CAMBIO”: A SUPERVALORIZAÇÃO DO PAPEL DO REI DON JUAN CARLOS PELO *EL PAÍS*

[...] el cambio político sufrido por España en menos de un año ha sido facilitado por este Rey, que ha sido, sin duda, verdadero motor del cambio. [...] Por ello, la fiesta nacional debe ser el día del Rey, el día en que todos los españoles se felicitan en la democracia.
El País, editorial, 24 de junho de 1977

O retorno da Coroa ao poder na Espanha, em 1975, – após a deposição de Alfonso XIII pelos republicanos, em 1931 – demonstra o tipo de transição escolhida, em certa medida, pelo próprio Franco. Dessa forma, para que se possa compreender a transição espanhola, é importante que se observe com um pouco mais de cuidado as ações da Monarquia a partir da morte do ditador.

A epígrafe acima é apenas um exemplo da avaliação do *El País* sobre a participação do Rei Don Juan Carlos na transição. É evidente que o monarca ajudou a facilitar o processo transicional. Entretanto, ao denominá-lo como *motor del cambio*, o jornal – assim como parte da bibliografia – superdimensiona seu papel, no sentido em que ele havia sido educado para dar seguimento ao legado franquista, passando a ser difícil acreditar que a mudança proposta por ele esteve isenta da responsabilidade imposta por Franco. Assim, é inegável que a sua atuação entre 1975-1982 foi importante para o país, entretanto, é interessante observar que tipo de mudança ele estava proporcionando à Espanha.

Neste sentido, buscou-se realizar uma análise da participação do monarca no processo a partir da ótica do jornal espanhol, não com a intenção de endossar esse tipo de posicionamento, mas de tentar compreendê-lo e contrastá-lo com outros textos que também realizaram um exame do papel do Rei durante a transição. A ideia não é esvaziar a importância de Juan Carlos, mas observá-lo dentro de um contexto mais amplo, relacionando-o, assim, com Franco e com a oposição democrática.

Para isso, dividiu-se o capítulo em duas partes: em um primeiro momento o foco da análise foi a escolha de Franco para que Don Juan Carlos o sucedesse; já em um segundo, observou-se a abdicação do pai do Rei, em seu favor, e a posterior Constituição de 1978.

3.1 A sucessão de Don Juan Carlos de Borbón

Apesar do Rei Alfonso XIII ter abdicado em janeiro de 1941 e declarado seu filho Don Juan de Borbón herdeiro do trono, não foi este quem se tornou chefe de Estado em 1975. Existiram oito possibilidades de sucessores do ditador, entretanto, apenas duas delas foram cogitadas: Don Juan de Borbón (legítimo) e seu filho Don Juan Carlos. O principal motivo para que Franco não escolhesse o primeiro esteve relacionado a sua postura inconstante, visto que, durante a Guerra Civil, tentou por duas vezes combater junto ao bando nacionalista, entretanto, quando viu a possibilidade de depor o ditador – com a vitória dos Aliados durante a Segunda Guerra Mundial –, opôs-se ao franquismo. A esperança do herdeiro era que, com o enfraquecimento das potências do Eixo, o governo restaurasse a Monarquia no país, ou até mesmo, forçasse a saída do ditador do poder, o que não ocorreu.¹⁶³

Com a intenção de se colocar contra o regime franquista, Don Juan de Borbón e seus apoiadores tomaram duas iniciativas: o Manifesto de Lausana, em março de 1945, e as Bases de Estoril, em fevereiro de 1946. A primeira tratou sobre a relação entre Franco e os regimes totalitários, alegando que a ligação era contrária às tradições do povo espanhol, e como alternativa propôs uma Monarquia Tradicional, que consistiria em um:

[...] instrumento de paz y de concordia para reconciliar a los españoles; solo ella puede obtener respeto en el exterior, mediante un efectivo estado de derecho, y realizar una armoniosa síntesis del orden y de la libertad en que se basa la concepción cristiana del Estado. Millones de españoles de las más variadas ideologías, convencidos de esta verdad, ven en la Monarquía la única Institución salvadora.¹⁶⁴

As Bases de Estoril, por sua vez, previam três questões essenciais para o regime monárquico: religião católica, unidade da Pátria e a Monarquia representativa. Embora as decisões tenham se colocado contrárias ao franquismo, direta ou indiretamente, isso não significa que elas buscassem a democracia, no sentido em que o termo Monarquia Tradicional, por exemplo, não explica a forma como se daria a relação entre a Coroa e o sistema político.¹⁶⁵

Neste contexto de hostilidade entre o monarca e o ditador ocorreu, em 1947, a aprovação da Lei de Sucessão, na qual a Espanha foi declarada um Estado católico, social e

¹⁶³ CARMONA, Álvaro Soto. Op. cit. p. 66-70.

¹⁶⁴ *MANIFESTO DE LAUSANNE DE DON JUAN*. Disponível em: <<http://www.fororeal.net/docshistoricos20.htm>> Acesso em: 3 maio 2012.

¹⁶⁵ CARMONA, Álvaro Soto. Op. cit. p. 72-74.

representativo, constituído em um Reino. A forma como se daria esta sucessão ficou expressa no artigo sexto: “En cualquier momento el Jefe del Estado podrá proponer a las Cortes la persona que estime deba ser llamada en su día a sucederle, a título de Rey o de Regente, con las condiciones exigidas por esta Ley [...]”.¹⁶⁶ Além disso, a lei estabelecia que o sucessor deveria ser homem, católico, ter mais de 30 anos, possuir as qualidades necessárias para desempenhar a função e jurar as leis fundamentais.

Apenas um ano mais tarde, Don Juan de Borbón e Franco encontraram-se e o ditador pediu que seu filho, Don Juan Carlos fosse enviado da Suíça para a Espanha a fim de dar seguimento a seus estudos mais próximo ao governante. O acordo foi feito e, embora o príncipe tenha retornado algumas vezes à cidade suíça Lausana, onde vivia seu pai, grande parte de sua educação ocorreu sob a tutela de Franco, na Espanha. O cuidado do ditador para que o príncipe recebesse sua instrução de acordo com os princípios do regime fez com que ele fosse o melhor candidato para a sucessão.¹⁶⁷

Entretanto, apesar das concessões feitas por Don Juan de Borbón com relação à educação de seu filho, ele não concordava com a sua nomeação, bem como não acreditava na sua capacidade enquanto monarca espanhol: “Don Juan no levanto bandera contra su hijo, pero su escasa resignación ante los hechos consumados y la creencia desde Estoril de que la operación don Juan Carlos estaba abocada al fracaso, determinó el conde que se abstuviera a la hora de abdicar en favor de su hijo”.¹⁶⁸

Foi neste contexto que, em julho de 1969, ocorreu a nomeação de Don Juan Carlos à sucessão na chefia de Estado. O ditador deixou claro em seu discurso que o Rei havia sido preparado durante 20 anos, com base na tradição espanhola, para receber o cargo. Na realidade, a questão tradicional aparece em toda sua fala, não apenas para legitimar seu governo – que consistia, para ele, em um *Estado de Derecho* –, mas também para garantir a legitimidade e a aceitação do novo monarca pela população:

Porque ha de quedar claro y bien entendido, ante los españoles de hoy y ante las generaciones futuras, que esta Monarquía, es la que con el asenso clamoroso de la Nación fue instaurada con la Ley de Sucesión de 7 de julio de 1947, perfeccionada por la Ley Orgánica del Estado de 10 de enero de 1967; Monarquía del Movimiento Nacional, continuadora perenne de sus principios e instituciones y de la gloriosa tradición española.¹⁶⁹

¹⁶⁶ NAVARRO, Ángel Sánchez. Op. cit. p. 103.

¹⁶⁷ CARMONA, Álvaro Soto. Op. cit. p.76-91.

¹⁶⁸ Idem, p.96.

¹⁶⁹ NAVARRO, Ángel Sánchez. Op. cit. p. 178.

A partir do trecho acima, é possível perceber a necessidade de reafirmar o alinhamento da Monarquia com os preceitos franquistas. Para Franco, era imprescindível que o monarca herdasse o apoio dos setores que o amparavam enquanto ditador, pois, somente assim, seria possível dar continuidade ao seu projeto de governo. Caso estes não o considerassem legítimo, o futuro do franquismo estaria fadado ao fracasso. Neste sentido, após a ditadura de Franco – de característica personalista, centrada na figura do general –, a substituição do ditador deveria ser feita por alguém que tivesse condições de sustentar o título de chefe da nação tão bem quanto o general, para que as instituições por ele fundadas e suas políticas tivessem continuidade de alguma maneira.

Um ano depois da morte do ditador, o *El País* analisou o papel personalista de Franco e a necessidade de continuidade com o seu regime. O editorial fez uma análise genérica desses dois pontos através de uma observação dos acontecimentos espanhóis ao longo dos 12 meses após o fim do franquismo:

Ha bastado un año para demostrar lo que ya todo el mundo sabía: Franco era la encarnación personal del poder un dictador rodeado del aparato represivo común a todos los dictadores. Por eso, en el breve plazo de doce meses tras su muerte, han saltado en añicos los supuestos fundamentales teóricos del franquismo y las instituciones que pretendidamente creó.¹⁷⁰

É possível perceber através do trecho que, mesmo com o cuidado que o ditador teve na escolha de seu sucessor, a continuidade do regime não ocorreu, pelo menos não como o esperado pelo general.

A questão da sucessão é de fundamental importância tanto para os regimes autoritários quanto para os democráticos, visto que dela dependerá a escolha do sucessor e a continuidade ou não do regime anterior.¹⁷¹ Assim, é possível afirmar que: “Dentre todas as criações do franquismo, sem dúvida, a ideia de Rei é a mais fundamental como elemento de continuidade. Continuidade da ‘ordem unitária’ e da política implantada pelo ditador”.¹⁷² Dessa forma, ao designar Don Juan Carlos, ele pretendia preencher a lacuna que sua saída do cargo deixaria, evitando, assim, um vazio de poder ou a posse de um político que não partilhasse dos ideais franquistas.

¹⁷⁰ UN año después. *El País*. Madri. 20 nov. 1976. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1976/11/20/opinion/217292410_850215.html> Acesso em: 5 maio 2012.

¹⁷¹ BADÍA, Juan Ferrando. La monarquía parlamentaria española actual. *Revista de Estudios Políticos* (Nueva Época). Madrid, n. 13, jan.-fev. 1980. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=26605>> Acesso em: 7 maio 2012. p. 11.

¹⁷² MEIHY, José Carlos. Do franquismo à democracia monárquica. In: COGGIOLA, Osvaldo (orgs.). *O Fim das Ditaduras: Espanha e Portugal*. São Paulo: Xama, 1995. p. 134.

O discurso do Rei recém-nomeado respondia às principais preocupações do ditador, visto que ele iniciava reafirmando seu juramento de fidelidade aos princípios do Movimento Nacional e às Leis Fundamentais do Reino. Após a intervenção do monarca, “no existían dudas, al menos en las declaraciones públicas, de que el Príncipe no sólo sucedería a la persona, sino que continuaría con el ideal político que se había construido”.¹⁷³

Apenas em novembro de 1975, com a morte de Franco, Don Juan Carlos foi proclamado Rei da Espanha e nomeado, também, capitão general das Forças Armadas. Apesar do novo posto de Chefe de Estado, o monarca pouco teve expressão nos meses seguintes a sua posse. O primeiro presidente da transição Carlos Arias Navarro, por exemplo, escolheu toda sua equipe sem consultar o monarca. Assim, ao mesmo tempo em que o futuro Rei não conseguiu tomar partido nas primeiras decisões, a população também não o reconheceu como detentor de poder. O pouco apoio com o qual Juan Carlos contava, neste primeiro momento, vinha de dentro das estruturas de poder do antigo regime franquista: Carrero Blanco, López Rodó, Vicente Mortes Alfonso, entre outros. A eles somaram-se jovens reformistas do regime, ou *aperturistas*, que procederam do Movimento, mas que acreditavam em uma “evolução” do regime, que gerasse maior liberdade e democracia.¹⁷⁴

O *El País* observou, através de seus primeiros textos sobre o monarca, que seria inviável dar continuidade ao franquismo tal como o ditador esperava que Don Juan Carlos fizesse ao nomeá-lo. De acordo com o jornal, diante de tal impossibilidade, a Coroa não encontrou outra saída que não a de ajudar a promover a democratização da Espanha:

La sucesión formal en los órganos del Estado y en la Jefatura del mismo no quiere decir que el poder de Franco haya tenido sucesor. Por eso la Monarquía promete ahora la devolución de su soberanía al pueblo español, a fin de que el poder resida en las instituciones verdaderamente representativas de ese pueblo. Franco, pues, no nos ha legado un régimen, nos ha legado una situación de hecho. [...] Franco es el símbolo de una frustración colectiva, el resultado de una España agotada en divisiones que acabó entregándose, entre el temor de unos y el entusiasmo de otros, en las manos del general.¹⁷⁵

Outros fatores apontados pelo veículo como possíveis causadores do, cada vez maior, distanciamento por parte do monarca das instituições e dos ideais franquistas foram: a movimentação dos grupos terroristas e autonomistas, a divisão interna do governo e a oposição ao Rei:

¹⁷³ CARMONA, Álvaro Soto. Op. cit. p. 97.

¹⁷⁴ PREGO, Victoria. Op. cit. p. 94-95.

¹⁷⁵ UN año después. *El País*. Madri. 20 nov. 1976. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1976/11/20/opinion/217292410_850215.html> Acesso em: 5 maio 2012.

Existe una sensación de que ese cambio se ha producido desde el Poder. Y el Poder – según nuestras noticias – lo ejerce desde noviembre de 1975 don Juan Carlos de Borbón, con el consenso tácito de las Fuerzas Armadas y merced a un complicado sistema de equilibrios internos y exteriores mantenido hasta la fecha.¹⁷⁶

O consenso a que se refere o editorial acima é decorrente, de acordo com a historiografia, da dupla legitimação a qual respondeu a monarquia de Don Juan Carlos: a retrospectiva e a prospectiva. O Rei teve que agradar a dois públicos situados em polos opostos: de um lado, uma minoria influente que pretendia manter a posição que galgara durante o franquismo e via na monarquia sua garantia de continuidade; de outro, setores da sociedade favoráveis a mudanças políticas, que somente aceitariam a Coroa, caso esta defendesse a democracia.¹⁷⁷ Assim, em um primeiro momento, ele legitimou a transição frente às Forças Armadas e aos setores defensores do franquismo, no sentido em que foi o vínculo entre o antigo e o novo regime, facilitando a conexão e lealdade franquista com a nova ordem da Coroa.¹⁷⁸ Posteriormente, o próprio Rei foi legitimado, juntamente com o processo transicional, frente à sociedade civil, principalmente após o 23F em 1981*. De acordo com Paloma Aguilar:

Esta ambigüedad fue una de las claves de su éxito. Mientras hacía guiños democratizadores y se mostraba abiertamente partidario del reconocimiento de las particularidades culturales de las comunidades históricas, intentaba contener a la extrema derecha, civil y militar, lo que le obligó a realizar gestos que, en ocasiones, resultaron desconcertantes.¹⁷⁹

O monarca, por mais que não estivesse seguindo fielmente os passos de Franco, havia conquistado o apoio dos setores mais conservadores, visto que a Coroa era a melhor possibilidade de continuidade que eles conseguiriam durante a transição. Por outro lado, os setores que almejavam a mudança política ou ainda os mais esquerdistas apoiaram Don Juan Carlos, principalmente, por medo de colocar em perigo o processo transicional caso

¹⁷⁶ EL camino andado en doce meses. *El País*. Madri. 12 dez. 1976. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1976/12/12/opinion/219193201_850215.html> Acesso em: 5 maio 2012.

¹⁷⁷ POWELL, Charles. El Rey y la monarquía en la Transición a la democracia en España. *Aportes*. Madrid, n. 53, mar. 2003. Disponível em: <http://www.transicion.org/134bibliografia/2003_rey_y_monarquia.pdf> Acesso em: 15 maio 2012. p. 5.

¹⁷⁸ AGÜERO, Felipe. Democracia en España y supremacía civil. In: *Revista española de investigaciones sociológicas (Reis)*, n. 44, 1988. Disponível em: <http://www.reis.cis.es/REIS/PDF/REIS_044_04.pdf> Acesso em: 25 jun. 2011. p. 25.

* O 23-F consistiu na tentativa de um golpe de Estado de um grupo das Forças Armadas através da invasão ao Congresso dos Deputados. Um dia depois, o rei defendeu a Constituição Espanhola em um comunicado na televisão, conquistando grande parte da população espanhola. O assunto será desenvolvido com profundidade no quarto capítulo deste trabalho.

¹⁷⁹ FERNÁNDEZ, Paloma Aguilar. *Políticas de la...* Op. cit. p. 258-259.

seguissem com posturas mais radicais. Naquele momento, “[...] la crítica a la institución monárquica se vuelve una crítica a la democracia misma”.¹⁸⁰

Esse jogo duplo utilizado pelo monarca fazia parte de uma estratégia para alcançar seus dois principais objetivos: consolidar a Coroa e estabelecer a democracia. O segundo objetivo garantiria, em certa medida, a ocorrência do primeiro e, ambos somente seriam alcançados, caso Don Juan Carlos tivesse habilidade de negociar simultaneamente com a minoria influente herdeira do franquismo e com os setores defensores de uma mudança política.

O jornal estava atento à necessidade que o Rei tinha em manter certa neutralidade frente aos conflitos entre ambos os grupos:

La máxima de que el rey reina, pero no gobierna, y también las especiales circunstancias en nuestra transición política, obligan al monarca a ser especialmente cuidadoso en no encrespar los celos – justificables – de las diversas formaciones políticas y no tomar partido o bandería en sus mensajes al país. El que estas Navidades ha dirigido a través de la radio y la televisión está impregnado de esa necesidad de neutralismo a ultranza, que sólo en ocasiones históricas les ha sido permitido romper a los reyes constitucionales; y ni siquiera cuando lo han hecho han conseguido el bien que perseguían para su pueblo ni han perdurado necesariamente después en el trono.¹⁸¹

Como o próprio título indica, a ideia do rei deveria ser colocar o “ser espanhol” acima de qualquer grupo ou interesse em específico, com os objetivos finais de buscar a coesão nacional e a construção da democracia. A habilidade do monarca em lidar com os dois grupos lhe rendeu um papel de destaque, passando a ser visto, na maioria das vezes, como o principal ator político do processo, inclusive pelo próprio jornal. Na realidade, parece que o *El País* teve um papel importante na divulgação – talvez até mesmo na criação – desta imagem que rendeu ao Rei o posto de um dos principais atores do processo transicional:

Por supuesto que las transformaciones históricas las protagonizaron los pueblos y no las personas aisladas, por mucho que sea su poder o elevada su posición. Pero sería faltar a datos meramente informativos dejar de reconocer el principalísimo papel del Rey en este año, como facilitador del acceso a la democracia.¹⁸²

Parte da bibliografia sobre o período refere-se ao Rei como *motor del cambio*, termo que foi utilizado pela primeira vez por José María de Areilza, Ministro de Asuntos Exteriores

¹⁸⁰ AGUILA, Rafael del; MONTORO, Ricardo. *El discurso de la transición española*. Madri: Centro de Investigación Sociológica; Siglo XXI, 1984. p. 231.

¹⁸¹ EL ser español. *El País*. Madri. 26 dez. 1979. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1979/12/26/opinion/315010808_850215.html> Acesso em: 5 maio 2012.

¹⁸² EN el día del Rey. *El País*. Madri. 24 jun. 1976. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1977/06/24/opinion/235951206_850215.html> Acesso em: 5 maio 2012.

de Arias Navarro, durante o primeiro governo da transição. Posteriormente, o historiador Charles Powell, modificou o termo para “piloto del cambio”, para, segundo ele, deixar mais clara sua capacidade de fazer manobras para garantir o sucesso da transição, como resistir às pressões tanto dos setores mais conservadores provenientes do franquismo quanto dos favoráveis a uma ruptura com o regime anterior.¹⁸³ Enquanto o motor é uma peça, logo, mais estático e tende a seguir em uma mesma direção; o piloto é um ser humano que pode escolher para onde direcionar a transição, não apenas em sentido reto, para frente ou para trás, mas articulando de acordo com os acontecimentos.¹⁸⁴

Neste sentido, é interessante contrastar tal denominação utilizada pela bibliografia e pela imprensa com o papel que Franco esperava que o Rei desempenhasse. No discurso proferido pelo ditador durante a proclamação do sucessor, em 1969, ficou claro que sua escolha tinha um objetivo bem definido:

Sobre mi persona pesa la responsabilidad histórica de impulsar desde la Jefatura del Estado el robustecimiento y multiplicación de los frutos que ha producido el Movimiento Nacional desde el 18 de julio de 1938. Al mejor servicio de Dios y de la Patria tengo consagrada mi vida, pero cuando, por ley natural, mi Capitanía llegue a faltarlos, lo que inexorablemente tiene que llegar, es aconsejable la decisión que hoy vamos a tomar, que contribuirá, en gran manera, a que todo quede atado y bien atado para el futuro.¹⁸⁵

A expressão utilizada por Franco foi retomada pelo jornal, ainda em 1976:

El proyecto de ley de reforma política se encuentra ya en las Cortes. El Gobierno se presta a dar la última batalla para arrancar a las instituciones franquistas ‘concesiones democráticas’ antes de consultar al pueblo. Pugna final, pues, para deshacer el gran nudo que había dejado al país *atado y bien atado*.¹⁸⁶

Através do trecho acima é possível perceber como o *El País* utilizou-se de frases curtas amplamente conhecidas até os dias atuais sobre o período franquista ou a transição. Tanto *atado y bien atado* como *motor/piloto del cambio* foram empregadas pelo jornal e são anteriores ao surgimento da publicação, o que demonstra um cuidado por parte do veículo em retomar expressões marcantes proferidas por dois personagens de destaque do franquismo: no caso da primeira, proferida pelo próprio Franco e da segunda, por José María de Areilza.¹⁸⁷ Esta necessidade de ligação que o veículo estabeleceu com a história do país – não buscando

¹⁸³ POWELL, Charles. *El piloto del cambio*. Barcelona: Planeta, 1991.

¹⁸⁴ POWELL, Charles. *El Rey y...* Op. cit. p. 5.

¹⁸⁵ NAVARRO, Ángel Sánchez. Op. cit. p. 176-177.

¹⁸⁶ LA gran ocasión. *El País*. Madri. 22 out. 1976. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1976/10/22/opinion/214786801_850215.html> Acesso em: 5 maio 2012.

¹⁸⁷ EN el día del Rey. *El País*. Madri. 24 jun. 1976. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1977/06/24/opinion/235951206_850215.html> Acesso em: 5 maio 2012.

uma verdade no que ocorreu, mas fazendo referência ao passado, sempre que possível –, parece ter sido uma tentativa de conquistar os leitores, que buscavam na publicação este tipo de contextualização do passado, sempre o relacionando com a situação atual da Espanha. Além disso, ao colocar um editorial dentro de um contexto político, principalmente, o jornal buscava reiterar seu posicionamento de defensor de um projeto democrático.

Assim, ao afirmar que o futuro estava *atado* a partir da escolha de Don Juan Carlos, Franco não esperava outra postura do monarca que não a de dar seguimento ao franquismo. Entretanto, quando a bibliografia e a imprensa utilizam o termo *motor del cambio/piloto del cambio* para se referir ao Rei, parece ficar subentendido que o general tinha noção da impossibilidade de continuidade de seu regime, deixando Don Juan Carlos como seu sucessor para que este realizasse uma transição política com cautela, tentando respeitar alguns preceitos franquistas – o que parece ter sido alcançado quando observamos a prudência com a qual o monarca ajudou a conduzir o processo.

Esta ideia é debatida no editorial de 12 de dezembro de 1976:

Hay quien piensa que todo ello no es más que una gigantesca trampa para mantener, con apariencia distinta, el aparato de intereses generado por la dictadura. [...] La mayoría de los españoles pensarán, sin embargo, que lo importante es el paso a la democracia, sea a impulsos de las convicciones o a remolque de los hechos.¹⁸⁸

Com base no trecho acima, parecia não ser importante para o jornal as motivações de Don Juan Carlos ao propor as mudanças no processo transicional, mas sim que elas ocorressem e levassem à democracia, estando ele a serviço de interesses de antigos grupos franquistas ou contrários a eles. Para o jornal a imagem de moderação relacionada ao rei já estava mais ou menos construída, logo, não importava a forma como ele ajudaria a consolidar a democracia no país, desde que este fosse seu objetivo final.

Por parte do Rei, a intenção de construção da democracia foi demonstrada pela primeira vez em seu discurso ao Congresso dos Estados Unidos, em 2 de junho de 1976: “La Monarquía hará que, bajo los principios de la democracia, se mantengan en España la paz social y la estabilidad política, a la vez que se asegure el acceso ordenado al poder de las distintas alternativas de gobierno, según los deseos del pueblo libremente expresados”.¹⁸⁹ Na ocasião, o monarca afirmou que daria amparo à totalidade do povo espanhol através do direito e da garantia do exercício das liberdades civis.

¹⁸⁸ EL camino andado en doce meses. *El País*. Madri. 12 dez. 1976. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1976/12/12/opinion/219193201_850215.html> Acesso em: 5 maio 2012.

¹⁸⁹ NAVARRO, Ángel Sánchez. Op. cit. p. 275.

Apenas um dia mais tarde, o *El País* fez uma avaliação positiva sobre a viagem do Rei aos EUA: “Don Juan Carlos se ha referido a que la Monarquía servirá a los españoles bajo los principios de la democracia, ha hablado explícitamente del posible acceso al poder y ha sido muy concreto a la hora de prometer garantías jurídicas para el ejercicio de las libertades civiles”.¹⁹⁰ Entretanto, pondera que a responsabilidade de garantir os direitos dos cidadãos e, por consequência, a democracia, não é do Rei, mas sim dos governantes. Além do anúncio do ideal democratizador, é possível perceber outras duas características da viagem do monarca: “[...] el reforzamiento del poder personal del Rey cuya figura, junto con la institución monárquica, ha recibido un respaldo político internacional de primer rango [...]” e a manutenção de contatos com chefes de Estado de países democráticos.¹⁹¹

Alguns meses mais tarde, em outubro de 1976, o monarca viajou para a França e, a partir da visita, ficou ainda mais clara a importância das viagens do Rei para países democráticos. A avaliação do jornal sobre as saídas do país pelo monarca foi bastante importante:

Por eso nos parece positivo el viaje del Rey. Pensamos que los acuerdos establecidos, de mantener contactos periódicos a nivel de Jefes de Estado benefician la oposición española en Europa, y son un gran paso en la ubicación internacional a nivel de iguales de la Monarquía española. El Rey, una vez más, ha sido el mejor embajador de nuestro país y aparece como el verdadero conductor del proceso de cambio político.¹⁹²

A partir dos editoriais publicados após as duas viagens do Rei é possível perceber uma mudança no discurso do jornal. O *El País* afirmou que, apesar do anúncio das intenções do monarca em estabelecer uma democracia, somente os integrantes do governo poderiam colocá-la em prática; por outro lado, após a visita ao território francês, o jornal espanhol o apresentou como o *verdadero conductor del proceso de cambio político*. Esta última denominação parece mais coerente com a argumentação frequentemente encontrada nos editoriais do veículo, no sentido em que a importância que este concede ao monarca é muito mais ativa do que de alguém que apenas anuncia a intenção democrática, mas tem pouca participação no processo.

De acordo com o próprio *El País*, essa alteração da visão sobre o Rei pode ser observada em outros setores da sociedade espanhola:

¹⁹⁰ EL rey promete la democracia. *El País*. Madri. 3 jun. 1976. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1976/06/03/opinion/202600801_850215.html> Acesso em: 5 maio 2012.

¹⁹¹ EL ritmo de la reforma. *El País*. Madri. 8 jun. 1976. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1976/06/08/opinion/203032801_850215.html> Acesso em: 5 maio 2012.

¹⁹² EL viaje del Rey a Francia. *El País*. Madri. 31 out. 1976. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1976/10/31/opinion/215564401_850215.html> Acesso em: 5 maio 2012.

El monarca se ha ganado así el respeto de muchos sectores, partidos y zonas de la vida nacional y ha asentado su imagen en el ámbito exterior, en el que el anterior Jefe de Estado estuvo sometido a un aislamiento casi absoluto [...] Por supuesto que los problemas por resolver son todavía preocupantes, y por ello no se puede decir que el nuevo régimen esté plenamente consolidado. Se ha perdido bastante tiempo y hay todavía muchos titubeos. Pero existe también la impresión de que el futuro va a ser encarado con responsabilidad.¹⁹³

A mudança de imagem da Espanha frente aos outros países foi observada pela bibliografia, no sentido em que o respeito que a Coroa conquistou internacionalmente através dos contatos com outros países democráticos, ao contrário do que fez Franco, teve influência positiva inclusive no âmbito financeiro espanhol: “La Monarquía vinculada a la concepción de orden ofrece mejores garantías [...] a las futuras colaboraciones financieras del exterior, indispensablemente para el desarrollo del país”.¹⁹⁴

Assim como o posicionamento do *El País* sobre Adolfo Suárez sofreu mudanças durante o primeiro ano da transição, o papel do Rei frente ao processo transicional também foi visto de uma forma um pouco diferente. Se, em um primeiro momento, acreditou-se que o monarca fosse um elemento com pouca influência frente ao governo, a partir do final de 1976, a participação de Don Juan Carlos começou a ser vista como a de um condutor do processo democrático. Dessa forma, é possível dizer que o jornal, em momento algum, ignorou a importância do monarca para a transição espanhola, mas sim que a ideia de encará-lo como *motor del cambio* foi sendo construída durante os primeiros meses de vida da publicação.

3.2 A abdicação de Don Juan de Borbón e a Constituição de 1978

A importância concedida pelo *El País* ao Rei Don Juan Carlos é facilmente observada em seus editoriais, como salientado anteriormente, ainda nos primeiros meses de publicação do jornal. A partir de 1977 os textos ficaram cada vez mais elogiosos, exatamente por este ter sido um ano bastante importante, com relação ao papel do monarca, por dois principais motivos: a renúncia dos direitos dinásticos de Don Juan de Borbón em favor de seu filho e o início da etapa constituinte.

A abdicação do herdeiro legítimo da Coroa, em 14 de maio de 1977, foi decisiva para a obtenção da legitimidade dinástica por parte de Don Juan Carlos, que seria o segundo momento dos três fundamentais na construção do carisma pessoal do Rei. O primeiro foi

¹⁹³ EN el cumpleaños del Rey. *El País*. Madri. 5 jan. 1977. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1977/01/05/opinion/221266810_850215.html> Acesso em: 5 maio 2012.

¹⁹⁴ BADÍA, Juan Ferrando. Op. cit. p. 13.

conquistado antes mesmo do início da transição, quando Franco anunciou o príncipe como seu sucessor: a legitimidade do 18 de julho (data do início do confronto entre republicanos e sublevados) ou, também chamada, histórico-nacional, que fora herdada do franquismo – que, apesar de ter maior suporte por parte dos integrantes ou apoiadores do antigo regime, era também aceita pelos que temiam uma nova Guerra Civil. O último foi a conquista da legitimidade democrática, que começou a ser adquirida a partir da Lei para Reforma Política – como foi possível perceber anteriormente através da análise de alguns editoriais – e foi concluída com o referendo da Constituição, em 1978.¹⁹⁵

Os rumores da abdicação de Don Juan de Borbón em favor de seu filho foram publicados em um editorial do *El País* quatro dias antes da renúncia do Conde de Barcelona, que ocorreria apenas no dia 14 de maio de 1977: “Fuentes normalmente bien informadas anuncian ahora que en Conde de Barcelona hará solemne cesión de todos sus derechos dinásticos en favor del Rey don Juan Carlos”.¹⁹⁶ Este foi o único editorial publicado sobre o assunto, entretanto, é fundamental utilizá-lo na análise por trazer questões de extrema importância para a compreensão da forma como o jornal compreendia, não apenas Don Juan Carlos, mas a Monarquia como um todo – no texto, personificada em seu pai. Assim, é interessante observar a forma como a ideia de legitimidade dinástica aparece no editorial:

Don Juan de Borbón, hijo de Don Alfonso XIII, padre de Don Juan Carlos I, es jefe de la dinastía española, y además de su condición de depositario de la legitimidad histórica de la Monarquía, el Conde de Barcelona ha sabido representar durante treinta años el símbolo de la independencia política de la Corona. El Conde de Barcelona es el protagonista de una larga travesía del desierto, en la que la opción de la Monarquía evitó el sometimiento a la dictadura.¹⁹⁷

No texto, a *legitimidad histórica de la Monarquía* parece ter o mesmo significado que a legitimidade dinástica explicada anteriormente, visto que se refere ao título e competências herdadas pela Coroa. A mencionada independência política está relacionada à tentativa de Don Juan de Borbón em se manter distante do franquismo e seus ideais – embora tenha tentado lutar a favor dos sublevados durante a Guerra Civil espanhola, após o conflito, o conde passou a não concordar mais com os métodos de manutenção do poder de Franco.

Neste sentido, o trecho acima apresenta um paradoxo: ao mesmo tempo em que foram escassas as menções feitas a Don Juan de Borbón em editoriais do jornal entre 1976 e 1982, o texto exaltou a posição do conde frente ao franquismo – e, conseqüentemente, na

¹⁹⁵ Idem, p. 15.

¹⁹⁶ DON Juan de Borbón. *El País*. Madri. 10 maio 1977. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1977/05/10/opinion/232063203_850215.html> Acesso em: 5 maio 2012.

¹⁹⁷ Idem, ibidem.

defesa de uma futura democracia – de forma tão intensa que é, no mínimo, curioso o fato de que esta foi uma das poucas vezes em que o *El País* estabeleceu relações entre o Rei e seu pai. Neste momento, o papel desempenhado por Don Juan Carlos no início da transição pode ter sido decisivo para que o jornal elogiasse tão intensamente a participação do conde durante o franquismo, ou seja, a legitimidade democrática que o Rei começou a adquirir a partir do anúncio da Lei para Reforma Política – juntamente à boa imagem que o veículo tinha do mesmo – influenciou diretamente sua avaliação sobre Don Juan de Borbón.

Assim, é possível afirmar que o que vinha sendo um elogio ao papel do Rei em específico foi ampliado para a monarquia como um todo:

[...] cada vez van perdiendo más fuerza las razones para mantener separada la realidad institucional de la Monarquía, cuya titularidad desempeña don Juan Carlos de Borbón, y el proyecto de una monarquía democrática cuyo mantenedor durante largas décadas fue don Juan de Borbón y Battenberg.¹⁹⁸

A ideia de monarquia democrática parece indicar outra intenção presente no editorial: dar ênfase ao estilo de regime que o jornal pretendia defender como adequado para a transição. Assim, o texto tentou demonstrar, através de um histórico da atuação do conde, a busca pela democracia que vinha sendo empreendida pela Coroa desde o início do franquismo.

O contexto para o início do debate sobre o modelo de regime foi bastante propício, no sentido em que o texto constitucional começou a ser discutido logo após as eleições de julho de 1977. Não coincidentemente, nos editoriais, iniciou-se um processo de defesa da forma monárquica:

Digamos de antemano que la *forma monárquica* nos parece la única *posible* para la España del futuro. Aun respetando las convicciones liberales y moderadas de partidos como ARDE, la historia más reciente y el juego de fuerzas de nuestra sociedad hermanan a la Monarquía constitucional con el horizonte democrático, y condenan a la forma republicana como posible envoltura de contenidos antidemocráticos, más probablemente reaccionarios que revolucionarios.¹⁹⁹

O jornal ressaltou, ainda, a capacidade conciliadora e moderadora do Rei, características que seriam levadas em conta no momento da defesa do modelo monárquico: “[...] una larga dictadura ha desaparecido y este país no ha caído en el caos ni en el cesarismo, entre otras razones porque ha tenido una persona al frente del Estado que ha sorprendido

¹⁹⁸ Idem, ibidem.

¹⁹⁹ CORTES constituyentes. *El País*. Madri. 30 abr. 1977. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1977/04/30/opinion/231199201_850215.html> Acesso em: 15 maio 2012.

dentro y fuera – ¿por qué negarlo? – por su serenidad y buen temple”.²⁰⁰ Neste sentido, a própria ideia de monarquia, quando tratada pelo jornal, parece estar sempre relacionada à moderação, estabilidade e conciliação, todos os termos recorrentes nas análises do *El País*, quando este se manifesta a favor da democracia.

A questão do futuro político espanhol, de acordo com a bibliografia, não consistia mais na escolha entre a forma republicana ou a monárquica, mas sim no funcionamento democrático ou não do país. A intenção de evitar conflitos parecia estar sobreposta a qualquer outra, invertendo a própria relação entre Monarquia e democracia, visto que “[...] si la Monarquía dependía en un principio de la democracia, al final, la impresión es que la democracia depende de la Monarquía”.²⁰¹

Uma mudança significativa na estrutura política espanhola no ano de 1977, que ajudou a dar continuidade na tentativa de construção dessa democracia, foi o pedido de demissão do então presidente das Cortes, Torcuato Fernández Miranda, anunciado pelo *El País* no dia 1º de junho. A sua saída representou, simbolicamente, o fim das Cortes de Franco, no sentido em que Fernández Miranda: “[...] patrocinaba doctrinalmente una Monarquía distinta de la que las normas de la democracia exigen. La Monarquía de Don Juan Carlos es un régimen constitucional difícilmente compaginable con los intentos de involucración con la herencia de la dictadura”.²⁰² Para o jornal, ficou evidente a obediência por parte de Fernández Miranda ao ditador:

[...] el aplauso frenético al dictador y la dócil obediencia a las instrucciones recibidas de los ministros a través de los sucesivos presidentes de la Cámara. Su sumisión frente al poder llegó al extremo de asentir a la ley para la Reforma Política, que no sólo sentenciaba su desaparición, sino que destruía los supuestos teóricos sobre los que habían descansado, en el pasado, sus pretensiones de representatividad.²⁰³

O então presidente das Cortes aparentemente cometia uma contradição em seu discurso: se por um lado, era conhecido por defender a continuidade com o franquismo; a partir da aceitação da Lei para Reforma Política, ajudaria a consolidar o desaparecimento dos principais pressupostos do antigo regime. Entretanto, como apontado anteriormente, o mais importante para Fernández Miranda não foi manter a coerência, mas sim submeter-se ao

²⁰⁰ EN el cumpleaños del Rey. *El País*. Madri. 5 jan. 1977. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1977/01/05/opinion/221266810_850215.html> Acesso em: 5 maio 2012.

²⁰¹ AGUILA, Rafael del; MONTORO, Ricardo. Op. cit. p. 230-234.

²⁰² LA dimisión del presidente de las Cortes. *El País*. Madri. 1º jun. 1977. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1977/06/01/opinion/233964001_850215.html> Acesso em: 15 maio 2012.

²⁰³ REQUIEM. *El País*. Madri. 1º jul. 1977. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1977/07/01/opinion/236556002_850215.html> Acesso em: 15 maio 2012.

poder, nem que isso custasse o seu cargo e a liquidação de um dos aparatos relativamente importantes da ditadura de Franco.

Pouco mais de um mês depois, o Rei discursou na sessão de abertura das novas Cortes – que passavam a ter como presidente Antonio Hernández Gil –, afirmando que a democracia já havia começado, entretanto, ainda era preciso consolidá-la. Para alcançar esse objetivo:

Al Congreso y al Senado, que en esta jornada comienzan sus trabajos, les corresponde un doble papel: el de ser la primera concreción de la democracia y el de crear esa misma democracia como modo de convivencia y como sistema eficaz para una sociedad, libre y moderna, que permita la formulación de sus reivindicaciones, su transformación y el progreso de la justicia.²⁰⁴

Essas duas responsabilidades delegadas às Cortes demonstram a diferença existente entre a monarquia que Don Juan Carlos pretendia no início de seu reinado – quando nomeou Fernández Miranda presidente – e a almejada por ele em 1977 – quando não se opôs à demissão do franquista. A partir daquele momento, de acordo com o *El País*: “La tarea constituyente y los trabajos legislativos levantarán las paredes maestras de la nueva democracia”.²⁰⁵ Neste sentido, parecia estar ficando cada vez mais clara a forma como o jornal fez uso da Coroa e todos os significados inerentes a ela – moderação, conciliação, estabilidade –, bem como os que ela vinha adquirindo a partir do início da transição – defesa de ideais democráticos –, para se legitimar no debate público que começou com a morte do ditador.

No mesmo discurso, o Rei autodenominou-se monarca constitucional, o que foi avaliado pelo jornal: “El rasgo más notable y significativo de toda la estrategia reformista es que Don Juan Carlos de Borbón ha renunciado a ser el ‘Rey de la Monarquía del 18 de julio’ para convertirse en un Monarca constitucional”, entretanto, ressaltou que “[...] la Constitución es el requisito necesario para que esta aseveración, asumida públicamente por el Rey, sea una realidad plena”.²⁰⁶ É preciso salientar que apesar da negação da legitimidade histórico-nacional, o Rei já havia consolidado parte do apoio entre os antigos apoiadores do franquismo, o que demonstra a habilidade do monarca em gerir o processo transicional: em um primeiro momento buscou estabelecer uma boa relação com os apoiadores do antigo regime (o que ajudou a consolidar a legitimidade do 18 de julho herdada de Franco), para,

²⁰⁴ NAVARRO, Ángel Sánchez. Op. cit. p. 575.

²⁰⁵ POR unas Cortes Constituyentes y breves. *El País*. Madri. 22 jul. 1977. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1977/07/22/opinion/238370406_850215.html> Acesso em: 15 maio 2012.

²⁰⁶ UNA Monarquía constitucional. *El País*. Madri. 23 jul. 1977. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1977/07/23/opinion/238456806_850215.html> Acesso em: 15 maio 2012.

posteriormente, iniciar a introdução de medidas mais democráticas, até conquistar a legitimidade democrática.

No final de 1977 o jornal publicou um editorial que tratava sobre a escolha do Rei como o homem do ano pela revista francesa *Le Point*. Para o *El País* a classificação feita por um veículo internacional parecia conceder mais credibilidade ao ponto de vista que já vinha sendo defendido pelo jornal frente a seus leitores, principalmente em se tratando de uma revista de um país democrático:

Pero hay que decir que la singladura política española del año que termina, bajo el reinado de don Juan Carlos I, bien merece ser resaltada hasta por los más reticentes del lugar. Mil novecientos setenta y siete ha sido, sin duda, un año difícil y controvertido para los españoles. Pero ha sido también un año jubiloso. Significa el retorno de la libertad [...] ²⁰⁷

Ao utilizar a classificação de um jornal francês, o *El País* não ganhava credibilidade apenas no debate público espanhol, mas também consolidava uma posição de autoridade dentre os outros jornais do campo jornalístico.

Foi neste contexto em que ocorreu o início da redação do texto constitucional, que esteve composto de cinco fases: Congresso dos Deputados, Senado, Comissão Mista, referendo nacional e, por fim, sua promulgação. Apenas no início de maio de 1978, começou a ser discutido pelo Congresso, oito meses após o início do processo constituinte. A demora foi bastante criticada pelos editoriais, pois do texto constitucional dependia o início formal da democracia: “[...] hasta que la Constitución no sea aprobada, el pasado autocrático no habrá sido definitivamente liquidado y la comunidad española no se hallará en condiciones de dejar de hablar de la democracia para comenzar realmente a practicarla”.²⁰⁸ O *El País* alegou que o atraso começaria a afetar a confiança da população em um sistema parlamentar compatível com a transparência do trabalho legislativo, a representatividade popular e o controle da administração com eficácia.

No final de junho de 1978, após a aprovação do documento pela comissão no Pleno do Congresso, o texto foi encaminhado para que fosse debatido pelo Senado. A maior preocupação do *El País* foi uma possível tentativa dos senadores da UCD de tirar vantagem de sua melhor posição, em comparação ao Congresso, e voltar atrás em questões já aceitas pelos congressistas do partido:

²⁰⁷ EL hombre del año. *El País*. Madri. 27 dez. 1977. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1977/12/27/opinion/252025202_850215.html> Acesso em: 15 maio 2012.

²⁰⁸ COMIENZA el gran debate. *El País*. Madri. 5 maio 1978. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1978/05/05/opinion/263167201_850215.html> Acesso em: 19 maio 2012.

El reconocimiento del protagonismo de los partidos en las sociedades modernas, las recortadas atribuciones del Senado en la próxima legislatura, la evidencia de la aprobación de la Constitución es muy urgente para la consolidación de la democracia en España, y la superior legitimidad representativa que implica el sistema de elección del Congreso, son argumentos que deberían prevalecer sobre los deseos de los senadores de participar, en estricto pie de igualdad, con los diputados en la elaboración del texto constitucional.²⁰⁹

Por conta de discrepâncias existentes entre as duas versões apresentadas pelo Congresso e, posteriormente, pelo Senado, o projeto foi submetido à Comissão Mista. A discussão iniciou em 16 de outubro e o texto foi, finalmente, aprovado em sessões separadas em 31 de outubro por ambas as Câmaras. O jornal recebeu a aprovação pelas Câmaras de forma muito positiva, visto que seria a primeira carta democrática apresentada aos espanhóis desde o início da Segunda República espanhola, em 1931: “[...] tenemos sobre la mesa un texto constitucional que devuelve la soberanía política al pueblo, organiza sus libertades formales y es reputada en algunos aspectos como una de las más progresivas (o si se quiere ‘modernas’) entre las que rigen el occidente democrático”.²¹⁰

A penúltima fase foi a aprovação por referendo nacional, que ocorreu em 6 de dezembro de 1978. Um dia antes da votação, o *El País* publicou um editorial em defesa do “sim”, visto que somente esta resposta poderia contribuir para o estabelecimento de um sistema democrático na Espanha. Para o jornal, era evidente que o texto não estava perfeito, entretanto, não salientava seus problemas, “[...] porque es un documento de concordia y diálogo y porque no existe opción de ningún género – exceptuadas las de quienes predicán la violencia –, que no tenga acomodo en la Constitución española de 1978”.²¹¹

Esta ideia da Constituição enquanto representação do diálogo e concordância entre os grupos que estiveram envolvidos em sua redação também foi observada pela bibliografia do período: “La elaboración de la Constitución de 1978 fue la actualización y culminación del espíritu de pacto, compromiso y consenso que, en general, caracterizó a toda la transición española”.²¹² Baseados em argumentações como esta, de que o processo que culminou no texto constitucional foi o maior exemplo do consenso entre as forças políticas espanholas, muitos autores que pesquisam a transição espanhola acreditam que a sua aprovação por

²⁰⁹ POR la senda constitucional. *El País*. Madri. 21 jun. 1978. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1978/06/21/opinion/267228001_850215.html> Acesso em: 19 maio 2012.

²¹⁰ UNA Constitución que dure. *El País*. Madri. 1º nov. 1978. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1978/11/01/opinion/278722813_850215.html> Acesso em: 19 maio 2012.

²¹¹ SÍ. *El País*. Madri. 5 dez. 1978. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1978/12/05/opinion/281660412_850215.html> Acesso em: 19 maio 2012.

²¹² COTARELO, Ramon. La Constitución de 1978. In: TEZANOS, Jose Felix; COTARELO, Ramon; BLAS, Andres de (eds). Op. cit. p. 318.

referendo popular foi o marco final do processo, iniciando posteriormente, a consolidação democrática.

Um dia após o referendo, antes mesmo dos resultados oficiais, o *El País* dedicou um editorial para analisar o que representou o processo em si, bem como a própria abstenção. Para o jornal, apesar do distanciamento entre a classe política e as preocupações populares no processo constituinte:

El consenso y la política en la cúpula de los dirigentes de los partidos seguramente han sido males necesarios para el desmantelamiento del franquismo. Necesarios, pero males a los que nadie debe intentar hacer pasar por virtudes. El resultado del referéndum, fuera del País Vasco*, enseña que la nostalgia del antiguo régimen y del golpismo ensoñador no poseen definitivamente, en este país, bases populares y sociales sólidas.²¹³

Apesar da Constituição ter sido vista como símbolo do consenso entre os grupos espanhóis, em torno de 30% da população eleitora se absteve. Entre as principais explicações do jornal para tão alto índice estão: as imperfeições do censo, a despolitização ou a falta de costume à democracia – o que geraria a necessidade de uma maior informação sobre a mecânica da votação – e a campanha monótona a favor do referendo, que produziu um efeito *boomerang* – a ideia era incentivar as pessoas a optarem pelo “sim”, mas a resposta obtida foi a abstenção ou o “não”.²¹⁴

No mesmo dia, outro editorial, criticou novamente a desorganização do governo com relação à falta de um censo oficial e à demora na divulgação dos resultados, questionando, inclusive, a capacidade da equipe governamental de conduzir o processo eleitoral. Esta desconfiança também esteve presente entre os eleitores, segundo o jornal: “[...] si la democracia tiene un valor, es porque las urnas hablan, incluso cuando no nos gusta lo que dicen”.²¹⁵ A distinta abordagem exposta pelo jornal no mesmo dia em diferentes editoriais é, no mínimo, interessante e pode demonstrar certa divergência de opiniões dentro do próprio veículo.

A relação entre o Rei e a Constituição foi abordada pelo *El País* no editorial de 10 de dezembro diante de uma polêmica iniciada frente à suposta necessidade do juramento real. Na ocasião, o jornal expôs, novamente, sua posição com relação ao monarca:

* O País Basco é, quase sempre, analisado a parte do restante da Espanha, por conta de seus movimentos separatistas. Neste caso, o número de abstenção na região foi maior do que o de aprovação.

²¹³ PRIMERA reflexión. *El País*. Madri. 7 dez. 1978. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1978/12/07/opinion/281833201_850215.html> Acesso em: 19 maio 2012.

²¹⁴ Idem, ibidem.

²¹⁵ INCOMPETENCIA y caos. *El País*. Madri. 7 dez. 1978. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1978/12/07/opinion/281833202_850215.html> Acesso em: 19 maio 2012.

Todo el mundo sabe que la Constitución española de 1978 no hubiera sido posible sin el apoyo explícito y el respaldo incondicional del Rey. Se podría decir, así, que Juan Carlos I tiene el *derecho* de considerar la Norma Fundamental como la piedra angular de su legitimidad, mientras que su *deber* de prestarle juramento es una reduplicación innecesaria, dado que todos sus actos y comportamientos desde el 21 de noviembre de 1975 han tenido como meta la aprobación de la Constitución refrendada el 6 de diciembre, y que él ya fue proclamado Rey en su día.²¹⁶

Através do trecho acima é possível perceber duas questões: a ideia de legitimidade democrática que terminou de ser adquirida pelo Rei com a promulgação da Constituição e a intenção do editorial de reafirmar o papel de destaque do monarca no processo – assim como o seu próprio. Com relação a esta última, o veículo ainda reiterou: “[...] que el único futuro de la Monarquía es el democrático, y que así lo ha entendido el propio Rey convirtiéndose en auténtico motor del cambio político”.²¹⁷

É neste contexto em que no dia 27 de dezembro de 1978, após 18 meses de processo constituinte, a Constituição espanhola foi sancionada pelo Rei, sendo publicada no Boletim Oficial do Estado dois dias mais tarde. Em seu discurso, o monarca reafirmou sua intenção de acatar ao texto: “Y hoy, como Rey de España y símbolo de la unidad y permanencia del Estado, al sancionar la Constitución y mandar a todos que la cumplan, expreso ante el pueblo español, titular de la soberanía nacional, mi decidida voluntad de acatarla y servirla”.²¹⁸ A Constituição foi uma das últimas provas de que a Espanha estava, de fato, inserindo-se na lógica democrática. Além disso, não se deve esquecer que a partir do texto, as restrições às liberdades de expressão e imprensa, impostas ainda durante a Guerra Civil espanhola, se extinguíram, deixando aberto o espaço para uma, cada vez maior, autonomização do campo jornalístico.

A necessidade de dar continuidade ao consenso e à conciliação também esteve presente em sua fala aos espanhóis, sendo observada pelo *El País*:

Su discurso de ayer, sin ambigüedades ni alharacas, fue un compromiso abierto con el régimen que ha querido darse a sí mismo el pueblo español, y que enmarca el futuro de nuestro país en amplios cauces de convivencia por fuertes que sean – y algunas lo son – las tensiones y discrepancias existentes entre los diversos grupos actuantes en la vida social.²¹⁹

²¹⁶ EL Rey y la Constitución. *El País*. Madri. 10 dez. 1978. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1978/12/10/opinion/282092401_850215.html> Acesso em: 19 maio 2012.

²¹⁷ Idem, ibidem.

²¹⁸ NAVARRO, Ángel Sánchez. Op. cit. p. 658.

²¹⁹ UNA fecha histórica. *El País*. Madri. 28 dez. 1978. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1978/12/28/opinion/283647604_850215.html> Acesso em: 19 maio 2012.

Apesar dos elogios ao discurso do monarca, o editorial pressionou o governo Suárez para que se resolvessem os problemas do país, passando a impressão ao leitor do fechamento de um ciclo de 16 meses de discussão em torno do texto constitucional para o início de uma nova fase na história espanhola, na qual teriam que ser sanadas certas questões herdadas pelo franquismo.

Os principais tópicos presentes na Constituição de 1978 foram retomados por um editorial três anos após a submissão do texto ao referendo nacional. O texto de dezembro de 1981 resumiu:

La Constitución asienta la Monarquía parlamentaria sobre las firmes bases de la soberanía popular, asigna al Estado social y democrático la realización de la libertad, la justicia, la igualdad y el pluralismo, reconoce el derecho a la autonomía a las nacionalidades y regiones, y consagra los principios del Gobierno representativo, las elecciones libres, el sistema de partidos y el imperio de las leyes. Además, define el catálogo de derechos y libertades que apan a los ciudadanos de los abusos y arrogancias del poder y protegen a la sociedad de las invasiones arbitrarias del Estado.²²⁰

De acordo com Paloma Aguilar, a exaltação à monarquia espanhola ainda pode ser observada nos dias atuais, embora algumas críticas já venham sendo feitas. A partir do trecho abaixo é visível a importância que o período transicional teve para a construção da imagem monárquica ainda presente em alguns veículos e na própria bibliografia:

Finalmente, algunas voces se han alzado últimamente para poner en cuestión los muchos pertrechos que protegen a la Corona de cualquier crítica. También se ha censurado la excesiva escrupulosidad con que la prensa se refiere a la institución monárquica y a la familia real. Ambas cuestiones se identifican con decisiones adoptadas durante la transición [...]²²¹

Neste sentido, é inegável que as decisões políticas que o Rei tomou durante a transição tiveram determinante importância para a conquista de sua legitimidade, ao servirem como ponte entre o passado autoritário espanhol e o seu futuro democrático. Entretanto, a imagem criada pelos editoriais do *El País* em torno da figura do monarca parece ter sido utilizada, muito mais, em benefício do próprio veículo, do que de uma convicção de que o Rei foi o principal ator do processo.

Sendo assim, a publicação deu a entender que Don Juan Carlos não apenas protagonizou a transição democrática juntamente a outros atores e ao restante da população, mas sim, foi um dos únicos personagens com influência/vontade para democratizar o país. Em

²²⁰ EL día de la Constitución. *El País*. Madri. 6 dez. 1981. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1981/12/06/opinion/376441201_850215.html> Acesso em: 19 maio 2012.

²²¹ FERNÁNDEZ, Paloma Aguilar. Op. cit. p. 263.

outras palavras, este aumento de importância creditada ao Rei na condução do processo parece estar diretamente relacionado à possibilidade, observada pelo *El País*, de uso da imagem de moderação do monarca a favor dos interesses do jornal – principalmente no que diz respeito à necessidade que este teve em consolidar seu espaço em um campo jornalístico em surgimento, através da defesa da bandeira democrática. Neste sentido, a leitura feita por Stéphane Pini – explorada no primeiro capítulo deste trabalho – de que a construção da imagem do Rei foi facilitada, em grande medida, pelo jornal espanhol, parece bastante coerente com o que se observou nos editoriais analisados. Embora Pini tenha centrado seu estudo entre outubro de 1976 e dezembro de 1977, as relações entre o monarca espanhol e a publicação não variaram muito se comparada ao período compreendido entre 1978 e 1982.

4 “BRAZO ARMADO DE LA SOBERANÍA POPULAR”: A VISÃO DO *EL PAÍS* SOBRE O AFASTAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS DO CENÁRIO POLÍTICO

Este comportamiento respetuoso, si no caluroso, del estamento militar, garantizado por la actitud del Rey, jefe supremo de las Fuerzas Armadas, ha facilitado sin duda los años difíciles del tránsito político y en el paso de la dictadura a la democracia.
El País, editorial, 6 de janeiro de 1980.

O último grupo a ser analisado é o dos militares, que tiveram uma participação relativamente baixa na transição, no sentido em que não estiveram presentes nas principais decisões do período. Sendo assim, pode parecer contraditório que eles sejam objeto de análise, entretanto, é necessário observá-los enquanto grupo importante, no sentido em que, a sua aparente abstenção, é por si só um indicativo no mínimo interessante da forma como se deu a passagem do franquismo à democracia. A sua aparente falta de protagonismo foi um fator, largamente utilizado pelo jornal, que auxiliou a garantir o êxito da transição.

A partir da epígrafe acima é possível perceber como o *El País* observou o papel das Forças Armadas durante a transição democrática espanhola. Duas questões são fundamentais para que se possa compreender a atuação da corporação e estão diretamente relacionadas aos objetivos do capítulo: o posicionamento pacífico dos militares durante o período e a importância do monarca na manutenção desta atitude.

Assim, a fim de compreender o motivo da relativa baixa participação desse grupo, pelo menos nos primeiros anos, foi necessário analisar a base organizacional do regime de Franco e de que forma ela influenciou a organização governamental deixada pelo regime franquista ao processo transicional. Posteriormente, buscou-se analisar a maneira como o jornal abordou as três principais tentativas golpistas de um grupo de militares continuistas: a Operação Galáxia, o 23-F e a conspiração de 27 de outubro de 1982.* A partir de tais intentonas foi possível, também, perceber a relação direta estabelecida pelo veículo entre a corporação militar e o Rei Don Juan Carlos.

* Optou-se por utilizar a denominação 23-F – que será explicada ainda neste capítulo –, por ser a mais usual pela bibliografia e pelo próprio *El País*. Pelo mesmo motivo referiu-se à conspiração de 27 de outubro de 1982 e não apenas 27-O.

4.1 A passagem da ditadura de um militar para um período transicional com baixa participação das Forças Armadas

O franquismo pode ser considerado uma ditadura de um militar e não de uma corporação militar, no sentido em que, embora os militares estivessem presentes nas instituições franquistas, eles não participaram diretamente na tomada das principais decisões de Franco, pelo menos não enquanto instituição. A perda de influência das Forças Armadas ocorreu simultaneamente e esteve relacionada à crescente separação do regime franquista do Estado, iniciada após as mudanças propostas pelos tecnocratas no final dos anos 1950. Assim, o papel do Exército nas instituições políticas do franquismo diminuiu consideravelmente, através da redução de militares nos postos governamentais.²²²

O mais importante para a realização de uma análise da posição dos militares durante uma transição democrática são os anos finais da ditadura, principalmente em regimes longos, como foi o caso do franquismo. Neste sentido, é possível perceber uma pequena redução na porcentagem de ministros militares entre fevereiro de 1957 (44,4%) e julho de 1962 (42,1%); entretanto, se avançarmos um pouco mais nos anos, ficará evidente a diminuição desta participação: em outubro de 1969, a porcentagem caiu para 26,3. Em dezembro de 1975, após a morte de Franco, o número foi ainda menor: 21%, sendo que 15,8% destes ministros estavam alocados em postos relacionados aos serviços militares.²²³ Assim, embora a presença destes ainda fosse significativa em número, sua atuação no governo não ocorreu em favor da instituição militar em si:

Enquanto eles influenciaram a política governamental participando no Conselho de Ministros e outros órgãos, as forças militares como instituição não participaram no debate dessa política, tampouco tomaram qualquer decisão fundamental no regime. Em outras palavras, a alta presença e visibilidade dos militares em diferentes áreas do Estado franquista não fez do franquismo um regime autoritário militarizado.²²⁴

Dessa forma, é possível caracterizar o regime franquista como um regime de base majoritariamente civil, ao passo em que foram estes que tomaram grande parte das decisões. A distinção entre este e um de base militar é geralmente verificada através do baixo tempo (e influência) que os militares permaneceram nas posições de poder, quando comparada à maior

²²² POWELL, Charles. El camino a... Op. cit. p. 10.

²²³ AGÜERO, Felipe. *Soldiers, Civilians and...* Op. cit. p. 46-47.

²²⁴ “While they influenced government policy by participating in the Council of Ministers and other organs, the military as institution did not engage in debate on this policy, nor did it make any of the critical decision in the regime. In other words, the high presence and visibility of the military in different areas of the Franquist state did not make Franquism a militarized authoritarian regime”. Idem, p. 53. [tradução sob responsabilidade da autora]

duração da influência civil.²²⁵ Como assinala Agüero: “O exército na Espanha, apesar de ter ocupado posições importantes no regime franquista, não estava situado no centro da tomada de decisão na época do fim do regime e assim teve pouca influência na agenda da transição”.²²⁶

Este relativo baixo controle dos setores militares durante o regime franquista refletiu, evidentemente, na forma como foi feita a própria transição democrática, já que, durante o período, os militares ficaram bastante deslocados, não participando diretamente do núcleo de tomada das decisões.²²⁷ Dessa forma, foi relativamente aceitável, para eles, continuarem em posições secundárias, pelo menos nos primeiros anos da transição, no sentido em que:

[...] las fuerzas armadas no tuvieron que participar directamente en las negociaciones por el cambio ni que someterse a un súbito y masivo abandono de posiciones de poder que no detentaban [...]. Finalmente, por su condición de ‘pariente pobre’ del franquismo, las fuerzas armadas españolas tenían mucho que ganar con el tránsito al nuevo régimen, por mucho que esto no fuera ni evidente ni prioritario para grandes sectores del estamento militar.²²⁸

Assim, a aparente pouca influência beneficiou sobremaneira a legitimidade da própria transição, ao passo que enquanto a sobrevivência de regimes autoritários está relacionada apenas à legitimidade encontrada dentro um pequeno círculo de seus próprios apoiadores e do Estado; a permanência de um regime democrático requer uma maior base de apoio. Assim, o sucesso de uma transição não depende unicamente da deslegitimação do regime autoritário, mas, principalmente, do regime democrático implantado posteriormente.²²⁹

Os principais motivos para a aparente incapacidade de oposição dos militares às transformações iniciadas após a morte de Franco foram: a falta de unidade das Forças Armadas, a ausência de um projeto político alternativo e as próprias debilidades organizativas.

Ainda no final da década de 1960, a partir de distintas possibilidades de respostas para o futuro do regime franquista após a morte de Franco, iniciou-se um processo de lenta divisão dentro das Forças Armadas. No início da transição foi possível observar três

²²⁵ Idem, p. 29.

²²⁶ “The military in Spain, albeit occupying important positions in the Franquist regime, was not situated at the core decision-making sites at the time of the regime’s demise and thus had little influence over the transition’s agenda”. Idem, p. 11. [tradução sob responsabilidade da autora]

²²⁷ RADCLIFF, Pamela. La Transición Española: ¿Un Modelo Global? In: TOWNSON, Nigel (dir). *¿Es España Diferente? Una mirada comparativa (siglos XIX y XX)*. Madrid: Taurus, 2010. p. 262-3.

²²⁸ AGÜERO, Felipe. Democracia en España... Op. cit. p. 25.

²²⁹ FISHMAN, Robert. Rethinking State and Regime: southern Europe’s transition to democracy”. In: *World Politics*, v. 42 n. 3, 1990. p. 422-440. Disponível em: <<http://www.nd.edu/~rfishman/Rethinking%20State%20and%20Regime.pdf>> Acesso em 10 set. 2011. p. 437. [tradução sob responsabilidade da autora]

principais setores dentro do Exército: o setor mais resistente, que pretendia a continuidade das instituições franquistas; o liberal, disposto a aceitar a acomodação das Forças Armadas em um regime democrático; e, por fim, um último setor que estava situado entre os dois anteriores, no sentido em que toleraria algumas mudanças, mas não abriria mão do fortalecimento do poder militar no novo regime.²³⁰

Assim, foi possível perceber a falta de unidade dentro do Exército, o que levou ao segundo motivo causador da incapacidade de oposição dos militares: “*no existía un proyecto alternativo* coherente que fuese capaz de aglutinar al conjunto de las fuerzas armadas en la oposición a las reformas que se iniciaron con la transición”²³¹, o que seria alcançado somente através de níveis mais altos de concordância dentro da própria instituição. Como, no caso espanhol, tal consenso não foi alcançado, os militares apresentaram-se como uma base fraca e paralisada, sendo possível perceber uma politização cada vez maior de seus membros, o que poderia levar a uma polarização da corporação.

Por fim, somada à falta de unidade e à inexistência de um projeto político, vale ressaltar a debilidade organizativa das Forças Armadas, no sentido em que ocorreu uma falta de coordenação das estruturas superiores, ou seja, cada Exército tinha plena autonomia e desconhecia as atividades dos outros.²³² Assim, o sucesso dos civis na condução da transição esteve diretamente relacionado às condições nas quais as Forças Armadas enfrentaram o processo: a sua incapacidade de oposição efetiva à forma como a transição vinha ocorrendo e à existência de um projeto de modernização institucional dentro das próprias Forças Armadas.

Entretanto, apesar destes fatores relacionados a uma relativa ausência de oposição por parte dos militares apresentados pela bibliografia, é preciso ter cuidado para não subestimar a importância que a imagem das Forças Armadas tem quando observadas dentro de um processo ditatorial. Em outras palavras, mesmo com esta baixa participação efetiva durante os anos finais do franquismo, a própria existência da corporação militar apresentada ao lado do ditador e seu aparato institucional, podem ter significado um alerta ao regime instaurado após a morte do ditador.

Neste sentido, para que os civis conseguissem dar continuidade à transição, foi necessário que houvesse uma reforma militar – que tinha como principal objetivo submeter os militares aos mandos da Coroa – e uma modernização da instituição – que consistiu na recuperação do atraso no qual se encontrava para transformá-la em um instrumento militar

²³⁰ AGÜERO, Felipe. Democracia en España... Op. cit. p. 28-29.

²³¹ Idem, p. 30.

²³² Idem, p. 31.

eficiente. Ambas as questões estiveram diretamente relacionadas e foram dependentes, ao passo em que os setores militares interessados em modernizar as Forças Armadas, somente poderiam chegar aos cargos de direção por designação de governos transicionais; ao mesmo tempo em que estes necessitavam dos militares para iniciar a reforma militar e dar continuidade à política. Assim, tanto a reforma quanto a modernização da corporação militar tiveram como objetivos finais o afastamento da política dos quartéis, pois, somente assim, a transição poderia continuar ocorrendo com a menor interferência possível dos militares.²³³

Esta preocupação com a reforma da instituição e sua modernização foi abordada exaustivamente nos editoriais do *El País*, o que pode ser interpretado como uma tentativa por parte do jornal de deslegitimar o papel da corporação enquanto instituição anteriormente franquista e a lhe dar uma nova roupagem democrática. Neste sentido, o jornal afirmou que seria necessário colocar um fim à dicotomia existente entre política (não no sentido de ideológico ou partidarista) e profissionalização, ao passo em que, apenas a segunda garantiria a execução da política militar, que consistia na proteção e defesa da nação:

Las Fuerzas Armadas no están por lo tanto *por encima* de la política, como algunas veces se ha dicho. Están *en* la política, pero no *hacen* política. Ellas son su garantía y defensa última, y de ahí su grandeza y su servidumbre. La magnitud de su poder corre pareja con la de su sacrificio. [...] Un ejército, en una palabra, *apartidista*, pero profundamente político al mismo tiempo, con la alta misión política que la Constitución y las leyes le encomienden.²³⁴

A partir do trecho acima parece ficar evidente que, na opinião do jornal, a instituição necessitava de uma transformação profunda que proporcionasse sua modernização e profissionalização; unificasse as decisões militares e, por fim, se adequasse ao contexto ocidental.

As mudanças nas Forças Armadas iniciaram apenas a partir de setembro de 1976, com a saída do vice-presidente de governo Fernando de Santiago y Díaz de Mendivil – que era defensor da continuidade com os principais ideais franquistas – e da tomada de posse de um militar um pouco mais liberal, o tenente general Manuel Gutiérrez Mellado. Este agregou, pouco menos de um ano mais tarde, outra função ao seu currículo: a de Ministro da Defesa, cargo criado com a intenção de centralizar a direção política da defesa nacional, que unificou os três antigos ministérios: Exército, Ar e Marinha.²³⁵

²³³ Idem, p. 26-27.

²³⁴ LAS Fuerzas Armadas. *El País*. Madri. 29 maio 1977. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1977/05/29/opinion/233704801_850215.html> Acesso em: 25 maio 2012.

²³⁵ PREGO, Victoria. Op. cit. p. 350-362.

Tanto o surgimento da nova função como a nomeação foram elogiados pelo jornal, que afirmou ser um dos acertos do presidente Suárez, “[...] la creación del Ministerio de Defensa y el nombramiento de ese ejemplar soldado que es el teniente general Gutiérrez Mellado para desempeñarlo [...]”.²³⁶ Menos de seis meses mais tarde, o jornal realizou uma análise das melhorias proporcionadas pela reforma que vinha sendo executada pelo Ministro da Defesa, reafirmando a importância da existência de uma transparência nas relações entre a sociedade e o Exército:

Una de las notas características de un país moderno, de una sociedad industrial y de una comunidad política democrática es que las relaciones entre los militares y los ciudadanos no se hallan sometidas a especiales tensiones ni dan lugar a roces y conflictos. [...] En esa dirección camina, sin duda alguna, la política del vicepresidente primero del Gobierno y ministro de la Defensa, teniente general Gutiérrez Mellado. [...] Reconocer en Gutiérrez Mellado a un soldado capaz y a un político prudente (en el más alto sentido del adjetivo), a un hombre desprendido de ambiciones personales, es obligado no ya para reconstruir su biografía personal, sino para relatar los pasos que este país ha dado con él hacia la democracia y hasta suponer los que habría dejado de dar sin su presencia en el Gobierno.²³⁷

A partir do trecho acima é possível perceber que, para o *El País*, o papel de Gutiérrez Mellado dentro do governo foi decisivo na construção da democracia espanhola. Não foram poucos os editoriais que tiveram argumentações semelhantes a esta – como foi possível perceber anteriormente – o que demonstra a imagem extremamente positiva vinculada à figura do vice-presidente, que era visto como um “militar de brillante carrera y honestidad intachable”.²³⁸

Após quase um ano do início dos trabalhos do Ministério da Defesa, o veículo exaltou os benefícios conquistados a partir do estabelecimento de novas relações entre o os militares e a sociedade, iniciadas a partir das eleições de junho de 1977. O editorial afirmou que a reforma na corporação militar permitia observar o futuro democrático com mais otimismo, no sentido em que:

La elevación del nivel profesional de los cuadros militares, la tecnificación de las Fuerzas Armadas y su inserción en conjuntos estratégicos más amplios son, sin duda, características de un Ejército propio de las sociedades desarrolladas, que no tienen otro marco político posible que los sistemas pluralistas y las instituciones que descansan en la soberanía popular y las libertades cívicas.²³⁹

²³⁶ SEGUNDO Gobierno Suárez. *El País*. Madri. 5 jul. 1977. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1977/07/05/opinion/236901601_850215.html> Acesso em: 25 maio 2012.

²³⁷ EJÉRCITO y sociedad. *El País*. Madri. 20 dez. 1977. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1977/12/20/opinion/251420401_850215.html> Acesso em: 25 maio 2012.

²³⁸ EL Ejército. *El País*. Madri. 26 jan. 1977. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1977/01/26/opinion/223081208_850215.html> Acesso em: 25 maio 2012.

²³⁹ UN Ejército para la democracia. *El País*. Madri. 28 maio 1978. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1978/05/28/opinion/265154402_850215.html> Acesso em: 25 maio 2012.

Além dos elogios a Gutiérrez Mellado e aos avanços militares conquistados em direção à construção da democracia, outra questão bastante recorrente nos editoriais do *El País* foi a defesa e reafirmação do objetivo democratizador das Forças Armadas frente às frequentes críticas direcionadas à instituição. É interessante observar a forma como o jornal, não apenas defende a ideia de que os militares podem ajudar na construção da democracia, como também coloca sobre a sociedade civil a responsabilidade por grande parte da produção de ideais autoritários – o que pode ser entendido como uma forma moderada de conduzir o processo de democratização:

Los centros de producción y difusión de la ideología autoritaria no son primordialmente militares, sino que están en la sociedad civil [...]. Los productores de ideologías antidemocráticas – generalmente a la extrema derecha – se preocupan menos en elaborar una doctrina, que de rodearse de una simbología y de un ritual *copiados o imitados* de los valores militares.²⁴⁰

Outro editorial que tentou relativizar essa posição reacionária, com a qual frequentemente a população relacionou as Forças Armadas, foi o de 15 de dezembro de 1977:

[...] si sólo se oyen las voces de quienes ponen en duda el contenido ideológico y político del sistema impulsado por la propia Corona, la imagen de las Fuerzas Armadas que tan ejemplarmente han amparado el proceso democrático, puede verse distanciada de los ciudadanos y hacer renacer viejos temores y prejuicios sobre el papel del Ejército [...]²⁴¹

O texto parece ter tido como objetivo tranquilizar os leitores com relação ao ideal não bélico e extremista da instituição, o que está de acordo com as críticas com relação à ideia de adoção do modelo republicano – tratado no capítulo anterior. Tanto a reforma e modernização da corporação militar quanto a opção monárquica ajudariam na manutenção da estabilidade política necessária para a consolidação da democracia espanhola. Durante a semana de comemoração do dia das Forças Armadas, o jornal reiterou esta ideia, afirmando que a data:

[...] es hoy motivo de reconocimiento y homenaje a un Ejército que ha sabido amparar y asumir el tránsito pacífico a la democracia. La disciplina y el buen sentido de la oficialidad española han sido repetidamente puestos a prueba en los últimos dos años. Sin embargo, ni una sola provocación ha sido respondida y las defecciones personales o los desacuerdos concretos, aunque han trascendido a la política – y, en

²⁴⁰ LAS Fuerzas Armadas. *El País*. Madri. 29 maio 1977. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1977/05/29/opinion/233704801_850215.html> Acesso em: 25 maio 2012.

²⁴¹ LA imagen de las Fuerzas Armadas. *El País*. Madri. 15 dez. 1977. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1977/12/15/opinion/250988404_850215.html> Acesso em: 25 maio 2012.

ocasiones, con cierto dramatismo –, no han afectado a la construcción del edificio constitucional.²⁴²

Quase dois meses mais tarde – antes da aprovação definitiva do referendo do texto constitucional –, um atentado contra o Exército perpetrado por integrantes do ETA, que resultou na morte do general Sánchez Ramos e do tenente coronel Pérez Rodríguez, tentou provocar uma reação das Forças Armadas, entretanto a instituição não esboçou reações mais agressivas. Na ocasião, o jornal voltou a criticar essas tentativas de deslegitimar o papel militar e da própria transição por parte da oposição não democrática: “[...] el crimen de ayer ha sido perpetrado para facilitar la difusión dentro de las Fuerzas Armadas de los llamamientos a la involución y las condenas a la democracia que lanzan las minorías que no desean que el proceso de normalización democrática llegue a buen fin”.²⁴³

O posicionamento do *El País* com relação às Forças Armadas, nesses pouco mais de dois anos do início da transição, foi bastante positivo, sendo possível perceber em diversos momentos uma tentativa de defesa de um suposto ideal democratizador presente na maioria dos militares. Essa imagem apresentada pelo jornal parece ter sido embasada nas ações da corporação militar – ou na falta delas –, no sentido em que, foi relativamente acessível para o meio de comunicação defender a instituição castrense enquanto esta pouco ofereceu oposição ao processo democrático, situação que foi modificada a partir do final dos anos 1978, período que será analisado no próximo subcapítulo. Além disso, foi possível perceber uma tentativa por parte da publicação de reforçar discursivamente esta visão inofensiva sobre as Forças Armadas, o que se relaciona a um projeto moderado de democracia – defendido pelo jornal até então – que ajudaria a construir a visão da corporação que procura descrever aos leitores.

4.2 A intensificação das conspirações golpistas

A baixa reação das Forças Armadas, característica no início da transição, não durou muito tempo, visto que dentro da instituição começou a surgir cada vez mais incertezas com relação ao processo de mudança, bem como relacionadas às transformações que ocorriam na sociedade espanhola: as ameaças terroristas e a contínua redução dos privilégios da instituição. Neste sentido é necessário destacar as três principais tentativas golpistas do grupo

²⁴² UN Ejército para la democracia. *El País*. Madri. 28 maio 1978. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1978/05/28/opinion/265154402_850215.html> Acesso em: 25 maio 2012.

²⁴³ VÍCTIMAS por la democracia. *El País*. Madri. 22 jul. 1978. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1978/07/22/opinion/269906406_850215.html> Acesso em: 25 maio 2012.

continuista da corporação militar: a Operação Galáxia, o 23-F e a conspiração de 27 de outubro de 1982.²⁴⁴

A Operação Galáxia teve como um de seus principais personagens o tenente coronel Antonio Tejero Molina, integrante da Guarda Civil franquista desde meados da década de 1950, que fazia parte de um setor das Forças Armadas defensora dos principais valores franquistas, logo, contrário às mudanças propostas pela transição democrática. Os principais ideais de Tejero foram: a crença que os perdedores da Guerra Civil formavam a anti-Espanha, o Exército como guardião dos valores eternos da pátria, desprezo à política e a tentativa de ser relativamente fiel à pessoa e obra de Franco. Para ele, estava claro que, “[...] la España estaba en peligro y que su salvación no podía venir de los políticos, ya que habían sido éstos los que habían provocado dicha situación. Era necesario una intervención militar [...]”.²⁴⁵

Em busca deste ideal, a primeira tentativa de golpe ao governo foi a Operação Galáxia, iniciada a partir de um encontro com outros integrantes do Exército espanhol no dia 11 de novembro de 1978 para discutir o plano que Tejero havia traçado. O encontro ocorreu na cafeteria Galáxia – origem do nome da tentativa de golpe – e tinha como objetivo tomar o palácio da Moncloa seis dias mais tarde e estabelecer um governo de *salvación nacional*. A data, de acordo com o tenente coronel, seria a mais propícia, visto que ocorreria o Conselho de Ministros e tanto o Rei quanto o vice-presidente da Defesa não estariam em Madrid – o que deixaria clara uma suposta neutralidade dos mesmos com relação ao golpe. O plano fracassou por dois principais motivos: sua dificuldade de execução, por depender de muitos homens, e por não ter sido bem recebido pelos outros integrantes convidados pelo tenente coronel, que deixaram vaziar a informação a seus superiores, até chegar aos ouvidos de Gutiérrez Mellado.²⁴⁶

O primeiro editorial do *El País* que tratou sobre o tema foi publicado no dia 19 de novembro, alguns dias após a descoberta do plano. O texto retomou a ideia de que ações terroristas tentavam provocar uma reação militar: “Los todavía oscuros sucesos de la noche del 16 de noviembre constituyen la confirmación de que las provocaciones terroristas han horadado, aunque sea sobre superficies mínimas, el tejido mismo de las Fuerzas Armadas”.²⁴⁷

²⁴⁴ AGÜERO, Felipe. Democracia en España... Op. cit. p. 25.

²⁴⁵ BOLAÑOS, Roberto Muñoz. El ex-teniente coronel Tejero y el 23-F: un debate abierto. In: TUSELL, Javier; SOTO, Álvaro (dirs). Op. cit. p. 154-155. v.1.

²⁴⁶ PREGO, Victoria. Op. cit. p. 605-606.

²⁴⁷ ENERGÍA frente a indisciplina. *El País*. Madri. 19 nov. 1978. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1978/11/19/opinion/280278011_850215.html> Acesso em: 25 maio 2012.

Entretanto, ponderou que, apesar do relativo sucesso dos grupos terroristas em conseguir uma atitude extrema de parte da instituição, a tentativa golpista demonstrou, mais uma vez, a habilidade do Rei, de Mellado e de Suárez em guiar a transição.

Neste sentido, o editorial em questão é extremamente rico no que diz respeito ao seu conteúdo, ao retomar diversos temas e pontos tratados anteriormente pelo próprio veículo, reafirmando, mais uma vez, seu posicionamento sobre os principais atores do processo transicional. Assim, parece ser imprescindível para o jornal reiterar sua visão com relação à intenção de grande parte das Forças Armadas em colaborar para a construção de um país democrático:

La inmensa mayoría de los jefes y oficiales de las Fuerzas Armadas han demostrado su capacidad para acatar y asumir los principios de una sociedad democrática, cuya clave del arco es la subordinación del poder militar al poder civil legitimado por la soberanía popular. [...] España necesita unas Fuerzas Armadas unidas y modernas, estrechamente ligadas al pueblo al que sirven, garantes de los derechos constitucionales y capaces de defendernos de agresiones exteriores. Y es una actitud suicida y culpable la de quienes, militares o civiles, tratan de llevar a sectores de las Fuerzas Armadas a un aventurerismo imposible que atenta contra la soberanía popular y las instituciones del régimen.²⁴⁸

Apenas alguns dias mais tarde começaram as acusações diretas a Mellado, por parte do ex-ministro Manuel Fraga Iribarne, que o culpava pela tentativa de golpe. Entretanto, o jornal agiu novamente em favor do membro do governo, afirmando que os culpados pelo evento foram os revoltosos, não Mellado. De acordo com o editorial as alegações de Manuel Fraga vão contra o princípio no qual deve se basear uma democracia pluralista e liberal: a subordinação do poder militar ao civil: “El teniente general Gutiérrez Mellado es, con independencia de su grado, el representante de ese poder civil ante las Fuerzas Armadas, que le deben acatamiento y disciplina como ministro de Defensa de un Gobierno, y no sólo como teniente general”.²⁴⁹ Ainda no mesmo texto, o *El País* volta a sugerir a existência de uma tentativa de desestabilizar os setores das Forças Armadas comprometidos com a democracia:

Otros muchos y muy poderosos intereses y ambiciones empiezan a ponerse en movimiento para derribar de la cúpula de las Fuerzas Armadas al hombre que ha demostrado, con los hechos, su compromiso de lealtad con las instituciones democráticas, y eso en un momento en el que es preciso reforzar al máximo la autoridad del ejecutivo frente a los ensañamientos golpistas.²⁵⁰

²⁴⁸ Idem, ibidem.

²⁴⁹ LA cabeza debajo del ala. *El País*. Madri. 22 nov. 1978. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1978/11/22/opinion/280537208_850215.html> Acesso em: 25 maio 2012.

²⁵⁰ Idem, ibidem.

O resultado da Operação Galáxia foi a prisão de dois militares: o tenente coronel Tejero e o capitão Sáenz de Inestrillas. Apesar disso, ainda um ano após a tentativa ser descoberta, o *El País* esperava respostas mais concretas sobre o suposto golpe: “Lo esencial entonces es que se vea el juicio, se aclaren las cosas y se defina si hubo o no *complot*. Las instituciones democráticas exigen claridad, y eso es precisamente lo que está faltando en esta historia [...]”.²⁵¹ No final, o editorial ainda ressaltou que a Operação Galáxia não deveria ser esquecida, o que de fato o veículo não deixou ocorrer, no sentido em que, seguiu dedicando editoriais inteiros ao tema, inclusive reafirmando que o golpe havia sido destinado às instituições democráticas:

[...] no dejan dudas sobre la existencia de una conspiración, protagonizada por los encausados, para dar lo más parecido a un cuartelazo contra las instituciones democráticas en las personas del Gobierno y del Rey. Dichos resultados establecen que se llegó a preparar un golpe de mano para ocupar el palacio de la Moncloa, apresando el Consejo de Ministros, y someter al Rey ‘la nueva situación’ [...].²⁵²

Apenas alguns meses após a tentativa de golpe, Mellado foi substituído no ministério da Defesa, ficando apenas com o cargo de vice-presidente do Governo. O contexto no qual ocorreu a troca foi o de severas críticas por parte de setores mais conservadores da sociedade, que relacionavam a Operação Galáxia ao então ministro. Assim, as eleições gerais de março de 1979 foram a oportunidade que Suárez teve para realizar a substituição do tenente general pelo civil Agustín Rodríguez Sahagún para Ministro da Defesa, o que foi mais uma demonstração e, talvez a mais importante delas, de que as Forças Armadas estavam subordinadas ao poder político, questão fundamental para a democracia.²⁵³

O posicionamento do jornal com relação à troca de ministros pareceu ser relativamente positiva, pelo menos em um primeiro momento: “La oportunidad del día merece ser aprovechada para poner de relieve la habilidad de Agustín Rodríguez Sahagún para el desempeño de una tarea especialmente difícil [...] sagrada en las democracia, de que los ejércitos están subordinados al poder político”.²⁵⁴ Diferentemente do que ocorreu quando Mellado foi designado ao cargo, o *El País* não exaltou de forma tão incisiva a nomeação, entretanto, ressaltou a reforma que Sahagún deveria dar seguimento:

²⁵¹ “OPERACIÓN Galaxia”: ¿una charla de café? *El País*. Madri. 11 dez. 1979. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1979/12/11/opinion/313714802_850215.html> Acesso em: 25 maio 2012.

²⁵² UNA sentencia significativa. *El País*. Madri. 9 maio 1980. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1980/05/09/opinion/326671201_850215.html> Acesso em: 25 maio 2012.

²⁵³ PREGO, Victoria. Op. cit. p. 374-375.

²⁵⁴ EN la Pascua Militar. *El País*. Madri. 6 jan. 1980. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1980/01/06/opinion/315961201_850215.html> Acesso em: 25 maio 2012.

El Ministerio de Defensa se ha embarcado en una reforma de las Fuerzas Armadas tendente a una mayor profesionalización y tecnificación de las mismas, un rejuvenecimiento de los cuadros y una adecuación de sus medios a las necesidades de la defensa nacional y a los compromisos que nuestro país mantiene con el Occidente.²⁵⁵

Mais de um ano após a Operação Galáxia, já durante o ministério de Sahagún, ocorreu o julgamento de Tejero e Ricardo Sáenz de Ynestrillas, que já se encontravam em liberdade, pelo tribunal militar. As penalidades impostas foram de sete e seis meses, respectivamente; ambos os períodos completados anteriormente pelos dois julgados, o que lhes rendeu a liberdade.²⁵⁶

No dia seguinte ao julgamento, a reação do editorial do *El País* foi extremamente negativa, chegando a afirmar que os resultados da sentença: “[...] ha asombrado a la opinión pública: las penas mínimas para un delito que puede ser castigado hasta con doce años [...] Mire por donde se mire la sentencia del miércoles marca un hito significativo en la historia reciente de este país. El tiempo lo dirá”.²⁵⁷ A crítica do texto estava relacionada, principalmente, à imposição da pena mínima a ambos os golpistas e de punições maiores a jornalistas ou diretores de cinema, que, na opinião do jornal, tiveram delitos muito pequenos se comparados a uma tentativa de golpe de Estado. Neste sentido, o jornal tornou a criticar duramente as penas, quando o conselho Supremo da Justiça Militar ratificou a sentença:

No hace falta comparar esta sentencia de seis meses para unos militares sediciosos que quisieron dar un golpe de Estado con la de seis años para el escritor de un artículo, o la de tres meses para el director de este periódico, o las, peticiones ante un tribunal militar contra un periodista por informar sobre una supuesta tentativa de golpe de Estado. No hace falta recordar la permanente vulneración de la Constitución por el Gobierno y otros estamentos de la nación, la aplicación puntual de leyes dictadas por el franquismo, la permanencia en sus puestos de jueces, policías y funcionarios de todo tipo que capitanearon la represión.²⁵⁸

É interessante observar que a maioria dos editoriais até então, mesmo que não estivessem apoiando diretamente a forma como o governo estava guiando o país à democracia, não estabeleciam relações diretas entre o governo transicional e o franquismo. Neste sentido, pode-se dizer que o texto em questão foi representativo das críticas que poderiam ser feitas, não apenas aos principais representantes da Espanha, como é o caso do Rei e de Suárez, mas também à própria Constituição de 1978 e à permanência de

²⁵⁵ Idem, ibidem.

²⁵⁶ PREGO, Victoria. Op. cit. p. 608-609.

²⁵⁷ UNA sentencia significativa. *El País*. Madri. 9 maio 1980. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1980/05/09/opinion/326671201_850215.html> Acesso em: 6 jun. 2012.

²⁵⁸ SILENCIO. *El País*. Madri. 5 jul. 1980. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1980/07/05/opinion/331596001_850215.html> Acesso em: 6 jun. 2012.

representantes franquistas na estrutura de Estado. As arbitrariedades que circundaram a Operação Galáxia foram bastante criticadas pela publicação espanhola, o que pode ser observado no uso que esta fez da tentativa de golpe e seus resultados jurídicos para combater o próprio governo.

A crise na presidência de Adolfo Suárez somente agravou esse descontentamento de parte dos militares opositores ao governo, o que culminou na sua demissão em 29 de janeiro de 1981. A partir de então, a estabilidade política foi ainda mais afetada, fazendo com que os últimos dois anos da transição fossem os mais tumultuados, no que diz respeito, principalmente, às intencões golpistas.

Foi neste contexto, em 23 de fevereiro de 1981 – data na qual ocorria a segunda votação para conseguir a maioria para o sucessor de Suárez, Leopoldo Calvo Sotelo –, que o tenente coronel Tejero e cerca de 400 guardas civis entraram no Congresso dos Deputados, alegando estarem em nome do Rei. Outros integrantes fundamentais da tentativa de golpe foram o tenente general Jaime Milans del Bosch – que tentou ocupar militarmente a cidade de Valência – e o general Alfonso Armada – que até o dia do golpe tinha uma relação muito próxima ao Rei.²⁵⁹

O golpe tinha como objetivo a criação de uma situação excepcional levando a uma intervenção militar, que consistiria na ocupação do Congresso por Tejero, a saída às ruas das tropas de Milans del Bosch e a nomeação de Armada como novo presidente de Governo. Entretanto, cada um desses militares tiveram uma forma distinta de alcançar este fim, o que resultou no fracasso da tentativa de golpe menos de 24 horas após o seu início:

O golpe fracassou como resultado de uma profunda divisão entre linha-duras e conspiradores. Os linha-duras avançaram a um ponto que o golpe foi realmente possível, mas eles ainda permaneciam sem uma visão política alternativa, quanto menos um projeto de política governamental.²⁶⁰

Diferentemente de janeiro de 1980, quando o *El País* criticou o jornal *Diario 16* por anunciar um possível golpe, afirmando que seria um equívoco “pensar que de toda charla nasce una conspiración”²⁶¹, a segunda tentativa de golpe ocorreu em um contexto no qual o jornal já se mostrava um pouco mais crítico com relação às intenções e ações dos militares opositoristas. Assim, neste primeiro momento, foi possível perceber a relação direta que o

²⁵⁹ TUSELL, Javier. *Dictadura y democracia, 1939-2004*. Barcelona: Crítica, 2005. p. 314.

²⁶⁰ “The coup had failed as a result of deep divisions among hard-liners and conspirators. Hard-liners had progressed to a point which a coup was actually possible, but they still remained without an alternative political vision, let alone a blueprint government policy”. AGÜERO, Felipe. *Soldiers, Civilians and...* Op. cit. 167. [tradução sob responsabilidade da autora]

²⁶¹ LA charla y la conspiración. *El País*. Madri. 26 jan. 1980. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1980/01/26/opinion/317689201_850215.html> Acesso em: 6 jun. 2012.

veículo estabeleceu entre a Operação Galáxia e o 23-F, principalmente, por conta do retorno da figura de Tejero enquanto militar conspirador:

La *operación Galaxia* no fue una *charla de café*, sino que uno de los hilos de la madeja conspirativa que quedó al descubierto. La circunstancia de que el teniente coronel Tejero, principal responsable de aquel complot en toda regla, resultara condenado con una pena leve y fuera reincorporado después al servicio activo ha permitido a este soldado desleal y sedicioso participar destacadamente en esta segunda intentona golpista. Así, las debilidades, complicidades y cobardías que impidieron en su día castigar a los culpables de la *operación Galaxia* con las penas congruentes y realizar a su debido tiempo los relevos imprescindibles en los cargos de las Fuerzas Armadas y en las fuerzas de seguridad, a fin de sustituir a los conspiradores y golpistas por militares y policías respetuosos de la Constitución, son factores tan responsables como los propios asaltantes del Congreso [...] ²⁶²

O trecho acima é representativo do tom bastante crítico com o qual o jornal interpretou o papel do governo – e, por consequência, das próprias Forças Armadas – após a tentativa fracassada de golpe de 1978. A crítica incidiu diretamente sobre a baixa pena imposta ao tenente coronel, o que permitiu que este estivesse em liberdade em pouco tempo e pudesse planejar uma nova intentona. A penalização pouco efetiva de Tejero, exemplo da debilidade, cumplicidade e covardia dos órgãos governamentais, foi tão responsável pelo 23-F quanto os próprios militares que arquitetaram o golpe. Por fim, o editorial ainda incriminou os chamados terroristas do ETA, que, frequentemente, faziam uso da violência contra a democracia que vinha tentando ser construída no país.

A solução oferecida pelo veículo estava diretamente relacionada ao cumprimento da Constituição – expressão máxima, até então, do processo de consolidação da democracia –, no sentido em que pedia “[...] fuerzas parlamentarias que continúe el proceso democrático y garantice el cumplimiento de la Constitución. Igualmente, es necesario demostrar a la sociedad española que estos sediciosos soldados que se sublevar por segunda vez no lo harán una tercera”. ²⁶³ Além disso, foi possível perceber que o *El País* reiterou sua posição sobre as penas aos golpistas, ao afirmar que o povo espanhol necessitava de provas para ter certeza de que não ocorreria mais nenhuma tentativa de derrubada do regime constitucional. O posicionamento do jornal demonstrou, novamente, uma preocupação com a consolidação da democracia na Espanha, no sentido em que, a instabilidade política tendia a aumentar a cada nova intentona. Esta possibilidade de fracasso da democracia não era, de forma alguma,

²⁶² CON la Constitución. *El País*. Madri. 24 fev. 1981. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1981/02/24/opinion/351817201_850215.html> Acesso em: 6 jun. 2012.

²⁶³ LA verdadera trama. *El País*. Madri. 25 fev. 1981. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1981/02/25/opinion/351903601_850215.html> Acesso em: 6 jun. 2012.

positiva para o jornal, no sentido em que, a existência daquela garantia a sua própria, bem como o legitimaria.

Juntamente aos elogios que os editoriais teceram sobre a Constituição, pode-se salientar a importância que o Rei teve na data: “La defensa de la Constitución y de la legalidad vigente ha tenido en el Rey su más resuelto y admirable combatiente. [...] La actitud del Jefe del Estado en las tensas horas de ayer es símbolo de la legitimidad constitucional y democrática”.²⁶⁴ Em maio de 1977, após a renúncia da Coroa por Don Juan de Borbón, o jornal afirmou que o Rei Don Juan Carlos havia conquistado a legitimidade dinástica – como citado no capítulo anterior –; a partir do 23-F, o *El País* não parecia ter dúvidas da conquista da legitimidade constitucional e democrática, iniciada a partir da promulgação da Constituição, mas que parece ter sido consolidada a partir de suas atitudes após o golpe. Ainda neste sentido, de acordo com o jornal, os altos representantes das Forças Armadas apresentavam-se ambíguos com relação ao monarca:

No sabemos, sin embargo, hasta qué punto algunos altos mandos de nuestras Fuerzas Armadas contemplan la figura del Rey como *indisociablemente* unida a la *Constitución* o, por el contrario, respetan en su persona sólo la legitimidad histórica, también reconocida en el artículo 57 de nuestro texto fundamental, y mantienen hacia su condición de titular de una Monarquía *parlamentaria* sentimientos de indiferencia o incluso emociones de lealtades contrapuestas.²⁶⁵

A divisão interna das Forças Armadas, entre uma minoria contrária à democracia e uma maioria a favor da Constituição, foi uma abordagem bastante utilizada pelo *El País*. Esta linha de argumentação apenas dava continuidade à utilizada anteriormente, na qual, a corporação militar não poderia ser observada como um todo:

El 23 de febrero mostró que había golpistas en el seno de las Fuerzas Armadas y también que esos militares *anteponen* al oficio de las armas, que no distingue entre colores e ideologías, su militancia *política* de ultraderecha. Nunca se insistirá lo suficiente en que esos oficiales golpistas no representan prioritariamente un movimiento interno de las Fuerzas Armadas, sino que son el vehículo transmisor de una ideología que, aunque mimetizada en sus símbolos o en su lenguaje con el mundo castrense, defiende intereses exteriores a los institutos militares y recluta a sus militantes tanto en la sociedad civil como en el seno del Ejército.²⁶⁶

Apenas dois dias mais tarde, outro editorial referenciou a corporação militar, afirmando que a reconciliação entre a Coroa, os partidos, a Igreja Católica, os grupos sociais,

²⁶⁴ CON la Constitución. *El País*. Madri. 24 fev. 1981. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1981/02/24/opinion/351817201_850215.html> Acesso em: 6 jun. 2012.

²⁶⁵ LA verdadera trama. *El País*. Madri. 25 fev. 1981. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1981/02/25/opinion/351903601_850215.html> Acesso em: 6 jun. 2012.

²⁶⁶ LAS Fuerzas Armadas. *El País*. Madri. 31 maio 1981. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1981/05/31/opinion/360108002_850215.html> Acesso em: 6 jun. 2012.

os intelectuais e a maioria dos cidadãos somente seria possível dentro do país quando: “[...] el Ejército se contemple a sí mismo y sea contemplado por la sociedad como una institución que integra todas las ideas y creencias y que acepta sin tomas de posición partidarias la historia entera de nuestro país”.²⁶⁷

Outra questão que voltou a aparecer no jornal sobre as Forças Armadas foi a relação estabelecida entre o vice-presidente de governo e a democracia:

El vicepresidente de Asuntos para la Defensa, agredido por [...] Tejero, defendió la dignidad del uniforme y dio una lección de moral cívica y de hombría personal. El comportamiento admirable y ejemplar del teniente Gutiérrez Mellado contrastó vivamente con el esfumamiento del ministro de Defensa en funciones, que es además presidente de UCD.²⁶⁸

A partir da análise do trecho, ficou ainda mais clara a necessidade que o jornal teve em defender grande parte das Forças Armadas, principalmente através da figura do ex-ministro da Defesa, em detrimento do então civil encarregado do cargo: Sahagún.

Além da defesa da corporação militar, o jornal fez nova crítica à própria sociedade, ao afirmar que a sua participação no golpe não foi muito clara, visto que ela poderia estar: “[...] en espera de que el éxito del golpe les aupara a un alto cargo de la nueva organización administrativa y les devolviera los privilegios políticos y materiales perdidos con el establecimiento de la democracia”.²⁶⁹ O trecho em questão é apenas um exemplo das críticas do jornal direcionadas aos grupos que se beneficiariam, caso houvesse a continuidade com o regime franquista e que, durante o período transicional, apenas almejavam retornar a suas antigas posições políticas ou conquistar outras ainda mais altas. Para o jornal, após o golpe, ficou mais claro quem deveria ficar de fora da condução do processo: “[...] una democracia no puede ser defendida por quienes no creen ni en sus valores ni en sus principios y por quienes están dispuestos a matar y extorsionar en contra de la libertad”.²⁷⁰

Foi neste contexto em que ocorreu a tomada de posse de Calvo Sotelo, o qual fazia parte de um grupo de ministros da confiança de Suárez. O então presidente negou a

²⁶⁷ UNA bandera común. *El País*. Madri. 2 jun. 1981. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1981/06/02/opinion/360280808_850215.html> Acesso em: 6 jun. 2012.

²⁶⁸ DEFENDER la democracia. *El País*. Madri. 26 fev. 1981. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1981/02/26/opinion/351990002_850215.html> Acesso em: 6 jun. 2012.

²⁶⁹ IGUALES ante la ley. *El País*. Madri. 11 mar. 1981. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1981/03/11/opinion/353113201_850215.html> Acesso em: 6 jun. 2012.

²⁷⁰ CON la Constitución. *El País*. Madri. 24 fev. 1981. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1981/02/24/opinion/351817201_850215.html> Acesso em: 6 jun. 2012.

possibilidade de fazer coalizão com o PSOE por medo de fragilizar ainda mais a UCD, optando por governar mais isoladamente.²⁷¹

A forma como Sotelo lidou com o 23-F, nesses primeiros dias, agradou o *El País*, que elogiou a imagem que o poder civil estava conquistando ao manter a situação sob controle. De acordo com o jornal, as atitudes tomadas pelo governante: “[...] contribuyen a que la opinión pública comience a recuperar el aliento y a albergar algunas esperanzas hacia el futuro”.²⁷² Novamente, então, o jornal se referiu ao futuro espanhol, entretanto, neste editorial, de forma um pouco mais positiva, graças à tranquilidade apresentada pelo novo governante. Entretanto, não deixou de salientar que:

Este país, profundamente humillado, vejado, herido en su dignidad, despertado de un hermoso sueño para comprobar que la realidad es una pesadilla, necesita bastante más que palabras para recuperar las ilusiones y la confianza. Precisa comprobar que los discursos se materializan en hechos, en disposiciones, en actos de gobierno, y en leyes, y que sus temores a una progresiva escalada desde la legalidad contra los principios y los valores democráticos carecen de fundamento.²⁷³

Após 100 dias da tentativa de golpe, bem como do governo de Calvo Sotelo, o jornal dedicou um editorial para analisar o papel que foi desempenhado pelo novo presidente passado aquele período. Assim como os primeiros meses de Suárez, os de Sotelo não agradaram muito, ao passo em que a prova de suas boas intenções somente ocorreriam no dia em que o governo da UCD se demonstrasse capaz: “[...] de garantizar la realización del juicio contra el golpismo criminal del 23 de febrero y de convocar y amparar unas elecciones generales libres en este país. Los primeros cien días de su gestión para nada resuelven las dudas a este respecto”.²⁷⁴ E finalizou o texto afirmando que o prazo que a população concedeu a ele já havia terminado.

É possível perceber no trecho uma crítica direta a não resolução do processo envolvendo os golpistas do 23-F, questão que voltou a ser questionada dois meses mais tarde: “La vida política española necesita que se dicte sentencia para normalizar su desenvolvimiento y enterrar definitivamente los fantasmas que se han agitado sobre la convivencia desde el pasado invierno”.²⁷⁵ No mesmo editorial, o jornal voltou a elogiar o papel do monarca na resolução rápida da tentativa de golpe, bem como ressaltou que os

²⁷¹ PREGO, Victoria. Op. cit. p. 133.

²⁷² IGUALES ante la ley. *El País*. Madri. 11 mar. 1981. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1981/03/11/opinion/353113201_850215.html> Acesso em: 6 jun. 2012.

²⁷³ Idem, ibidem.

²⁷⁴ CALVO Sotelo: concluye el primer plazo. *El País*. Madri. 6 jun. 1981. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1981/06/06/opinion/360626407_850215.html> Acesso em: 14 jun. 2012.

²⁷⁵ EL proceso a los golpistas. *El País*. Madri. 14 ago. 1981. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1981/08/14/opinion/366588001_850215.html> Acesso em: 14 jun. 2012.

golpistas não representavam a instituição militar como um todo, mas apenas um grupo. Por fim, parece ficar evidente que a grande demanda do jornal, desde o anúncio do sequestro do Congresso, foi pela justa punição dos envolvidos na intentona – o que pode ser entendido, mais uma vez, como um posicionamento do jornal em defesa da consolidação desta democracia.

No início de fevereiro de 1982, quase um ano após o 23-F, o julgamento dos golpistas ainda não havia iniciado. O fato foi observado pelo jornal de forma bastante negativa: “Todavía no ha empezado el consejo de guerra contra los rebeldes del 23-F y ya recibimos la primera prueba de impericia y falta de coordinación gubernamentales que denunciáramos hace unos días en un editorial”.²⁷⁶

O julgamento iniciou ainda no mês de fevereiro e, apesar dos tumultos causados pela expulsão de um jornalista do jornal *Diario 16*, o *El País* apenas pediu que o processo fosse concluído e que as sentenças finais fossem justas, ao contrário do que ocorreu com a Operação Galáxia. O veículo foi bastante incisivo ao expor seu ponto de vista, relacionando, diretamente, a democracia à resolução jurídica da tentativa de golpe de 1981:

La sociedad española y la Monarquía parlamentaria sólo podrán instalarse en la normalidad después de que el juicio del 23-F haya sido cerrado con una sentencia firme. Sería un crimen de lesa patria que la torpeza de unos y la malicia de otros contribuyeran a arrastrar interminablemente un proceso por rebelión militar, cuya conclusión, durante el anterior régimen, hubiera sido cuestión de días, y con la pena de muerte incluida en los códigos.²⁷⁷

A sentença foi anunciada apenas em junho e foi recebida de forma relativamente negativa pelo jornal, no sentido em que, apesar do elogio às penas mais altas – de 30 anos para os principais representantes da intentona – teceu severas críticas à absolvição dos oito tenentes da Guarda Civil que tomaram o Congresso e sequestraram o governante e deputados. O *El País* ainda acrescentou que: “[...] un hecho más que preocupante resulta también la permanencia dentro de las Fuerzas Armadas de once inculpados condenados [...]”.²⁷⁸

Apesar da condenação, o fracasso do 23-F não colocou um fim à contestação do setor mais linha-dura das Forças Armadas. A presidência de Calvo-Sotelo foi um exemplo claro disso, no sentido em que, por mais que tenha tentado colocar, parece não ter conseguido:

²⁷⁶ TRANSPARENCIA y claridad. *El País*. Madri. 12 fev. 1982. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1982/02/12/opinion/382316404_850215.html> Acesso em: 14 jun. 2012.

²⁷⁷ LA única manera. *El País*. Madri. 24 fev. 1982. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1982/02/24/opinion/383353201_850215.html> Acesso em: 14 jun. 2012.

²⁷⁸ LA cruz de una sentencia. *El País*. Madri. 4 jun. 1982. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1982/06/04/opinion/391989608_850215.html> Acesso em: 14 jun. 2012.

A longevidade da ameaça linha-dura [...] foi a prova viva da magnitude dos desafios que o avanço da democracia teve que superar. Essa longevidade foi possível através da continuidade de algumas tendências iniciadas sob o governo Suárez: terrorismo e extraordinária fraqueza do partido do governo, até a sua quase extinção nas eleições [...]²⁷⁹

Alguns dias após o anúncio do final do julgamento, o jornal publicou em um editorial que existia uma suposição de um novo “*golpe blando* o presión militar”²⁸⁰ – o que era plausível – entretanto, ponderou ser quase impensável que uma intervenção militar de fato ocorresse, apesar desses rumores. O principal motivo para o veículo acreditar na possibilidade de que algum grupo castrense estivesse planejando outra intentona foi a situação política na qual o país se encontrava:

La debilidad del partido del Gobierno y la eventual victoria socialista en las elecciones está generando en las últimas semanas una crispación notable en los círculos de la derecha clásica. Los intentos de instrumentación del poder militar por esos círculos reaccionarios se han visto ratificados por algunas reuniones entre militares y personalidades de lo que podría denominarse el poder civil fáctico o extraparlamentario. Reuniones detectadas en Madrid y que dieron origen a su vez al rumor – publicado en algunos medios – de que dos generales y un comandante habían sido interrogados respecto a dichas reuniones.²⁸¹

Foi neste contexto em que ocorreu o anúncio de uma terceira tentativa de golpe, que seria executada em 27 de outubro de 1982, um dia antes das eleições gerais. O *El País* comentou a prisão dos três chefes militares acusados de conspirar contra o governo e afirmou que o ato demonstrava, mais uma vez, a atividade dos grupos opositores e continuistas dentro das Forças Armadas. O editorial ponderou a possibilidade de que esses novos golpistas tivessem recebido ajuda de representantes do 23-F e aproveitou para colocar em pauta, novamente, a Operação Galáxia: “Tres militares solos no suelen pactar para poner en peligro la seguridad de un Estado, y sería lamentable que se repitiera la experiencia de la *Operación Galaxia* cuando se quiso concretar en Tejero e Ynestrillas todas las culpas del caso”.²⁸²

É possível perceber a tentativa do texto de retomar e relacionar as outras duas tentativas golpistas, o que demonstra, mais uma vez, a estreita conexão que o jornal mantinha com os acontecimentos passados, conservando uma narrativa relativamente coerente do que o

²⁷⁹ “The longevity of the hard-line threat [...] was vivid proof of the magnitude of the challenges that the advancement of democracy had to overcome. This longevity was made possible by the continuation of some of the trends started under the Suárez government: terrorism and extraordinary weakening of the government party, to the point of its almost disappearing in the elections [...]”. AGÜERO, Felipe. *Soldiers, Civilians and...* Op. cit. 162. [tradução sob responsabilidade da autora]

²⁸⁰ LOS rumores militares. *El País*. Madri. 19 jun. 1982. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1982/06/19/opinion/393285612_850215.html> Acesso em: 14 jun. 2012.

²⁸¹ Idem, ibidem.

²⁸² AVENTURERISMO golpista. *El País*. Madri. 4 out. 1982. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1982/10/04/opinion/402534008_850215.html> Acesso em: 14 jun. 2012.

veículo encarava como fato. Além disso, a partir desta retomada, o *El País* parece tentar legitimar suas edições anteriores por dois principais motivos: por colocar em pauta novamente um assunto que já fora exaustivamente tratado por outros números, demonstrando sua importância; e, ao demonstrar as diversas tentativas de golpe, o jornal justificava a sua própria existência enquanto facilitador deste processo de construção e consolidação da democracia.

Ainda no mesmo editorial, o jornal realizou uma análise bastante interessante entre o golpismo presente em um grupo das Forças Armadas e as eleições que iriam ocorrer alguns dias depois:

La existencia del golpismo en el seno de las Fuerzas Armadas no es ninguna novedad, y si el llamado voto del miedo puede acarrear algún electorado a partidos conservadores, por el temor de que una victoria socialista aliente aún más los fantasmas del golpe también es verdad que noticias como ésta contribuirán al voto útil de la izquierda – incluso de la tradicionalmente abstencionista – en torno al PSOE.²⁸³

A relação estabelecida entre a conspiração e as eleições de outubro soou quase como um aviso para o grupo que vinha perpetrando as tentativas de golpes: além de demonstrar a possibilidade de angariar eleitores a partir dessas intencionalidades, o texto ponderou que o referido golpismo também poderia ter um efeito inverso, que seria a conquista de votos abstencionistas para o PSOE. Este, que antes não teria os eleitores contrários ao partido, a partir daquele momento, poderia conquistá-los, sob a argumentação de que seria preferível a vitória de um partido socialista do que uma tomada de poder por parte dos militares.

Alguns dias mais tarde, após a falta de maiores informações sobre a conspiração, bem como o não comparecimento do presidente frente à população para explicar o ocorrido, o jornal voltou a tecer críticas:

[...] hasta el momento ni siquiera ha comparecido su presidente ante la opinión pública – ni ante el Parlamento – para dar explicaciones al respecto, delegando para ello en los ministros de Defensa e Interior. Delegación que nos parece del todo insuficiente, desde el punto de vista institucional, en un momento tan grave como el que el propio Gobierno asegura que vivimos. Y más preocupante es también la forma cómo la noticia ha sido publicada por algunos medios de comunicación, sistema que más parece encaminado hacia la creación de una sospecha de distanciamiento entre la casa real y las Fuerzas Armadas.²⁸⁴

Para o jornal, a forma como o governo estava tratando o evento era indicativo de um distanciamiento entre a monarquia e as Forças Armadas. É no mínimo curioso observar que, pela primeira vez, um editorial cogitou a possibilidade deste afastamento entre as duas

²⁸³ Idem, ibidem.

²⁸⁴ EL lobo golpista. *El País*. Madri. 22 out. 1982. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1982/10/22/opinion/404089213_850215.html> Acesso em: 14 jun. 2012.

instituições – questão que vinha, desde o início de suas publicações, sendo tratada como primordial para o bom curso da transição democrática.

A participação das Forças Armadas na transição democrática foi analisada pelos editoriais do *El País* sob dois principais prismas: a corporação militar dividida entre uma minoria continuista e uma maioria apoiadora dos valores democráticos; e, por conseguinte, a vontade democratizadora desta maioria presente na instituição, quase sempre vinculada à figura do monarca, que é visto pelo jornal como ator fundamental na manutenção da atuação pacífica da instituição. Além disso, é interessante perceber que, até o início de 1981, o veículo apresentou-se seguro de seu posicionamento favorável ao setor militar mais democrático; entretanto, com o aumento da instabilidade política, nos dois últimos anos da transição, intensificou-se o número de editoriais abordando a corporação, bem como aumentaram, pouco a pouco, as críticas sobre ela. Assim, parece plausível afirmar que, a partir da análise dos editoriais da publicação, a imagem que o *El País* tentou criar das Forças Armadas durante a transição democrática espanhola esteve diretamente pautada nas relações que a corporação manteve com a própria democracia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um contexto no qual a produção bibliográfica sobre a imprensa espanhola durante o período transicional não é tão extensa quanto a que aborda o franquismo – por exemplo –, tentar compreender a forma como o jornal *El País* debateu o processo de transição democrática na Espanha consiste em um desafio e um importante trabalho interpretativo. É desafiador, no sentido em que, apesar do número de publicações sobre o período, poucas abordam o tema com a devida parcialidade – o que se pode observar são artigos e obras muito mais preocupados em comprovar determinado posicionamento político do que propriamente analisar o veículo de comunicação como um objeto. Neste sentido, é também um exercício de interpretação do jornal em questão, ao passo em que se tenta contribuir para o estudo e compreensão do tema proposto.

A partir do contato com os editoriais do *El País*, foi possível perceber a forma como o jornal observou as principais disputas e decisões políticas decorrentes da morte de Francisco Franco. Naquele momento, nem mesmo o desmantelamento das instituições do antigo regime foi uma certeza. A propagação de ideais democráticos diante de variados projetos para a transição política espanhola, possibilitados durante este período de liberalização, foi de fundamental importância para que se decidisse pelo modelo mais adequado para a condução do processo democrático.

Os meios de comunicação, assim, tiveram participação importante neste processo de questionamentos em torno das possibilidades para o futuro espanhol, ao proporcionar a circulação desses debates sobre antigas e novas concepções de transição política para o país. Parte da imprensa, através de seus textos jornalísticos, facilitou a chegada dessas discussões ao leitor, o que ajudou a lhe garantir uma posição privilegiada neste debate público.

Tal arranjo somente foi possível devido à progressiva emergência de um campo jornalístico relativamente autônomo. Durante a ditadura franquista não foi possível a construção deste, tendo em vista que nenhuma de suas duas exigências básicas foram preenchidas: a relativa independência política com relação aos órgãos estatais e a autonomia interna dos agentes.

Com a transição, as características das publicações, principalmente das recém-surgidas, modificou-se, passando a apresentar características tanto da imprensa comercial quanto de combatividade política. Neste contexto, os jornais não sofriam mais a influência direta dos órgãos estatais, mas passavam a responder a três principais demandas: do próprio

campo ainda em emergência; dos anunciantes e controladores acionários; e do público leitor. Além disso, passou-se a defender um projeto de democracia para o país, o que além de representar uma estratégia de manutenção no mercado – sua atuação dependia diretamente das liberdades de expressão e imprensa –, também os diferenciava dos meios de comunicação do regime franquista.

Diante do processo de liberalização política, econômica e social espanhol, novas empresas de comunicação observaram a possibilidade de iniciarem publicações consideradas de assuntos gerais, com posicionamentos políticos predominantemente democráticos. Esta bandeira foi utilizada pela maioria dos novos veículos como uma possibilidade de inserção neste debate que começava a surgir a partir do início da transição.

Um dos principais representantes destas novas publicações, inseridos no debate público, foi o jornal *El País*. Dessa maneira, o objetivo central do trabalho foi tentar compreender as tomadas de posição da publicação durante a redemocratização da Espanha. A escolha do objeto de pesquisa justificou-se, assim, pela fundamental importância que ele teve durante o período transicional espanhol, chegando a ocupar o primeiro lugar no ranking de publicações de informação geral em cinco anos. Sua relevância não reside apenas na ampla difusão que alcançou com o passar dos anos, mas também no fato de ter tido sua primeira publicação no início da transição, o que possibilitou que o veículo adotasse como uma de suas principais bandeiras a defesa do processo transicional – estratégia de marcação de espaço em um campo estruturalmente ligado à democracia.

Esta busca pela compreensão do posicionamento do jornal espanhol foi direcionada a partir de três principais personagens/grupo do período: Adolfo Suárez, Rei Don Juan Carlos e Forças Armadas. A partir desta pesquisa, observou-se que o posicionamento do *El País* frente a estes atores foi coerente com o seu projeto moderador de democracia.

Com relação ao segundo presidente da transição, a publicação teve uma posição relativamente negativa, se considerarmos o período como um todo. Entretanto, compreender os governos de Suárez de maneira uniforme não pareceu ser a forma mais adequada de realizar esta análise. Assim, optou-se por dividi-la em três diferentes tempos: no início, as críticas feitas foram mais direcionadas ao seu passado de participação em instituições franquistas – motivo que levou a um descrédito inicial; em um segundo momento, as considerações foram relacionadas ao seu governo, propriamente dito; e, finalmente, com o agravamento das crises internas da UCD, ficou nítida a impossibilidade de se construir uma democracia com um governo fracionado em diferentes grupos.

Apesar das críticas serem quase que constantes a este personagem, a partir da promulgação da Lei para Reforma Política, foi possível observar uma relativização de algumas posições com relação ao governante – não casualmente, foi o momento no qual as reformas políticas empreendidas por Suárez foram mais visíveis. Em outras palavras, existiu uma relação direta entre a forma como o jornal observou a atuação do presidente e a proximidade deste com os ideais democráticos. Além disso, ainda que os julgamentos do passado franquista do presidente tenham sido utilizados mais intensamente no início, a sua participação no regime anterior não favoreceu a vinculação de sua imagem a ideais democráticos, crítica que será percebida durante quase todo o período de análise.

Por outro lado, a apreciação que o *El País* fez do posicionamento do Rei Don Juan Carlos durante a transição democrática foi extremamente positiva, utilizando-se, inclusive da denominação “motor del cambio” para se referir ao monarca. Diferentemente do que ocorreu com o presidente, a Coroa – por ter sua figura vinculada a ideias como conciliação, moderação e estabilidade – foi relacionada ao projeto democrático desde o início da transição. O jornal parece ter ajudado a construir esta imagem relacionada ao Rei, entretanto, o mais interessante foi o uso que a publicação fez dela – a fim de garantir sua própria legitimidade dentro do processo transicional, através da defesa dos ideais democráticos.

É possível compreender o porquê deste destaque positivo ao Rei, tendo em vista a estabilidade e a ideia tradicional que poderiam ser vinculadas a sua imagem, distanciando-o do regime franquista – ainda que o monarca tenha sido nomeado por Franco. Por outro lado, as críticas direcionadas a Adolfo Suárez eram procedentes de uma relação mais direta e recente com o regime franquista. Em outras palavras, a Coroa foi encarada pelo jornal como mais independente do passado espanhol, ao passo em que, o presidente foi analisado pela publicação como mais ligado politicamente às instituições do regime anterior – apesar das reformas iniciadas em seu governo.

A aparente passividade relacionada às Forças Armadas – defendida também pela bibliografia sobre o período – apareceu como uma importante questão no próprio jornal. Os editoriais do *El País* utilizaram-se de uma argumentação, em um primeiro momento, que tentou apresentar a corporação militar dividida em duas: de um lado, estaria a maioria defensora da democracia; de outro, um grupo minoritário que não era representativo da instituição. Além disso, foi possível perceber uma tentativa de relacionar, diretamente, o Rei às Forças Armadas. Esta relação estabelecida entre o monarca e a corporação militar idealizada pela publicação foi uma das máximas expressões do projeto de moderação que a publicação pretendia defender.

Assim como no caso de Suárez, os editoriais sobre as Forças Armadas não devem ser analisados sem se fazer distinções temporais. Com efeito, o jornal observa de forma bastante positiva e, até mesmo, elogiosa do papel da corporação militar durante quase todo o período abarcado nesta pesquisa. Entretanto, após a intentona de Antonio Tejero, conhecida como 23-F, o jornal passou a ter algumas ressalvas com relação à função que as Forças Armadas estavam desempenhando durante o processo transicional. A instabilidade política causada pela tentativa de golpe teve influências negativas no curso da democratização, o que impediu que as análises do *El País* fossem tão complacentes como no início do período. Neste sentido, pode-se afirmar que, a partir da apreciação dos editoriais da publicação, a imagem que o jornal tentou criar das Forças Armadas durante a transição democrática espanhola esteve diretamente pautada nas relações que a corporação manteve com a democracia.

Observou-se que o posicionamento do *El País* com relação aos três personagens, foi utilizado como uma estratégia de reafirmação de seu projeto democrático de moderação frente ao debate público. Pôde-se perceber também o papel fundamental que o jornal espanhol teve durante o período, sendo um dos espaços privilegiados – no mínimo pela visibilidade que permitia – do debate em torno do processo de transição democrática espanhola, ao mesmo tempo em que procurou fazer vencer a sua proposta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUILA, Rafael del; MONTORO, Ricardo. *El discurso de la transición española*. Madrid: Centro de Investigación Sociológica; Siglo XXI, 1984.
- AGÜERO, Felipe. Democracia en España y supremacía civil. In: *Revista española de investigaciones sociológicas (Reis)*, n. 44, 1988. p. 23-49. Disponível em: <http://www.reis.cis.es/REIS/PDF/REIS_044_04.pdf> Acesso em: 25 jun. 2011.
- _____. *Soldiers, Civilians and Democracy*. Post-Franco Spain in comparative Perspective. Baltimore and London: Johns Hopkins University Press, 1995.
- BADÍA, Juan Ferrando. La monarquía parlamentaria española actual. *Revista de Estudios Políticos (Nueva Época)*. Madrid, n. 13, jan.-fev. 1980. p. 7-44. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=26605>> Acesso em: 7 maio 2012.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARRERA, Carlos. Poder político, empresa periodística y profesionales de los medios en la transición española a la democracia. *Comunicación y Sociedad*, Navarra, vol. X, n. 2, 1997. Disponível em: <http://www.unav.es/fcom/comunicacionsociedad/es/articulo.php?art_id=168> Acesso em: 15 jun. 2012.
- BEEVOR, Antony. *A Batalha pela Espanha: a Guerra Civil Espanhola 1936-1939*. Traduzido por Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- BERNECKER, Walther. El papel político del rey Juan Carlos en la transición. *Revista de Estudios Políticos (Nueva Época)*. Madrid, n. 92, abr.-jun. 1996. p. 113-137. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=27390>> Acesso em: 7 maio 2012.
- BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência*. Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.
- _____. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- _____. *Sociología y cultura*. México: Grijalbo, Conaculta, 2002.
- BUSTAMANTE, Enrique. *Los amos de la información*. Madrid: Akal, 1982.
- CARMONA, Álvaro Soto. *¿Atado y Bien Atado? Institucionalización y Crisis del Franquismo*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2005.
- CARR, Raymond. *España 1808-1975*. Barcelona: Ariel, 2003.
- _____. *España: de la Restauración a la democracia, 1875-1980*. Barcelona: Ariel Historia, 1995.
- CHULIÁ, Elisa. *El poder y la palabra*. Prensa y poder político en las dictaduras. El régimen de Franco ante la prensa y el periodismo. Madrid: Biblioteca Nueva, 2001.
- CORTÁZAR, Fernando García de. *El franquismo 1939-1975*. Madrid: Anaya, 2009.

DUEÑAS, Gonzalo. *La ley de prensa de Manuel Fraga*. Paris: Ruedo Ibérico, 1969.

ESPAÑA. Lei: nº 14, de 18 de março de 1966. Estabelece critérios para a atuação dos meios de comunicação. *Ley de Prensa e Imprenta*, Madri, p. 3310 a 3315. Disponível em: <<http://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-1966-3501>> Acesso em: 10 jun. 2012.

ESTEFANÍA, Joaquin. Historia económica de la Transición. In: ORTUÑO, Manuel; Lemberg, Mercedes García; MILLÁN, M^a José; DORADO, Roberto (Orgs.). *Tiempo de Transición (1975-1982)*, Madrid: Fundación Pablo Iglesias, 2007.

FEBO, Giuliana Di; JULIÁ, Santos. *El Franquismo*. Barcelona: Paidós Ibérica, 2005.

FISHMAN, Robert. Rethinking State and Regime: southern Europe's transition to democracy". In: *World Politics*, v. 42 n. 3, 1990. p. 422-440. Disponível em: <<http://www.nd.edu/~rfishman/Rethinking%20State%20and%20Regime.pdf>> Acesso em 10 set. 2011.

FONTES, Ignacio; MENÉNDEZ, Manuel Ángel. *El parlamento de papel: las revistas españolas en la transición democrática*. Madrid: APM, 2004. Tomo I.

FERNÁNDEZ, Isabel; SANTANA, Fernanda. *Estado y medios de comunicación en la España democrática*. Madri: Alianza Editorial, 2000.

FERNÁNDEZ, Paloma Aguilar. *Políticas de la Memoria y Memorias de la Política*. Madrid: Alianza, 2008.

FILHO, Francisco Alves. A autoria institucional nos editoriais de jornais. *Alfa*, São Paulo, v. 50, n. 1, 2006. p. 77-89. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1396/1096>> Acesso em: 20 jun. 2012.

GRECIET, Esteban. *Prensa y poder en las Asturias del Franquismo: memoria de un periodismo de anticipación democrática*. Asturias: Grupo Norte, 1996.

INSTITUTO DE LA OPINIÓN PÚBLICA. *Estudio sobre los medios de comunicación de masas en España*. Madrid: 1965. v.1.

GUNTHER, Richard; SANI, Giacomo; SHABAD, Goldie. *El sistema de partidos políticos en España*. Génesis y evolución. Madri: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1986.

LINZ, Juan José; STEPAN, Alfred C. *Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America and Post-Communist Europe*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1996.

MALLÉN, José Ignacio Bel. "La libertad de expresión en los textos constitucionales españoles". *Documentación de las ciencias de la información*. La Rioja, n. 13, p. 23-52, 1990. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/DCIN/article/view/DCIN9090110023A>> Acesso em: 17 abr. 2012.

MÁRQUEZ, Baldemar Hernández. *El papel de la prensa en las etapas de transición a la democracia (El caso español)*. 2001. 664 p. Tese doutoral (Doutorado em Comunicação), Faculdade de Ciências de la Información Universidad Complutense de Madrid, Madri, 2001. Disponível em: <<http://eprints.ucm.es/4346/>> Acesso em: 15 maio 2012.

MARTINS, Luis Carlos dos P. *O processo de criação da Petrobras: imprensa e política no segundo governo Vargas*. 2006. 243p. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MEIHY, José Carlos. Do franquismo à democracia monárquica. In: COGGIOLA, Osvaldo (orgs.). *O Fim das Ditaduras: Espanha e Portugal*. São Paulo: Xama, 1995. p. 127-137.

MONTERO, Mercedes; RODRÍGUEZ-VIRGILI, Jordi; GARCÍA-ORTEGA, Carmela. La construcción mediática de la comunidad política. La prensa en la transición española a la democracia. *Palabra Clave*. Chía, v.11, n.2, dez. 2008. p. 293-309. Disponível em: <http://sabanet.unisabana.edu.co/comunicacion/palabraclave/downloads/pclave_019-09.pdf> Acesso em: 13 abr. 2012.

MORADIELLOS, Enrique. *La España de Franco: Política y Sociedad*. Madrid: Síntesis, 2000.

NAVARRO, Ángel Sánchez. *La transición española en sus documentos*. Madri: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 1998.

ORTIZ, Enrique Bordería. *La prensa durante el franquismo: represión, censura y negocio*. Valencia: Fundación Universitaria San Pablo C.E.U, 2000.

PINI, Stéphane. La imagen de Juan Carlos I en *El País* entre octubre de 1976 y diciembre de 1977. *ZER Revista de Estudios de Comunicación*. Bilbao, n. 6, maio 1999. Disponível em: <<http://www.ehu.es/zer/hemeroteca/pdfs/zer06-03-pini.pdf>> Acesso em: 15 mai. 2012.

POWELL, Charles. *España en democracia, 1975-2000*. Barcelona: De bolsillo/Plaza & Janés, 2002.

_____. El Rey y la monarquía en la Transición a la democracia en España. *Aportes*. Madrid, n. 53, mar. 2003. p. 4-15. Disponível em: <http://www.transicion.org/134bibliografia/2003_rey_y_monarquia.pdf> Acesso em: 15 maio 2012.

_____. El camino a la democracia en España. *Cuadernos de la España Contemporánea*. Madri, n. 1, dez. 2003. p. 5-28. Disponível em: <http://www.uspceu.com/CNTBNR/sitio_ID/pdf/1_camino.pdf> Acesso em: 5 maio 2012.

PRADERA, Javier. *La transición en España, 1975-1986*. Madrid: Instituto de Cooperación Iberoamericana/Comunidad de Madrid/ Gráficas Forma, 1992.

PREGO, Victoria. *Diccionario de la Transición*. Barcelona: Random House Mondadori, 2003.

RADCLIFF, Pamela. La Transición Española: ¿Un Modelo Global? In: TOWNSON, Nigel (dir). *¿Es España Diferente? Una mirada comparativa (siglos XIX y XX)*. Madrid: Taurus, 2010. p. 243-281.

ROIG, Núria Almiron. *Poder financiero y poder mediático: banca y grupos de comunicación*. Los casos del SCH y PRISA (1976-2004). 2006. 593 p. Tese doutoral (Doutorado em Comunicação), Facultad de Ciències de la Comunicació, Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2006.

SÁNCHEZ-CUENCA, Ignacio. El cambio político en la transición española: suicidio institucional y coordinación de las élites franquistas. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA, 2011-2012, Madri. *Anais*. Madri: Instituto Universitario José Ortega y Gasset, 2012.

SERNA, Víctor de la. Jesús de Polanco: el editor del poder. *El Mundo*, Madrid, 23 jul. 2007. Disponível em: <<http://www.elmundo.es/elmundo/2007/07/22/obituarios/1185077606.html>> Acesso: 15 jan. 2012.

SINOVA, Justino. *La censura de prensa durante el franquismo*. Barcelona: Random House Mandadori, 2006.

TEZANOS, José Félix; GUERRERO, Andrés de Blas; COTARELO, Ramon. *La Transición Democrática Española*. Madrid: Editorial Sistema, 1989.

TUSELL, Javier. *Dictadura y democracia, 1939-2004*. Barcelona: Crítica, 2005.

TUSELL, Javier; SOTO, Álvaro (dirs). CONGRESO INTERNACIONAL HISTORIA DE LA TRANSICIÓN Y CONSOLIDACIÓN DEMOCRÁTICA EN ESPAÑA (1975-1986), 1995, Madrid. *Anais*. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia e Universidad Autónoma de Madrid, 1995. v.1.

URABAYEN, Miguel. “O declínio da imprensa estatal na Espanha”. Traduzido por Glória Aparecida Rodrigues Kreinz. In: MELO. José Marques de (org). *Comunicação e transição democrática*. Porto Alegre: Mercado Aberto/ Intercom, 1985.

VARELA, Juan. Circuló la edición nº 10.000. El País de Madrid y su liderazgo. *Chasqui*, Quito, nº 88, dez. 2004. Disponível em: <<http://chasqui.comunica.org/content/view/73/57/>> Acesso em: 17 jan. 2012.

VIEIRA, Roberto Fonseca; LOPES, Boanerges. *Jornalismo e Relações Públicas: ação e reação*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

FONTE

EL PAÍS. Madri: Ediciones El País, 1976-1982.

ANEXOS

ANTE LA "REFORMA"

EL PAÍS 4 MAY 1976

Coincide la aparición primera de EL PAÍS con momentos singulares de la convivencia española. Desde la muerte del general Franco, y quizá antes, desde el asesinato del presidente Carrero, nuestro pueblo permanece en una constante y prolongada expectativa de cambio político que no acaba de producirse. Cuantos experimentos se han hecho desde el poder en los últimos dos años para tratar de asumir las profundas transformaciones operadas entre los españoles e integrarlas en el régimen vigente han fracasado. La iniciativa reformista que el Rey asumiera en los tempranos días de su llegada al Trono parece condenada a similar destino, dada la actitud del gabinete ministerial. La pérdida de credibilidad de la política gubernamental es, nos tememos, definitiva. Y ni el reciente discurso del presidente Arias ni las promesas, siempre incumplidas, de democratización consiguen ya prender en la esperanza de los españoles.

No es cuestión de impaciencia. Este país lleva esperando cuarenta años – exactamente desde el comienzo de la guerra civil – la normalización de su convivencia política. Este país, cuyas tres cuartas partes de la población no participaron en aquella contienda fratricida, busca inútilmente, por lo mismo, desde hace casi medio siglo unas formas de vida civilizadas y modernas que le permitan encontrar en el concierto de las naciones el lugar que por historia y por derecho le pertenece. Y la espera contenida del pasado, preñada de ilusiones cuando se pensaba en fechas como las que ahora vivimos, se ha visto repetidamente defraudada.

En este primer número de un periódico que nace al amparo de una convicción irrenunciablemente democrática, hay que decir que la reforma política anunciada ni satisface las exigencias mínimas que el respeto a los principios de la democracia y de la libertad exigen, ni puede lograr la adhesión de las nuevas generaciones de españoles.

El *reformismo* del poder ha naufragado porque no ha sido sincero. En una palabra: porque no ha sido verdadera y realmente reformista. Las esperanzas de un tránsito lineal entre la dictadura de antaño y un sistema democrático han sido siempre pocas; resultaban no obstante plausibles por el deseo de los españoles, repetidas veces demostrado, de encontrar soluciones a una situación sin salida como la provocada por el antiguo régimen. Pero para que la dialéctica de la reforma hubiera podido anular con convicción a la dialéctica de la ruptura, tenía que haber comenzado por el reconocimiento de que las metas de una y otra tienen que ser en cualquier caso parejas: la instauración de una democracia real en nuestro suelo, con el reconocimiento de las libertades individuales y del derecho de los ciudadanos a elegir a sus gobernantes a través del sufragio universal. La *reforma* que el Gobierno quiere vender hoy a la opinión viene sólo a defender privilegios e intereses de grupo que nos hablan de la continuidad de un pasado sin horizontes.

Quizá todavía sería hoy posible una estrategia de reforma, a condición de que fuera otro gobierno el que la emprendiera y tuviera credibilidad entre los ciudadanos. De otro modo, cuando el Presidente anuncie calendarios y programas parecerá que establece un turno ordenado para cometer errores inútiles. No es un prejuicio esto que decimos. Las líneas

conocidas de las leyes políticas enviadas a las Cortes hacen subsistir el antiguo aparato burocrático y político del Régimen y del Movimiento bajo la capa medrosa de un nombre venerable, el de Senado; solución esta que no soluciona nada y no satisface a nadie. La existencia de una Cámara Alta con facultades legislativas de hecho superiores a las de la Baja – elegida por sufragio universal – y con funciones similares al actual Consejo Nacional en lo que respecta a la salvaguarda de las Leyes Fundamentales; la permanencia de los cuarenta consejeros de Ayete – designados por Franco – con carácter vitalicio; la de unos senadores elegidos por representación sindical, con la ambigüedad que supone el legislar tal cosa sin que se tenga noticia previa de cómo va a articularse la propia reforma de nuestros sindicatos; y la existencia final de un Comité de Vigilancia del Senado con notable presencia de senadores de designación franquista y con altas atribuciones sobre todo, el cuerpo legislativo, son ejemplos de que las «soluciones» del gobierno Arias están teñidas de caetanismo y, por tanto, de inutilidad cara a un futuro no lejano. Si añadimos a ello que existe una propuesta para que los principios Fundamentales del Movimiento no sean reformables ni a través de Referéndum, que el antiguo Secretario General del Partido permanece en el gabinete bajo la denominación de Ministro Secretario General del Gobierno, y que finalmente este no es responsable para nada ante una Cámara Baja elegida por sufragio universal -que lógicamente es quien debe representar la voluntad de los ciudadanos- podrá entenderse hasta qué punto la *reforma* está condenada al fracaso. Porque no ha consistido en una verdadera reforma. Pero amenaza además con arrastrar en su caída a toda otra posibilidad de reformismo auténtico que pudiera haber contado con un asentimiento generalizado.

Y esto es cuanto queríamos decir en nuestro primer día de existencia. Si como saludo resulta intemperante, acéptese al menos como inicial impresión de un diario recién nacido que, apenas abre los ojos y mira en torno suyo, no tiene otro remedio que pronunciar de nuevo las palabras de Ortega, tan entrañables para nosotros: Desde luego, señores «*no es esto, no es esto*».

*Mil días de historia***EL PAÍS** 22 JUL 1979

LOS TRES años largos que comprenden las mil primeras ediciones de cualquier periódico no suelen ser tiempo suficiente para cobrar la necesaria perspectiva que deslinda las anécdotas de los acontecimientos. Sin embargo, el lector comprenderá nuestro deseo de celebrar, simbólicamente al menos, estos mil primeros números. Para nuestro país y para EL PAÍS, el período que va de mayo de 1976 a nuestros días ha sido una etapa vertiginosa. Una acotación de los que escriben formalmente la historia designarán, sin duda, como una de las principales épocas del devenir de España. Hoy, por eso, se nos puede permitir hablar de nosotros y caer en la tentación de recordar el país que propusimos en nuestro primer día de trabajo. Los resúmenes que nuestra redacción ha preparado para esta ocasión – y que se publican en las páginas centrales – dan cuenta minuciosa de lo que ha sucedido. Hemos tenido tiempo de vivir tres elecciones y dos referéndums nacionales, de cubrir en directo dos guerras y conocer tres papas. Sobre todo, sin embargo, hemos querido y podido testificar la salida del sombrío túnel de los cuarenta años para comenzar la andadura en un sistema democrático de corte europeo.

Lo dijimos en nuestro primer día de trabajo y, por eso, orgullosamente, cuando los ejemplares comiencen a salir de nuestras rotativas, este domingo de julio, tendremos la conciencia de que se hizo más de lo que nuestra razón nos proponía y menos de lo que nuestro entusiasmo deseaba.

Lejos de toda acritud voluntaria, de todo abandono a la superficialidad, hemos ejercido la crítica con la única medida que conocemos para los periódicos: el inevitable juicio de los lectores, y hemos procurado pensar no en las conveniencias de los gobernantes, sino en las necesidades de los ciudadanos a la hora de establecer posiciones y análisis. Hemos estado sujetos, al fin, a la falibilidad humana y al apasionamiento lícito. Hemos buscado la honestidad, luchando contra toda presión y sucumbido quizá a no pocos espejismos en nuestra voluntad inconseguida de ser siempre serenos. Por eso, porque cometemos errores y desaciertos, hemos publicado rectificaciones, críticas a nuestro trabajo y censuras a nuestros comportamientos. Y las críticas, rectificaciones y censuras, lejos de humillarnos, nos han enriquecido. No hemos querido contestar jamás a la réplica con la duplica. Las rectificaciones nos han ayudado en la búsqueda de la verdad y hemos querido responder al insulto o la injuria con el silencio y la elocuencia de nuestro trabajo.

Nuestro periódico aspira, simplemente, a continuar en este camino. Queremos ser la tribuna de todos, y a todos seguiremos ofreciendo nuestras páginas. Nuestro objetivo no es otro que ayudar a la construcción de una sociedad más tolerante, culta y democrática, que escoja la fuerza de la razón sobre la fuerza de la violencia, en la que las decisiones sean tomadas por la opinión de la mayoría, respetando los derechos de la minoría discrepante. Queremos ayudar, en una palabra, a que la sociedad española abandone la crispación y el talante atormentado.

Y precisamente porque tenemos estos propósitos y creemos honestamente que estamos realizando nuestras intenciones, estamos contentos. Y queremos compartir esta alegría con quienes nos han leído y colaborado con nosotros en estos mil primeros números.

Hoy, cuando relatamos estos mil días, que cuentan más de mil historias, estarnos decididos a ofrecer un estímulo a la esperanza y al optimismo por encima del negro carácter que pueda ofrecernos la realidad.

*Qué es un periódico independiente***EL PAÍS** 4 NOV 1976

HOY SE cumplen seis meses de la aparición de EL PAÍS. Quienes hacemos este periódico pretendemos mantenemos en un nivel de autocrítica razonable que aleje de nosotros cualquier autocomplacencia. Pero permítasenos por una vez al menos brindar alegremente con nuestros lectores en este primer medio año de la vida del periódico. La suerte ha acompañado el despegue de EL PAÍS. Una difusión estable de 150.000 ejemplares es hoy el fruto de un esfuerzo iniciado hace cuatro años, cuando unos cientos de personas decidieron hacer una aportación económica con el único objetivo de lograr un periódico moderno e independiente para España. ¿Lo hemos conseguido? Seis meses no son casi nada en la vida de una institución ciudadana, y un periódico como este debe aspirar a serlo. Somos conscientes de nuestros defectos y no nos basta pedir perdón por ellos, sino que queremos agradecer la paciencia -con que los lectores han soportado y siguen soportando nuestros fallos. Pero mentiríamos si dijéramos que no estamos contentos cuando contemplamos EL PAÍS como una realidad tangible y bastante sólida en el panorama periodístico español.

Este periódico, decimos, aspira a ser una institución. Por utópico o singular que resulte nuestro empeño, desde el primer día de existencia hemos querido demostrar que la Prensa debe y puede ayudar al proceso de la construcción de la democracia en España. Y no a una opción política concreta, sino a la democracia como conjunto de valores que han hecho posible una vida colectiva digna y libre en Occidente. ¿Cómo contribuir a ello? Acabando con los tabúes y los mitos, reconociendo el uso y el derecho de la palabra, no manipulando o deformando conscientemente los hechos. Una amplia corriente de opinión, formada por gentes de distintas edades, niveles e ideologías, se ha acercado así a nuestro periódico. Si son benevolentes ante nuestras equivocaciones es porque se han identificado con nuestros propósitos. Se resumen éstos en demostrar que este país sí está preparado para la libertad y el ejercicio de los derechos cívicos. Y que si todas estas cosas se hurtaron a los españoles en el pasado, ha sido siempre en defensa de intereses parciales, con menosprecio los aspectos morales de la función pública.

Recibimos también, desde luego, numerosas críticas, que escuchamos atentamente. La mayoría son razonables. ¿Y dónde no hay siempre un aspecto de razón en toda inteligencia humana? Siempre hemos pensado que son los lectores los verdaderos propietarios de la información. En este caso son además los orientadores del periodismo, y podemos decir sin embarazo que la ayuda que de ellos ha recibido el periódico es inestimable.

Ahora muchos se dirigen a nosotros preguntando qué es un periódico independiente, acusándonos a veces de parciales o dudando que EL PAÍS se mantenga ajeno a las presiones. A nuestro juicio, un periódico así es el que es capaz de decir todas las noticias interesantes para los lectores, aun cuando estas noticias no sean gratas al poder político o a los demás poderes. Un entendimiento semejante de la prensa no implica la neutralidad ni impide tomar posiciones. Obliga a que las opiniones editoriales que se emitan no puedan venir presionadas o delimitadas por objetivos espúmeos a la propia misión del periódico. Ese es nuestro criterio y en él nos movemos. No queremos decir que sea siempre con acierto, pero sí queremos ratificar que EL PAÍS, en su línea liberal, está abierto a cuantas opiniones se expongan con

razonamiento y medida. Naturalmente una actitud así, cuanto todavía pesa sobre nosotros un largo pasado de silencio, no se mantiene sin algunas escaramuzas, a veces verdaderas batallas, en defensa de lo que consideramos los intereses del lector. Tampoco se logra en el espacio breve e inicial de los seis meses de vida que hoy conmemoramos. Pedimos por eso un poco más de tiempo y todavía comprensión.

Tercer aniversario

EL PAÍS 4 MAY 1979

CUANDO SE es niño los aniversarios producen siempre una especial satisfacción y encanto. Por eso pensamos que puede permitírse nos hoy la simplista actitud de celebrar con alegría, no exenta de escepticismo, el tercer año de nuestro nacimiento. En efecto, el 4 de mayo de 1976 salía a la calle EL PAÍS por vez primera, y si es verdad que no se debe abusar de esta clase de efemérides, también lo es que la juventud, abrumada de responsabilidades, de nuestro diario bien merece se la perdone por esta expresión de gozo. Estos tres años han resultado cruciales para la vida española. Durante ellos, EL PAÍS ha sido testigo, y activo protagonista también, del cambio democrático. Con errores, tropiezos, equivocaciones, a veces hasta flagrantes, y no pocos sinsabores, incomprensiones, enemistades ficticias y reales, nuestro periódico no se ha visto nunca privado del apoyo primordial de sus lectores, los primeros en derechos y casi nunca oídos, en lo que a medios de comunicación se refiere. Ellos nos han ayudado con cordialidad y confianza. Hemos tenido además el apoyo de un accionariado variopinto, pero unido en la idea de hacer un periódico para la libertad, y el de los anunciantes, las circunstancias y la suerte. Además, y como está ahora de moda decir, hemos trabajado mucho, y aquí estamos. Este periódico sigue siendo, sobre todo un proyecto, una promesa, un entusiasmado empeño de obtener para nuestro país un diario de calidad y dignidad internacionales.

¿Se nos perdona la vanidad de este relato? Se nos perdonará – creemos – si explicamos también nuestro escepticismo. En los últimos meses se aprecia un considerable reflujó de la libertad de expresión en nuestro país. Las presiones no llegan sólo del Gobierno, sino del *establecimiento*, en su más amplio sentido. La clase política, los líderes sindicales, el poder en su más extensa de las denominaciones, se acomoda mal a la libertad de expresión. Los intentos de manipulación de la prensa por partidos, centrales sindicales, miembros de la Administración, sectores económicos u organizaciones ideológicas son crecientes. EL PAÍS nació con la firme vocación de rechazarlos, y en esa vocación pervive, en medio de una situación preocupante, en la que cierran revistas, mueren diarios, callan voces y se radicalizan militante, agrupada, obedientemente, las posiciones. La prensa independiente, que comenzó en la democracia por ser la amiga de todos, comienza a convertirse ahora en la amistad de nadie. Y por eso es hoy mayor nuestra satisfacción, al comprobar que en un mundo que se resiste al diálogo, abomina de la crítica y es más amante de la apariencia de las cosas que de su significado y contenido reales, en un mundo que niega la realidad de lo que no le gusta, todavía hay más de medio millón de personas que nos leen a diario, para discrepar o para asentir, para dialogar en cualquier caso con nuestras posiciones, no siempre acertadas, pero siempre impregnadas de un deseo de honestidad.

La honestidad ha sido así la fuente de nuestra pujanza y la base de nuestra independencia. No nacimos con vocación de periódico para unos años, sino con deseos de contribuir a la institucionalización de la prensa libre, como condición básica e insustituible de un régimen democrático. Hoy nos sentimos escépticamente satisfechos de nuestra tarea. A la postre, resulta que es nuestro cumpleaños, y estamos contentos.

Pero no tanto que se nos embriague el cerebro y no podamos expresar, una vez más, el convencimiento de que sólo somos recipiendarios de los deseos y las ilusiones de un amplio sector de la sociedad española. Por todo ello, muchas gracias, lector. Y felicidades, lector, en su tercer aniversario de EL PAÍS.

Habla, Suárez, habla

EL PAÍS 5 ABR 1978

HA SIDO necesaria una inesperada votación adversa contra el Gobierno para que el señor Suárez acuda hoy al Congreso a exponer a los representantes de la soberanía nacional las grandes líneas de actuación del ejecutivo en el inmediato futuro. Salvo su comparecencia para hacer la apología – junto con el resto de los líderes de los grupos parlamentarios – de los pactos de la Moncloa, el presidente se había limitado hasta ahora a calentar el banco azul mientras los portavoces de su partido o sus ministros corrían con los riesgos de las interpelaciones y los debates. Aunque su presencia de hoy en la tribuna de oradores sea forzada, no cabe sino celebrar este descenso del Olimpo. Ya era hora. El presidente ha dispuesto de tiempo para preparar una intervención seria y convincente. Confiemos en que los efectos retóricos sean esta vez sólo simples adornos de una pieza con sustancia propia. Los congresistas y, a través de ellos, todos los electores, necesitan saber a ciencia cierta cuál es el programa que el presidente, a punto ya de coronarse los trabajos constitucionales, ofrece al país.

Ante todo, está el modelo de ordenación de las fuerzas políticas, por el que apuestan el Gobierno y su partido. A lo largo de los últimos meses, el señor Suárez viene jugando, o jugueteando, con posibilidades diferentes. La primera, y seguramente la más acariciada por el presidente, es el Gobierno en solitario de UCD, que se autodenominó en un principio ni más ni menos que de centro-izquierda. La segunda posibilidad tomó cuerpo con los pactos de la Moncloa: un Gabinete monocolor ucedista con el apoyo parlamentario de un amplio «arco constitucional» al estilo italiano. Esa fórmula posee una dinámica propia, que empuja hacia un Gobierno de concentración nacional o de salvación pública, del que sólo los comunistas – y con entusiasmo – se muestran partidarios.

La tercera perspectiva apunta a fortalecer en España las tendencias, ya existentes, a un bipartidismo imperfecto, protagonizado por ucedistas y socialistas, bien en forma de Gobiernos de coalición, bien como institucionalización de un sistema similar al de los turnos de poder. Las conversaciones entre Adolfo Suárez y Felipe González y las intermitentes lunas de miel entre los partidos que presiden son indicios de que esa perspectiva no ha sido aún desechada. Finalmente, la cuarta posibilidad con la que juega el presidente del Gobierno, y la que en las últimas semanas parece contar con sus favores, es la reconstrucción de la derecha española, mediante un pacto de largo alcance entre una UCD que dejaría de coquetear con el reformismo de centro-izquierda y una Alianza Popular que bajaría de los montes.

Las vacilaciones del señor Suárez ante esas cuatro posibilidades parecen el reflejo de su inseguridad acerca de cuál de ellas garantiza mejor su futuro político y de su indefinición respecto al modelo de sociedad que quiere construir. Es la actitud propia de un profesional del poder, pero no la de un hombre de Estado que asume la responsabilidad de establecer las bases para una convivencia democrática. El presidente del Gobierno de la nación debe dejar a un lado sus preocupaciones profesionales como políticos y encarar de una vez cuál es el modelo que su partido desea para el futuro.

Esa indecisión básica del señor Suárez está gravitando pesadamente sobre la política actual e hipotecando la eficacia de la acción del Estado. Y, sin embargo, son muchos y muy

graves los problemas con que nuestra naciente democracia se enfrenta. En el orden internacional, una política exterior heredada y no saldada a su debido tiempo nos ha arrastrado, sin quererlo y casi sin saberlo, a esa peligrosa zona de las tormentas que es hoy día el norte de África, con sus repercusiones en Ceuta, Melilla y las Canarias. La integración en Europa ha comenzado a tropezar con la realidad de las dificultades económicas, pasado el fervor político. El ingreso en la OTAN o la opción por la neutralidad son respuestas de orden internacional que sólo podrán ser dadas cuando el diseño interior de las fuerzas políticas resulte claro.

En el orden interno, la crisis ministerial que el señor Suárez se ha comprometido a explicar hoy a los diputados mostró, en su día, que la *ejecución* de los pactos de la Moncloa es incomparablemente más difícil que su simple *formulación*. Las contradicciones dentro de la propia UCD, como insinuó recientemente el dimitido o cesado profesor Fuentes, han hecho imposible la aplicación coherente y eficaz del programa de saneamiento económico; y también están frenando la realización del «Acuerdo sobre el programa de actuación jurídica y política», que forma parte – no se olvide –, y con igual importancia, de los pactos. La congelación salarial, la reforma fiscal y la política monetaria sólo son elementos de un acuerdo político más complejo para la modernización y democratización del país, que incluye desde la reforma de la Seguridad Social y un replanteamiento de nuestro deficiente sistema educativo, hasta el desmantelamiento de los numerosos residuos de autoritarismo en nuestro ordenamiento legal y en el propio aparato estatal. Pasando, naturalmente, por esa pieza curiosa e incomprensiblemente «olvidada» por unos y por otros el pasado mes de octubre y que se ha convertido en un *casus belli*: la urgente renovación de la Administración local, sin la cual, entre otras cosas, los regímenes de preautonomía carecerán de viabilidad y de contenido.

¿Y la Constitución? La obvia necesidad de que España disponga rápidamente de esa ley básica no debe servir al Gobierno de coartada para aplazar el planteamiento y la solución de los problemas, ni tampoco justifica la paralización de la actividad estatal en áreas de vital importancia para nuestra, seguridad exterior, o la consolidación de la democracia. Como ha señalado el profesor García-Pelayo, sería un error caer, a este respecto, en el «mito del Verbo». El diseño de las grandes líneas del sistema político, de las fuerzas que lo animen y de las reglas de juego entre los partidos tienen tanta o más importancia que la norma jurídica que formalice las pautas de funcionamiento del Estado y de sus relaciones con la sociedad.

A todas estas interrogantes debe tratar de responder, y sobre todas estas oscuridades intentar arrojar alguna luz el tan esperado discurso del presidente. Una aparición más frecuente sobre la tribuna del Parlamento le hubiera evitado que el trabajo se le acumulara. El ha preferido hacerlo así. Le deseamos suerte.

*Suárez renovó su letra***EL PAÍS** 11 SEP 1976

ANOCHE, ANTE las cámaras de televisión, el presidente Suárez, con indudable telegenia y conocimiento de los trucos comunicativos que ofrece el medio que utiliza, ha renovado la letra de cambio de la que pervive el Gobierno. Ya es un éxito y un mérito, dado lo precario del sustento político sobre el que se mueve. La principal promesa que Suárez ha ofrecido al país es que dentro de nueve meses unos diputados elegidos por sufragio universal van a recibir encima, y de golpe, el peso de los problemas institucionales que el actual Gobierno no sabe, no puede o no quiere resolver.

Los españoles se fueron anoche a la cama como si el hombre del tiempo del último *telediario* les hubiera anunciado una borrasca de la que no hay escape posible. En resumidas cuentas, el presidente vino a decirnos que la recesión económica es consecuencia de la inestabilidad política. Totalmente de acuerdo. El problema estriba en que Suárez nos anunció ayer que se prepara precisamente una larga temporada de inestabilidad y no se explica así cómo podrá poner remedio a los problemas económico y financiero que tenemos encima.

Si nadie lo remedia, reviviremos en un *flash-back* alucinante fechas ya conocidas y experimentadas: un dictamen de un Consejo Nacional que no quiere la reforma y una batalla en las Cortes, que tampoco la quieren – pues bien mirado no se sabe por qué habrían de desealarla –.

Por lo demás, el parlamento del presidente no ha pasado de un nuevo chaparrón de palabras, palabras y palabras. Quien haya soportado, trabajosamente, los casi veinte minutos de oratoria Suárez, se habrá quedado sin embargo sin saber en qué consiste el proyecto de ley que tan ardientemente defendía o cómo se va a articular la ley electoral que nos llevará a esas urnas tan invocadas.

Diríamos además que el análisis de la situación hecho por el señor Suárez es certero, pero no supo aportar soluciones. El presidente dio la sensación de conocer los problemas del momento, pero no dijo cómo piensa solucionarlos. O, más bien, dijo que no piensa solucionarlos en modo alguno, pues ese es, a su juicio, cometido de quienes resulten elegidos, no se sabe cuándo ni cómo, en un futuro que muchos dudan llegue algún día por el camino que vamos.

Cabe aceptar – y ojalá sea así – que nos equivoquemos de pronóstico y que este Gobierno tenga capacidad para superar el otoño laboral que se avecina, el escándalo de la Lockheed, el descalabro de las finanzas y tantas cosas más. Imaginemos que el pueblo español llega a las urnas en un clima de aceptable libertad y con una ley electoral mínimamente aceptada para elegir unas Cortes Constituyentes como promete el Gobierno. En ese caso, tampoco se habrá cerrado el período de inestabilidad, pues lo que se abriría entonces es una legislatura que tendría que comenzar a discutir la Constitución entera.

La charla del presidente, por su tono de alejamiento del franquismo, habrá gustado a muchos, pero es difícil que convenza por más que acierte en la música y las tonalidades. El moderado énfasis puesto en lo que respecta a los contactos con la oposición puede inducir a engaño. Suárez no ha negociado la reforma y más bien ha dicho a los partidos democráticos

que no la piensa negociar. Ha elegido, con más brillantes maneras, el camino de su predecesor en el sillón.

La nación necesitaba en esta hora un gobernante en quien creer y difícilmente va a ser él después de la alocución de anoche. El presidente ha logrado desinteresar a los españoles en el cambio político que ofrece. Y nos tememos que sólo el *miedo al miedo*, al que él mismo aludió como lícito, sea la razón por la que hoy tantos españoles que no tienen fe en él están dispuestos a ayudarlo. Pues si el Gobierno fracasa, sería el fracaso también de muchas cosas: la hora de los oportunismos y la ocasión del vértigo.

El Rey y la Constitución

EL PAÍS 10 DIC 1978

LA POLÉMICA iniciada en torno al juramento real de la Constitución lleva el estigma de todas las discusiones mal planteadas: concitar pasiones en defensa de posiciones artificialmente contrapuestas y despilfarrar razones en debates bizantinos e innecesarios. La célebre y prolongada *disputatio* sobre el número de ángeles que caben en la cabeza de un alfiler o sobre el sexo de tales criaturas se halla, posiblemente, en el origen de ese gusto por la argumentación exhaustiva y minuciosa acerca de cuestiones alejadas de la realidad e instaladas en la fantasía. Días antes del referéndum, un pintoresco catedrático de Derecho Natural, de cuya capacidad intelectual y docente pueden dar abundantes testimonios los alumnos que lo han padecido en Valladolid y en Madrid, «demostraba» en las páginas de un colega vespertino la nulidad de las actuaciones constituyentes de las Cortes en virtud de argumentos jurídicos a la vez peregrinos y surrealistas. Y días después, los acólitos y monaguillos de aquellos suntuosos plebiscitos amañados que solía convocar Franco para dar una apariencia de legitimidad democrática a su régimen autocrático han echado sus instancias en el buzón para invalidar los resultados del 6 de diciembre basándose en que algunos periódicos – entre ellos EL PAÍS – se habían pronunciado a favor del *sí* la víspera de celebrarlo. La cuestión ahora planteada es si resulta aplicable, en la coyuntura histórica concreta en que vivimos, el artículo 61 de la Constitución, que establece que «el Rey, al ser proclamado ante las Cortes Generales, prestará juramento de desempeñar fielmente sus funciones, guardar y hacer guardar la Constitución y las leyes, y respetar los derechos de los ciudadanos y de las comunidades autónomas». Profesores de Derecho, técnicos constitucionalistas, observadores y analistas políticos, dirigentes de partidos y comentaristas de la vida pública se aprestan a participar en una polémica que corre el riesgo de convertirse en el parapeto tras el que se oculten cómodamente los problemas más graves e inmediatos a los que Gobierno y Oposición deberían dar una respuesta urgente antes de las próximas Navidades.

No estamos en contra de esa discusión, pero sí de su manipulación política. Sería un despropósito que una polémica *técnico-jurídica* sobre la interpretación por los expertos de una norma constitucional fuera transformada en un arsenal de armas arrojadas para una batalla *política*. Todo el mundo sabe que la Constitución española de 1978 no hubiera sido posible sin el apoyo explícito y el respaldo incondicional del Rey. Se podría decir, así, que Juan Carlos I tiene el *derecho* de considerar la Norma Fundamental como la piedra angular de su legitimidad, mientras que su *deber* de prestarle juramento es una reduplicación innecesaria, dado que todos sus actos y comportamientos desde el 21 de noviembre de 1975 han tenido como meta la aprobación de la Constitución refrendada el 6 de diciembre, y que él ya fue proclamado Rey en su día. La peculiaridad del proceso político desde la legalidad franquista a la instauración democrática complica sin duda *formalmente* la situación. Pero por ello insistimos en la irrelevancia de la polémica en tanto en cuanto esta no quiera poner en duda lo que es indudable: que el único futuro de la Monarquía es el democrático, y que así lo ha entendido el propio Rey convirtiéndose en auténtico motor del cambio político.

Desde el punto de vista de la consolidación democrática, el juramento público y solemne de la Constitución precisamente por aquellos que la han elaborado o hecho posible no parece en absoluto necesario. Claro que una sesión en la que el Jefe del Estado, los diputados y los senadores ratificaran formalmente, de algún modo, su identificación, ya demostrada, con la Constitución, podría servir de ejemplo para el resto del país y de precedente de obligado cumplimiento para el resto de los servidores del Estado. Si tal decisión se adoptara, la forma de ese acatamiento solemne a la Constitución no tendría por qué ser inevitablemente la jura o la promesa, si jurídicamente existen interpretaciones que dificultan dar esa envoltura al *contenido* histórico y político del acto. Pero tampoco el juramento debe ser descartado por inexistentes o inexplicadas razones de conveniencia política.

En cualquier caso, creemos que merece la pena señalar que el acatamiento y firma de la Constitución por el Rey no es la invitación hecha a un extraño para que acepte un texto que le viene impuesto desde fuera, sino la ratificación formal, simbólica y solemne de esa Norma Fundamental por uno de sus grandes protagonistas.

En el día del Rey

EL PAÍS 24 JUN 1977

HOY, FESTIVIDAD de San Juan, celebra el Rey su onomástica con una recepción en el palacio de Oriente. Una larga serie de personalidades y dirigentes políticos han sido invitados por el Rey; entre ellos Santiago Carrillo, secretario general del Partido Comunista de España. Hoy, en suma, nos encontraremos con una noticia que simboliza muchas cosas: un hombre como Carrillo, a quien hace seis meses se le negaba un pasaporte de ciudadano español, y cuya figura, y la de su partido, eran cargadas de oprobios, será huésped del Rey.

No vamos a seguir la vieja pauta de los libros de Historia del bachillerato, abarrotados de fechas y huecos de explicaciones. No hace falta, porque el día del Rey será hoy una fecha con notable contenido, y que quedará resumida en ese encuentro de don Juan Carlos con los representantes políticos que el pueblo español, acaba de elegir en libertad por primera vez en 41 años, en la intimidad de su fiesta privada.

Desde el primero de julio del año pasado -aún no hace un año-, muchas figuras políticas han crecido en prestigio, se han apagado o han terminado defenestradas por unos comicios democráticos. Pero pocos tuvieron la agudeza de prever la contundencia con que se iban a producir cambios históricos sustanciales. Tan sustanciales como el paso de una autocracia sin autócrata (segundo Gobierno de Arias Navarro) a una democracia que camina con rapidez y sin obstáculos de fuste en medio de un período constituyente.

Se nos permitirá la elemental elegancia de no decirle al Rey lo que tiene que hacer, ni pretender escrutar sus pensamientos. Pero si se nos antoja apuntar hoy algunas cosas de estricta justicia: que el cambio político sufrido por España en menos de un año ha sido facilitado por *este Rey*, que ha sido, sin duda, verdadero *motor del cambio*.

Por supuesto que las transformaciones históricas las protagonizan los pueblos y no personas aisladas, por mucho que sea su poder o elevada su posición. Pero sería faltar a datos meramente informativos dejar de reconocer el principalísimo papel del Rey desempeñado en este año, como facilitador del acceso a la democracia.

El Gobierno, por último, debiera seriamente considerar el establecimiento de la onomástica del Rey como fiesta nacional y sancionar como laborable el 18 de julio, fecha histórica, y por supuesto que recordable, pero que los españoles animados por la paz no deben tener por día de festejo oficial o de devengo de una paga. Ningún español debe festejar nada sobre otros españoles. Por ello, la fiesta nacional debe ser el día del Rey, el día en que todos los españoles se felicitan en la democracia.

*Un Ejército para la democracia***EL PAÍS** 28 MAY 1978

EL HOMENAJE a la bandera, celebrado bajo la presidencia del Rey, y el desfile que hoy tendrá lugar se inscriben dentro de los actos del Día de las Fuerzas Armadas, fiesta que, en palabras del ministro de Defensa, se propone conmemorar el vínculo de mutuo respeto y reconocimiento entre los Ejércitos españoles y la nación. Las nuevas relaciones entre el mundo castrense y la sociedad civil, que comenzaron a dibujarse después de las elecciones generales, es uno de los factores que permiten contemplar con optimismo el futuro de la democracia española. Pese a los intentos de instrumentalizar desde la extrema derecha a las instituciones militares, nada hay que induzca razonablemente a temer que los involucionistas logren engañar a una oficialidad responsable y disciplinada. La elevación del nivel profesional de los cuadros militares, la tecnificación de las Fuerzas Armadas y su inserción en conjuntos estratégicos más amplios son, sin duda, características de un Ejército propio de las sociedades desarrolladas, que no tienen otro marco político posible que los sistemas pluralistas y las instituciones que descansan en la soberanía popular y las libertades cívicas.

Este compromiso de nuestras Fuerzas Armadas con la democracia tiene su mejor garantía en la madurez de las grandes fuerzas políticas, que parecen resueltas a evitar el planteamiento agresivo y crispado, no sólo de la «cuestión militar», sino también de otra serie de «cuestiones» que deterioraron durante la Segunda República la experiencia democrática y crearon el clima ideológico, psicológico y emocional para la insurrección de julio en 1936.

Todos los partidos de ámbito estatal han dado sobradas pruebas de su plena identificación con nuestra historia y de su exclusivo compromiso con los intereses nacionales. El patriotismo, cuyos sentimientos pretenden utilizar insensatamente los grupos ultramontanos, ya no es monopolio ni patrimonio de nadie. España es, así, una realidad común y su Ejército el brazo armado de la soberanía popular.

En el ámbito exterior, la defensa de la integridad territorial no se halla enturbiada, como en el pasado, por la mala conciencia histórica de la ocupación de Marruecos, donde España y su Ejército fueron peones de la estrategia francesa. Queda, ciertamente, el problema de Ceuta y Melilla; pero el compromiso marroquí de no plantear dramáticamente sus reivindicaciones sobre las plazas de soberanía quitará carga explosiva a ese delicado problema durante un largo período. En cuanto a la amenaza que pende sobre las Canarias, la unanimidad de posiciones y lo utópico de los planteamientos evitan, por el momento, cualquier comentario.

Donde resulta preciso reconocer que todavía hay una cuestión capaz de sensibilizar negativamente a las Fuerzas Armadas contra las instituciones democráticas es en el tema de las reivindicaciones autonómicas, Cataluña y el País Vasco. Los esfuerzos de comprensión realizados por los altos mandos militares han sido notables y han terminado de forma resueltamente favorable: ya es evidente para todos que las instituciones de autogobierno en Cataluña y el País Vasco serán respetadas por las Fuerzas Armadas, en tanto en cuanto no signifiquen – y es evidente que no lo hacen – una desmembración territorial de España. En el haber del señor Tarradellas figurará para siempre su inteligente defensa de esa tesis. Mientras que, por el contrario, la persistencia de algunos sectores de la opinión vasca en predicar una

irrealizable y romántica autodeterminación no puede tener otro resultado que dificultar la completa y definitiva aceptación por todo el Ejército de la única fórmula que puede asegurar, a la vez, la consolidación de la democracia en España y la satisfacción de las reivindicaciones autonómicas de catalanes y vascos.

En definitiva, el Día de las Fuerzas Armadas es hoy motivo de reconocimiento y homenaje a un Ejército que ha sabido amparar y asumir el tránsito pacífico a la democracia. La disciplina y el buen sentido de la oficialidad española han sido repetidamente puestos a prueba en 13 últimos dos años. Sin embargo, ni una sola provocación ha sido respondida y las defecciones personales o los desacuerdos concretos, aunque han trascendido a la política – y, en ocasiones, con cierto dramatismo –, no han afectado a la construcción del edificio constitucional.

En la Pascua Militar

EL PAÍS 6 ENE 1980

LA PASCUA Militares una fiesta de singular trascendencia y significación en la familia de las armas, y es también motivo de reflexión sobre los problemas que el Ejército y la defensa nacional plantean en nuestro país cara a las necesidades de la nueva sociedad industrial y del marco geoestratégico en que nos movemos. Este año la fiesta de la Pascua Militar tiene una novedad reseñable, y es que por primera vez en casi medio siglo un civil – el ministro Rodríguez Sahagún – ocupa la cartera de Defensa y es el responsable de estos temas ante el Gobierno, por más que persista la figura de un vicepresidente militar. La oportunidad del día merece ser aprovechada para poner de relieve la habilidad de Agustín Rodríguez Sahagún para el desempeño de una tarea especialmente difícil en los momentos que atravesamos y también el normal comportamiento de los mandos militares, que han aceptado, sin reserva alguna que se conozca, el mando de un ministro civil, correspondiente, en definitiva, a la máxima, sagrada en las democracias, de que los ejércitos están subordinados al poder político. El Ministerio de Defensa se ha embarcado en una reforma de las Fuerzas Armadas tendente a una mayor profesionalización y tecnificación de las mismas, un rejuvenecimiento de los cuadros y una adecuación de sus medios a las necesidades de la defensa nacional y a los compromisos que nuestro país mantiene con el Occidente. Los proyectos del Gobierno a este respecto serán en su día debatidos en las Cortes y ya habrá ocasión de volver sobre ellos en extenso. En cambio, merece la pena hoy iniciar una reflexión sobre algunos aspectos del papel jugado por el Ejército en la reciente historia española.

Primero, no huelga en absoluto el recordatorio de que globalmente los militares españoles han puesto de relieve su espíritu de disciplina y obediencia y, en muchos casos, su origen popular y su entroncamiento con la sociedad en que viven, aceptando y respetando las reformas políticas de la transición, que en muchas ocasiones chocaban frontalmente con las ideas inculcadas durante decenios a los oficiales en las academias militares. Este comportamiento respetuoso, si no caluroso, del estamento militar, garantizado por la actitud del Rey, jefe supremo de las Fuerzas Armadas, ha facilitado sin duda los años difíciles del tránsito político y ha evitado la acumulación de tensiones en el paso de la dictadura a la democracia. Y es más ejemplar todavía si se pone de relieve que los militares y los miembros de las fuerzas del orden han pagado un alto precio en vidas humanas frente al terrorismo y la subversión antidemocrática, sea de ETA, sea de los *grapos*.

Por lo demás, el reconocimiento de estos dos hechos y el homenaje de gratitud que debe conllevar no debe evitar también la conciencia de que en determinados sectores militares el advenimiento de la democracia produjo reacciones de signo contrario, que no siempre han sido atajadas por el poder político con la eficacia y la energía que debería exigirse al Gobierno. Y, lo que, es peor, sobre los que no se ha ofrecido aún suficiente información. Destacan en este panorama de nerviosismo e incertidumbre, de amenazas de aventuras golpistas o protestas indiscriminadas en algunos cuartos de banderas, oscuridad que todavía se cierne sobre la Operación Galaxia o la lenidad con que se actuó el año pasado en el caso de las declaraciones de tres tenientes generales que criticaron abierta y duramente la transición política. Desconocer el hecho de que todavía extensas zonas de la población española

mantienen una relación más de temor que de respeto, más de dubitación que de confianza, frente a algunos mandos militares, precisamente como consecuencia de esta falta de claridad informativa y del protagonismo injustificado que adquieren los sectores – sin duda minoritarios – del Ejército que no quieren la democracia, no serviría de nada. Lo importante es progresar en el acercamiento de la sociedad y el Ejército que de ella emana, destruir tabúes en ambos sentidos, sustituir la adulación por la crítica respetuosa y sincera y garantizar al país un programa militar coherente con los tiempos que vivimos y con las necesidades de nuestra defensa.

Pensamos que Rodríguez Sahagún puede ser el hombre indicado para hacer todas esas cosas, pero por eso mismo no hemos querido dejar de poner de relieve lo que consideramos errores de bulto en el tratamiento del tema por el ejecutivo. Errores que esperamos no produzcan en el futuro mayores debilidades que pongan en peligro la estabilidad constitucional.